



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

ANO XXVIII — Nº 48

QUINTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Paulo Tôrres, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 11, DE 1973

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução de dispositivos da Constituição do Estado de Mato Grosso.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida, em 04 de outubro de 1972, nos Autos da Representação nº 759, a execução do parágrafo único do art. 53, dos artigos 99, 130, 135 e seu parágrafo único, e 139, da Constituição do Estado de Mato Grosso, promulgada em 13 de maio de 1967.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 23 de maio de 1973. — **Paulo Tôrres**, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 50.ª SESSÃO, EM 23 DE MAIO DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1. — Ofício do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

N.º 3.535/73, encaminhando pronunciamento de órgãos técnicos daquele Tribunal sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 68/72, que modifica o disposto no § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 5.630, de 2-12-70.

1.2.2 — Pareceres

— Referentes às seguintes matérias:

— Ofício "S" n.º 1, de 1973 (n.º GG 46/73, na origem), do Senhor Governador do Estado do Ceará, solicitando aprovação do Senado Federal para o contrato celebrado entre aquele Governo e a firma Thomson — CSF, com sede em Paris, França.

— Projeto de Resolução n.º 25/73, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado com a firma Thomson — CSF, de equipamentos e materiais a serem utilizados na estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), para fins educativos, em instalação no mesmo Estado.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 7/73, que aprova o texto do Acordo sobre transportes marítimos, firmado entre o Governo do Brasil e o da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

— Projeto de Resolução n.º 20, de 1973, que suspende a execução do art. 1.º do Decreto n.º 51.345, de 31 de janeiro de 1969, do Estado de São Paulo, na parte em que deu nova redação ao § 2.º do art. 6.º do Decreto n.º 47.763, de 17 de fevereiro de 1967. (Redação final).

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR ARNON DE MELLO — Desenvolvimento do País no setor da energia elétrica.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Regozijo pela normalidade constitucional da Argentina, com a posse do Presidente eleito. Noticiário do **Jornal do Brasil**, referente ao resultado de investigações feitas pelo Tribunal de Contas da União em torno de irregularidades ocorridas na execução do programa de erradicação e diversificação da lavoura do café. Considerações sobre pronunciamento do Sr. Senador Dinarte Mariz ao registro que fez de ofício enviado pela Comissão Geral de Investigação do Ministério da Justiça ao Sr. Aluisio Alves.

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

BERNHARD E. SMID
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00
Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 3,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

SENADOR BENJAMIN FARAH — X Exposição agropecuária e Industrial de Londrina. Construção de rodovias no norte do Paraná para escoamento de sua produção e abertura de novos pólos de colonização.

SENADOR DANTON JOBIM — Administração Chagas Freitas, no desenvolvimento do Estado da Guanabara.

SENADOR VASCONCELOS TORRES — Comemorações realizadas no Município de Itaperuna—RJ, no transcurso de mais um aniversário de sua emancipação política. Conferência do Professor Mário Henrique Simonsen na Comissão de Educação e Cultura do Senado sobre as atividades do MOBRAL. Seminário Internacional de Alfabetização de adultos, realizado na cidade do Rio de Janeiro. Justificação de proposições de sua autoria que encaminha à Mesa.

1.2.4 — Requerimento

N.º 66/73, de autoria do Sr. Senador Virgílio Távora, de dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução n.º 25/73, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado com a firma Thomson-CSF, de equipamentos e materiais a serem utilizados na instalação da estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), para fins educativos. **Aprovado.**

1.2.5 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado n.º 54/73, apresentado pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres, que modifica a redação da alínea b, do artigo 1.º, da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas.

— Projeto de Resolução n.º 26/73, subscrito pelo Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1973 (n.º 1.104-B/73, na Câmara), que cria na Justiça do Trabalho da 2.ª Região, as Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba (4.ª), Sorocaba (2.ª) e Mauá. **Aprovado**, após encaminhar sua votação o Sr. Senador Nelson Carneiro. A sanção.

— Projeto de Lei da Câmara n.º 14, de 1973 (n.º 1.118-B/73, na Câmara), que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Orós, Estado do Ceará. **Aprovado**, à sanção.

— Projeto de Lei da Câmara n.º 15, de 1973 (n.º 1.098-B/73, na Câmara), que autoriza a União a subscrever aumento do capital social da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB, e dá outras providências. **Aprovado**, à sanção.

1.4 — DISCURSOS APÓS ORDEM DO DIA

SENADOR FRANCO MONTORO — Exigüidade do prazo para apreciação de projetos de lei, encaminhados ao Congresso Nacional pelo Sr. Presidente da República, nos termos do § 2.º do art. 51 da Constituição.

SENADOR JOSÉ LINDOSO — Considerações sobre o discurso do orador que o antecedeu na Tribuna.

SENADOR CARVALHO PINTO — Aspectos e efeitos da visita do Presidente Médici a Portugal.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Senador Virgílio Távora, pronunciado na sessão de 22-5-73 (Republicação).

— Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, pronunciado na sessão de 16-5-73.

3 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 46.ª Sessão, realizada em 18-5-73.

— Ata da 47.ª Sessão, realizada em 21-5-73.

4 — GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

— Ata de reunião da Comissão Diretora

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

ATA DA 50.^a SESSÃO, EM 23 DE MAIO DE 1973

3.^a Sessão Legislativa Ordinária,
da 7.^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PAULO TÔRRES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Millet — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Ruy Carneiro — João Cleofas — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Augusto Franco — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Paulo Tórres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Celso Ramos — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.^o-Secretário procederá a leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

N.^o TST-3 n.^o 535/73, de 16 de maio de 1973, encaminhando parecer contrário dos Órgãos Técnicos daquele Tribunal sobre o Projeto de Lei do Senado n.^o 68/72, de autoria do Senhor Senador Emival Caiado, que modifica o disposto no § 1.^o do art. 1.^o da Lei n.^o 5.630, de 2 de dezembro de 1970.

PARECERES

PARECERES

N.^{os} 124 e 125, de 1973

PARECER N.^o 124

Da Comissão de Finanças sobre o Ofício "S" 1, de 1973 (n.^o GG 46/73, na origem), do Senhor Governador do Estado do Ceará, solicitando aprovação do Senado Federal para o contrato celebrado entre aquele Governo e a firma Thomson — CSF, com sede em Paris, França.

Relator: Sr. Virgílio Távora.

O Senhor Governador do Estado do Ceará, pelo Ofício n.^o GG-46/73, de

9 de fevereiro de 1973, solicita ao Senado Federal a aprovação do contrato celebrado entre o Governo daquele Estado e a firma Thomson — CSF — Division Radiodiffusion Television, com sede em Paris, França.

2. Pelo mesmo documento, o Chefe do Executivo daquela unidade federativa esclarece que a autorização solicitada, irá permitir a vigência do Contrato, "firmado entre a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e a firma Thomson — CSF, para importação de equipamentos e pagamento dos serviços de instalação de uma estação de televisão de finalidade educativa, neste Estado, cuja concessão foi outorgada através do Decreto Federal n.^o 66.194, de 6 de fevereiro de 1970, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de fevereiro de 1970".

3. O contrato de compra e venda, anexo ao mesmo, esclarece os seguintes pontos principais da operação:

"A) MONTANTE: O valor total é de FF 3.040.730 (três milhões, quarenta mil, setecentos e trinta francos franceses), resultante das seguintes parcelas:

a) equipamentos e materiais — FF 2.974.220 (dois milhões, novecentos e setenta e quatro mil e duzentos e vinte francos franceses);

b) serviços de instalação — FF 246.510 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e dez francos franceses (cláusula 2.^a).

B) FORMA DE PAGAMENTO: O custo total dos equipamentos e materiais é de FF 2.794.220 (dois milhões, setecentos e noventa e quatro mil e duzentos e vinte francos franceses), a ser pago da maneira que se segue:

a) de 10% (dez por cento), ou seja FF 279.422 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e dois francos franceses), a título de adiantamento, na entrada em vigor do contrato;

b) de 10% (dez por cento), ou seja FF 279.422 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte e dois francos franceses), à medida que forem feitos os embarques, contra apresentação dos documentos de expedição e por utilização parcelada da carta de crédito correspondente;

c) de 80% (oitenta por cento), ou seja FF 2.235.376 (dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e seis francos franceses), representado o saldo de 10 (dez) prestações se-

mestrais, iguais e sucessivas, contados juros de 7,5% (sete e meio por cento) ao ano (§ 1.^o, cláusula 3.^o).

O custo total dos serviços de instalações é de FF 246.510 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e dez francos franceses), a ser pago da maneira que se segue:

a) de 10% (dez por cento), ou seja FF 24.651 (vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um francos franceses), a título de adiantamento, na entrada em vigor do contrato;

b) de 10% (dez por cento), ou seja FF 24.651 (vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e um francos franceses), contra apresentação de fatura, quando a quantidade de equipamentos e materiais entregues tiver atingido 95% (noventa e cinco por cento) do total;

c) de 80% (oitenta por cento), ou seja FF 197.208 (cento e noventa e sete mil, duzentos e oito francos franceses), representando o saldo, em 10 (dez) prestações semestrais, iguais e sucessivas, contados juros de 7,5% (sete e meio por cento) ao ano (§ 2.^o, cláusula 3.^o).

C) GARANTIA: Fiança e/ou aval do Banco do Estado do Ceará S.A., Agente Financeiro do Governo do Estado, no contrato e nos títulos que forem emitidos."

4. Além dos documentos já referidos constam também:

a) folha do Diário Oficial do Estado com o texto da Lei n.^o 9.690, de 18 de abril de 1973, que "autoriza o Poder Executivo a realizar operação de importação financiada externa que indica, e dá outras providências".

b) cópia do Ofício n.^o 73/4, de 5 de abril de 1973, da CEMPEX (Banco Central do Brasil), que autoriza o prosseguimento das negociações;

c) Exposição de Motivos (EM n.^o 169, de 1973), do Senhor Ministro da Fazenda encaminhando o assunto à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República; e,

d) o "autorizo" do Senhor Presidente da República na Exposição de Motivos referida no item anterior.

5. Como se vê, foram atendidas as exigências contidas no art. 406 do Regimento Interno, a saber:

a) documentos que o habilitem a conhecer, perfeitamente, a operação, os recursos para satisfazer os compromissos e a sua finalidade;

b) publicação oficial com o texto da autorização do Legislativo Estadual

(atendido através da Lei Estadual n.º 9.690, de 18 de abril de 1973 e publicada no D.O. do Estado do mesmo dia);

c) parecer do órgão competente do Poder Executivo (atendido através da EM n.º 169, de 11-5-73 e do Ofício n.º 73/4 — de 5-4-73 da CEMPEX — Banco Central do Brasil).

6. Ante o exposto, opinamos favoravelmente ao atendimento solicitado, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 25, de 1973

Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado com a firma Thomson — CSF, de equipamentos e materiais a serem utilizados na instalação da estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), para fins educativos.

Art. 1.º É o Governo do Estado do Ceará autorizado a realizar, através da Secretaria de Educação e Cultura, com a garantia do Banco do Estado do Ceará S.A., uma operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado entre aquele Governo e a firma Thomson — CSF, com sede em Paris, França, representada no Brasil pela Thomson CSF — Equipamentos do Brasil Ltda., de equipamentos e materiais a serem utilizados na estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), para fins educativos, em instalação no mesmo Estado.

Art. 2.º A operação de financiamento a que se refere o artigo anterior no valor de FF 3.040.730,00 (três milhões, quarenta mil, setecentos e trinta francos franceses), ou seu equivalente em outras moedas, preço CIF, realizar-se-á nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, prazos, acréscimos e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, para registro de operações da espécie, obtidas no exterior, obedecidas as demais exigências normais dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e, ainda, o disposto na Lei Estadual n.º 9.690, de 18 de abril de 1973, publicada no Diário Oficial do Estado do mesmo dia.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1973. — **João Cleofas**, Presidente — **Virgílio Távora**, Relator — **Alexandre Costa** — **Geraldo Mesquita** — **Tarso Dutra** — **Celso Ramos** — **Saldanha Derzi** — **Wilson Gonçalves** — **Carvalho Pinto**.

PARECER N.º 125

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução n.º 25, de 1973, apresentado pela Comissão de Finanças que "autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado com a firma Thomson-CSF, de equipamentos e materiais a serem utilizados na estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), para fins educativos", em instalação no mesmo Estado".

Relator: Sr. Wilson Gonçalves

Apresentado pela Comissão de Finanças, o presente projeto de resolução (art. 1.º) "autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar, através da Secretaria de Educação e Cultura, com a garantia do Banco do Estado do Ceará S.A., uma operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado entre aquele Governo e a firma Thomson-CSF, com sede em Paris, França, representada no Brasil pela Thomson-CSF — Equipamentos do Brasil Ltda., para o fornecimento de equipamentos e materiais a serem utilizados na estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), para fins educativos", em instalação no mesmo Estado.

2 O art. 2.º da proposição estabelece o valor do contrato que é de FF 3.040.730,00 (três milhões, quarenta mil, setecentos e trinta francos franceses), ou o seu equivalente em outras moedas, preço CIF, acrescido de juros, à taxa e condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, obedecidas as demais exigências dos órgãos encarregados da execução da política econômico-financeira do Governo Federal e o disposto na Lei Estadual n.º 9.690, de 18 de abril de 1973.

3 Anexo ao processado, encontram-se os seguintes documentos principais:

a) cópia do contrato de fornecimento, firmado entre o Governo do Estado do Ceará e a firma Thomson-CSF, de Paris, França;

b) cópia do Ofício n.º 73/4 — CEMPEX, (Banco Central do Brasil), autorizando o prosseguimento das negociações;

c) Exposição de Motivos (EM n.º 169, de 11 de maio de 1973) do Senhor Ministro da Fazenda com o "autorizo" do Senhor Presidente da República, para o encaminhamento da matéria ao exame do Senado Federal; e,

d) folha do D.O. do Estado que publicou a Lei n.º 9.690, de 18 de abril de 1973, que "autoriza o Chefe do Poder Executivo a realizar operação de importação financiada externa que especifica, e dá outras providências".

4 A Comissão de Finanças, após examinar detidamente os documentos e informações contidas no processo — e que esclarecem perfeitamente os detalhes da operação — opinou favoravelmente à matéria, apresentando, como conclusão do seu parecer, o projeto de resolução, ora objeto de nossa apreciação.

5 No âmbito da competência regimental desta Comissão e atendidas que foram todas as exigências contidas no Regimento Interno (art. 406, letras a, b e c e art. 407, letra b) e, ainda, o estabelecido no art. 42, item IV, da Constituição, entendemos que a proposição está em condições de ter tramitação normal, vez que é constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1973. — **Daniel Krieger**, Presidente — **Wilson Gonçalves**, Relator — **Helvidio Nunes** — **Accioly Filho** — **Nelson Carneiro** — **José Augusto** — **José Lindoso** — **Osires Teixeira** — **Carlos Lindenberg**.

PARECERES

N.ºs 126 e 127, de 1973

Sobre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 7-1973, que aprova o texto do Acordo sobre transportes marítimos, firmado entre o Governo do Brasil e o da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

PARECER N.º 126

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Sr. Accioly Filho

1. A 20 de outubro de 1972, o Governo brasileiro assinou em Moscou com o Governo da URSS Acordo sobre Transportes Marítimos.

O Acordo teve em vista o desenvolvimento da navegação mercante entre os dois países. Para esse fim, o documento prevê que as partes concordaram em particular em:

"a) promover a participação preferencial dos navios brasileiros e soviéticos no transporte de carga entre os portos de ambos os países, de acordo com as cláusulas dos contratos de venda, e cooperar na eliminação de obstáculos que possam dificultar o desenvolvimento desse transporte;

b) não impedir os navios de bandeira da outra Parte Contratante de transportar cargas entre seus portos e terceiros países;

c) promover a cooperação efetiva entre as autoridades responsáveis pela marinha mercante de ambos os países e entre as respectivas companhias de navegação, com a finalidade de atingir a melhor implementação possível do presente Acordo." (Art. II.)

Além disso, "cada Parte Contratante concederá aos navios da outra Parte, em seus portos e águas territoriais, o mesmo tratamento que concede aos navios nacionais empregados em transportes internacionais, no tocante ao acesso aos portos; à utilização dos portos para carga e descarga; ao embarque e desembarque de passageiros; aos pagamento de taxas, impostos portuários e outros; à utilização dos serviços relacionados com a navegação e às operações comerciais ordinárias dela decorrentes". (Art. III.)

Em caso de sinistro, prevê o Acordo que "se um navio de uma das Partes naufragar, encalhar, der à praia ou sofrer qualquer outra avaria na costa da outra Parte Contratante, o navio e a carga gozarão, no território desta última Parte, das mesmas vantagens e privilégios e aceitarão as mesmas obrigações concedidas a navio da outra Parte e à sua respectiva carga. Ao comandante, à tripulação e aos passageiros, bem como ao próprio navio e sua carga, serão dispensados, em qualquer tempo, a mesma ajuda e assistência que seriam asseguradas a navios da outra Parte." (Art. VIII.)

Afinal, o Acordo, "objetivando servir o comércio brasileiro-soviético, prevê a possibilidade do estabelecimento de linha mista regular de navegação entre os portos dos dois países com igual participação de tonelagem". (Art. X.)

2. O Acordo atende aos altos interesses do País e, por isso, é o meu voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo que o ratifica.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1973. — **Fernando Corrêa, Presidente** — **Accioly Filho, Relator** — **Lourival Baptista** — **Saldanha Derzi** — **Amaral Peixoto** — **Fausto Castelo-Branco** — **José Lindoso** — **Antônio Carlos** — **Ney Braga** — **Carlos Lindenberg**.

PARECER N.º 127

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Relator: Sr. Luiz Cavaleante

O Presidente da República, de conformidade com o disposto no art. 44, item I, da Constituição Federal, submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Transportes Marítimos, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, assinado em Moscou, em 20 de outubro de 1972.

2. Na Exposição de Motivos que instrui a iniciativa presidencial, o Ministro de Estado das Relações Exteriores informa que o referido instrumento foi celebrado em decorrência da política brasileira de transportes

marítimos, cujo principal fundamento é o da propriedade de transporte pelas bandeiras nacionais.

3. Diz, ainda, o aludido documento:

"Este princípio está consagrado no Artigo II do Acordo em epígrafe, segundo o qual as Partes Contratantes concordam em que se deva promover a participação preferencial dos navios brasileiros e soviéticos no transporte de carga entre os portos de ambos os países, de acordo com as cláusulas dos contratos de venda, e cooperar na eliminação de obstáculos que possam dificultar o desenvolvimento desse transporte."

4. Sobre esse artigo II, convém salientar:

"As Partes Contratantes concordam, em particular, no que se segue:

a) não impedir os navios de bandeira da outra Parte Contratante de transportar cargas entre seus portos e terceiros países;

b) promover a cooperação efetiva entre as autoridades responsáveis pela marinha mercante de ambos os países e entre as respectivas companhias de navegação com a finalidade de atingir a melhor implementação possível do presente Acordo."

5. Os artigos III e IV referem-se à operação dessa modalidade de transportes, tais como regulamentos portuários e formalidades alfandegárias.

Os certificados de nacionalidade e de arqueação e documentos de bordo, devidamente expedidos, serão dispensados de uma nova medição nos portos da outra Parte (art. V), inclusive no que concerne ao reconhecimento da identidade dos tripulantes, observadas as cláusulas de Convenções da OIT — Organização Internacional do Trabalho (art. VI).

Quanto a impostos, há o seguinte: (artigo VII)

"Companhias e empresas de navegação marítima, constituídas no território de uma das Partes Contratantes, serão isentas de pagamento, no território da outra Parte Contratante, de impostos sobre rendas e lucros auferidos como resultado de operações comerciais de transporte."

O artigo VIII prevê as condições de sinistro e o artigo IX, trata dos litígios e sua submissão à arbitragem.

Em razão de sua importância, convém transcrever o artigo X:

"Objetivando servir o comércio brasileiro-soviético, poderá ser es-

tabelecida uma linha mista regular de navegação entre os portos da República Federativa do Brasil e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas com igual participação de tonelagem.

A Superintendência Nacional da Marinha Mercante da República Federativa do Brasil e o Ministério da Marinha Mercante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas designarão para operar na linha em causa companhias nacionais de navegação, as quais concluirão entre elas um acordo sobre a frequência de saídas, portos de escala, condições da divisão de cargas, etc.

As companhias de navegação das duas Partes Contratantes designadas para operar as linhas de acordo com as condições acima estabelecidas disporão da faculdade de utilizar navios afretados de terceira bandeira nas linhas em causa."

Como veremos adiante, esse artigo X é o resumo da política nacional de transporte nesse setor de atividades.

O artigo seguinte (XI) prevê consultas periódicas, a fim de melhorar as condições de operações, examinar os problemas específicos e as modificações do Acordo ora em exame. Para fins desse artigo XI, as autoridades marítimas competentes serão a SUNAMAM — Superintendência Nacional da Marinha Mercante —, no caso do Brasil, e o Ministério da Marinha Mercante, no que concerne à União Soviética.

Por último, o artigo XII estabelece que, dentro de trinta (30) dias, serão preenchidos os requisitos necessários ao cumprimento desse acordo, que será por prazo indeterminado, até que uma das Partes o denuncie, mediante aviso prévio de um ano.

6. A Câmara dos Deputados, examinando a proposição, resolveu apresentar o presente projeto, que foi aprovado sem restrições.

7. Do ponto de vista da política nacional de transporte, convém aludir ao fato de que a exportação, do Brasil para União Soviética, tem crescido nos últimos anos (Anuário do IBGE — 1972 — páginas 219 e 296).

Em 1969, a nossa tonelagem exportada foi de pouco mais de 52 mil e, em 1971, tal cifra atingiu a mais de 86 mil. Os valores das mercadorias exportadas, a bordo do navio (FOB), nesses dois anos, cresceu de US\$ 43,7 milhões para US\$ 44,8 milhões. Esses montantes representam, aproximadamente, 35% e 36% do total exportado para essa parte da Europa, percentagens essas superiores às destinadas à Alemanha Oriental (R.D.A.), país que

sempre importou nossas mercadorias. Se computássemos as despesas com seguros e fretes, aqueles valores seriam mais elevados. As exportações para Europa Oriental nesses dois anos, praticamente, mantiveram-se constantes, em torno de US\$ 129 milhões.

As importações da União Soviética, nesses dois anos, baixaram. Com efeito, importamos, em 1969, mais de 442 mil toneladas e, em 1971, caíram para 95 mil toneladas. Os valores dessas importações foram bastante menores do que as exportações, isto é US\$ 16 milhões e US\$ 4 milhões, respectivamente, importâncias que incluem as despesas com seguros e fretes (CIF). As importações da Europa Oriental cresceram de US\$ 73 milhões para US\$ 110 milhões aproximadamente.

Por conseguinte, com a União Soviética acontece o contrário do que se verifica com outras nações, onde a nossa exportação "FOB" é inferior à importação "CIF". Por exemplo, com os Estados Unidos da América, em 1971, as exportações "FOB" atingiram US\$ 760 milhões e as importações "CIF" mais de US\$ 1 bilhão.

Segue-se que deve haver, para nós, um saldo positivo nessas transações. Haverá, pois, uma vantagem para a União Soviética ao assinar o presente Acordo.

Em contrapartida, agora, mediante o princípio de reciprocidade implícito no aludido documento, poderemos envia-los esforços para estabelecer linhas com a participação preferencial das duas bandeiras, o que reduz a participação da "terceira bandeira". Esta, como se sabe, é a designação para aqueles navios de países que transportam cargas entre duas outras nações, que não o país de sua bandeira. Todavia, são considerados nacionais os navios estrangeiros afretados por empresa brasileira (art. 5.º do Decreto-lei n.º 666, de 1969).

Além disso, a nossa política, no setor de transportes marítimos, visa, dentre outros objetivos, à aproximação das normas vigentes para o transporte aéreo, que é regulado por órgãos das Nações Unidas. Ou seja, há o multilateralismo e o bilateralismo, mas um país jamais é prejudicado por outro, como acontece no multilateralismo marítimo comandado pelas Conferências de fretes. Essas Conferências constituem um "oligopólio", onde o poder de decisão está com a terceira bandeira e não com as nações onde o frete é gerado.

Assim, esse Acordo e outros semelhantes são uma espécie de intervenção nesse oligopólio marítimo, de forma que os fretes estabelecidos nessas Conferências não aumentem demasiadamente o preço final de nossas mercadorias, isto é, que nossos produtos

não se tornem gravosos em razão de fretes aumentados artificialmente. Contudo, esse Ato representa a manutenção de nosso programa de construção naval, o que é realmente importante nessas diretrizes, porquanto essa indústria, além dos efeitos aceleradores sobre o desenvolvimento nacional, propicia o crescimento de oportunidades de emprego.

É o que está consubstanciado na Resolução da SUNAMAM, n.º 2.995, de 30 de maio de 1967, que dispõe sobre o tráfego marítimo entre o Brasil e os demais países, no Decreto-lei n.º 666, de 2 de julho de 1969 (art. 20) e na legislação específica.

Esses atos, aliás, refletem o disposto no projeto de lei apresentado no Senado Federal em 1963 (PLS n.º 180/63).

Em outras palavras, o presente Acordo é o corolário de nossa estratégia econômica externa incluída (Capítulo IV, item III) no Plano Nacional de Desenvolvimento 72/74 (Lei número 5.727, de 1971):

"III — Posição definida, na ação bilateral e nos organismos de cooperação multilateral, contrariamente às tendências neoprotecionistas em países desenvolvidos, geralmente associados a problemas resultantes do próprio intercâmbio entre esses países e não da atuação dos subdesenvolvidos."

Em outras palavras (Metas e Bases para Ação do Governo — pág. 250):

"A adaptabilidade a grandes prioridades do período 1970/73 será vista em termos de:

— Esforços para revisão em profundidade da estrutura econômica internacional a fim de atender-se de modo mais efetivo à conveniências do desenvolvimento nacional. Isso se fará por meio da ação bilateral ou multinacional, neste caso por meio de atração, coordenada com outros órgãos da administração em organismos internacionais: UNTAC, GATT, FMI, Banco Mundial (...)"

E adiante, no que se refere à política de transporte:

"Maior participação da bandeira nacional no transporte de seu comércio e contenção substancial de dispêndio nos itens "serviços" e na conta de "invisíveis" do balanço de pagamento."

8. O presente projeto, por conseguinte, representa uma adequação às normas específicas, motivo por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1973. — Alexandre Costa, Vice-Presidente no exercício da Presidência — Luiz Cavalcante, Relator — Duarte Filho — Geraldo Mesquita.

PARECER

N.º 128, de 1973

Redação final do Projeto de Resolução n.º 20, de 1973.

Relator: Senador José Lindoso.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 20, de 1973, que suspende a execução do art. 1.º do Decreto n.º 51.345, de 31 de janeiro de 1969, do Estado de São Paulo, na parte em que deu nova redação ao § 2.º do art. 6.º do Decreto n.º 47.763, de 17 de fevereiro de 1967.

A Comissão esclarece que, na redação apresentada, foram alterados dizeres do projeto, sem entretanto modificar-lhe o mérito, a fim de fixar, com precisão, o dispositivo cuja execução se suspende.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1973. — Danton Jobim, Presidente — José Lindoso, Relator — Wilson Gonçalves — José Augusto.

ANEXO AO PARECER

N.º 128, DE 1973

Redação final do Projeto de Resolução n.º 20, de 1973.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu,

Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º , DE 1973

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução do § 2.º do art. 6.º do Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias, aprovado pelo Decreto n.º 47.763, de 17 de fevereiro de 1967, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 19 de abril de 1972, nos autos do Recurso Extraordinário n.º 72.285, a execução do § 2.º do art. 6.º do Regulamento do Imposto de Circulação de Mercadorias aprovado pelo Decreto n.º 47.763, de 17 de fevereiro de 1967, e alterado pelo art. 1.º do Decreto n.º 51.345, de 31 de janeiro de 1969, ambos do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arnon de Mello, em nome da Liderança da Maioria.

O SR. ARNON DE MELLO — (Em nome da Maioria, pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente:

Falei há alguns dias desta Tribuna sobre o nosso desenvolvimento no setor dos minérios. Hoje, ocupo-me da nossa situação no campo da energia elétrica, que o Brasil conheceu há quase um século, em 1879, quando, alimentadas pela máquina geradora de corrente contínua construída por Zenobe Grama, seis lâmpadas iluminaram a Estação D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Poucos anos depois, em 1883, a cidade de Campos, no Estado do Rio, instalava uma usina termelétrica de 52 quilowatts, seguida de Diamantina, Minas Gerais, com uma hidrelétrica destinada a acionar as bombas para a mineração de diamantes. Em 1884, já a cidade de Rio Claro, em São Paulo, contava com iluminação pública, e em Ribeirão dos Macacos, Minas Gerais, se instalava outra hidrelétrica. Ainda em Minas Gerais, a cidade de Juiz de Fora inaugurava, em agosto de 1889, com 40 lâmpadas, a iluminação de suas ruas, produzida por hidrelétrica implantada no rio Paraíba. E São Paulo e Curitiba, no mesmo ano, também eram servidas pela eletricidade.

Até 1973

Tinha o Brasil, ao findar o Século XIX, seis usinas termelétricas e cinco hidrelétricas em funcionamento, com potência total de 12.085 quilowatts: 6.585 térmicos e 5.500 hidráulicos, ou seja, 55 e 45%, respectivamente. E, trinta anos depois, em 1930, já eram em número de 891 as usinas elétricas aqui existentes, sendo 541 hidráulicas, 337 térmicas e 13 mistas, com potência instalada de 779.000 quilowatts — 630.000 hidráulicos e 149.000 térmicos —, construídas as usinas por grupos canadenses e americanos, e espalhadas pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Niterói, Vitória, Salvador, Maceió, Natal, Belo Horizonte e Pelotas. Vale acentuar como nesses anos houve maior aproveitamento da nossa força hidráulica para geração de energia, o qual se elevou a 82% da nossa potência instalada.

De 1930 a 1961, em 31 anos, o Brasil passou a produzir 5.205.000 quilowatts, aumentando em cerca de seis vezes a potência de 1930, isto é, aumentando 142 quilowatts por ano, aproximadamente.

Já de 1961 a 1972, em 11 anos, a nossa potência instalada mais que duplicou: cresceu para 13.489.000 quilowatts sendo 10.974.000 de hidrelétricas e 2.515 de termelétricas, ou seja, um aumento, durante o período, de 746.000 quilowatts por ano, guardada mais ou menos a mesma relação da percentagem anterior entre hidrelétricas e térmicas. Calcula-se que chegue a nossa potência instalada a 25.000.000 de quilowatts em 1977, vale dizer, confirmada a estimativa, que

daqui para lá, em um quinquênio, o aumento será de mais de 2.800 quilowatts por ano.

Produção e Consumo

Quanto à produção de energia elétrica, elevou-se ela, em 1968, de 38,2 bilhões de quilowatts/hora, para 51,9 em 1971; e 57,6 bilhões em 1972, superando sempre o consumo, que passou de 31,4 bilhões de quilowatts/hora em 1968 para 42,8 bilhões em 1971, e 47,5 em 1972. O consumo per capita, que foi de 265 quilowatts/hora por habitante em 1961, quase duplicou dez anos depois: cresceu para 453 em 1971.

Considerando o consumo por classes, o residencial aumentou de 7,1 bilhões de quilowatts/hora em 1968 para 10,9 em 1972, e o industrial, de 16,1 para 24,1.

O crescimento industrial do País anda *pari-passu* com o consumo de energia elétrica: em 1971, enquanto aumentou de 11,3% a produção industrial de transformação, o consumo de energia elétrica se elevou a 12,2%, e o decorrente da utilização de material eletrodoméstico e eletrônico cresceu em 30% aproximadamente. De 1966 a 1969, tivemos um crescimento médio, por ano, de consumo de energia elétrica, de 9,1%, e se estima que ele alcance 11 e 12% até 1974.

Em andamento até 1980

Para atender a tal consumo, precisamos dispor em 1980 de uma potência instalada de 30 milhões de quilowatts. Já temos, em construção e em conclusão, o total de 9.202.500 quilowatts, assim distribuídos: hidrelétricas — Ilha Solteira, com 3 milhões e 200 mil quilowatts; Marimbondo, 1.400.000 kw; Volta Grande, 440.000; Porto Colômbia, 320.000; Passo Real, 125.000 iniciais; Passo Fundo, 220.000; Mascarenhas, 115.500; Paulo Afonso III, 960.000; Moxotó, 440.000 kw; Capivara, 640.000 kw; Salto Osório, 1.050.000 kw; e Promissão, 270.000 kw; Termelétricas — a de n.º 2 de Manaus, 37.000 kw; a de Tupanã, 50.000 kw; a de Coaraci Nunes, 40.000 kw; e a de Curuá-Una, 20.000 kw.

Além disso, a CHESF vai fazer a barragem reguladora de Sobradinho, no rio São Francisco, com um reservatório de mais de 35 bilhões de metros cúbicos. Teremos, então, com uma descarga de 2.100 metros cúbicos de água regularizada, um aumento de 1.500.000 quilowatts gerados pela Usina IV de Paulo Afonso, que será subterrânea.

Há ainda programada, para breve execução, no rio Grande, com 1.330.000 quilowatts, a Hidrelétrica de Água Vermelha, da CESP; no rio Paranaíba, duas hidrelétricas de

2.000.000 quilowatts cada uma, a de São Simão, da CEMIG, e a de Itumbiara de FURNAS e ainda, no rio Jacuí a de Itauba, da CEEE, com 500.000 quilowatts.

Temos também o projeto de Itaipu, com capacidade estimada em cerca de 11 a 12 milhões de quilowatts.

A Eletrobrás estuda a possibilidade de implantar, na Região Sudeste, uma usina de 1.000.000 quilowatts, a óleo combustível; e, na Região Sudeste, outra de 500.000, a carvão.

Finalmente, já está em construção a usina de energia nuclear de Angra dos Reis, com capacidade de .. 624.000 quilowatts, a qual ficará pronta em 1976.

Programados para entrarem em funcionamento a breve prazo ou para estarem concluídos até 1980, somam tais empreendimentos cerca de 30 milhões de quilowatts. Acrescentados estes aos 13 milhões já hoje existentes, elevar-se-á nossa potência instalada, dentro de sete anos, a mais de 40 milhões de quilowatts, o que atende bem aos reclamos do desenvolvimento nacional.

Números

Srs. Senadores:

Cito números, que falam mais alto que as palavras. Eles mostram, na sua simplicidade ofuscante, que em 40 anos, de 1930 a 1980 — o aumento anual da nossa potência instalada foi de 746.000 kw; e nos oito anos futuros — de 1973 a 1980 —, calcula-se que o crescimento será de 3.750.000 quilowatts ao ano, isto é, 7 vezes e meia mais que o aumento anual da década anterior, de 1962 a 1972.

E frise-se que o crescimento da produção de energia elétrica foi acompanhado sempre pelo de consumo não apenas industrial mas também residencial e público, incluindo iluminação pública, vale dizer que dele participou a população e foi atendido o bem-estar social, como o demonstra o quadro que junto a este pronunciamento.

Potencial Hidráulico

Temos hoje no Brasil, atuando no plano nacional, estadual e municipal, 800 companhias de eletricidade, públicas e privadas. Dez dessas empresas produzem 80% da energia consumida; setenta produzem 12% e cerca de setecentas produzem 8%.

Do nosso grande potencial hidráulico, calculado em 150 milhões de quilowatts, com fator de capacidade de 50%, apenas aproveitamos até agora cerca de 9%. 50% desse potencial se encontram no Centro-Sul e no Nordeste, e grande parte do restante localiza-se na Amazônia, de difícil aproveitamento, dadas as condições geográficas da região. No Centro-Sul,

que consome 80% da energia elétrica aí gerada, estarão exauridas, a partir de 1986, as nossas possibilidades hidráulicas econômicas.

CHESF

Sr. Presidente:

Ao falar do desenvolvimento hidrelétrico do Brasil, não poderia eu, quer como nordestino quer como brasileiro, deixar de referir a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, que festeja este ano seu primeiro quarto de século, com uma taxa anual de crescimento da produção de 17%.

Seu sucesso técnico e empresarial e, mais do que isso, sua importância econômica e social para o Nordeste e para o Brasil, refletindo-se mesmo no fortalecimento da unidade e da segurança nacionais, levam-me a recordar os pioneiros do empreendimento histórico, a começar de D. Pedro II, que visitou a Cachoeira de Paulo Afonso em 1859, e a 20 de outubro desceu a Furna dos Morcegos, anotando em seu diário que não era "exagerado dizer que havia verdadeiro perigo em percorrê-la, como fiz, dando, contudo, três quedas felizmente sem me machucar". De Sua Majestade partiu o ato determinando que se procedesse a um estudo completo do São Francisco, das nascentes à foz, trabalho realizado até Pirapora por engenheiro francês e daí em diante pelo engenheiro alemão Henrique Guilherme Halfeld, de 1852 a 1854.

Três dezenas de anos se passaram em branca nuvem para Paulo Afonso até que, com a República, aparece a 28 de novembro de 1890 o Decreto n.º 1.113, oferecendo concessão para aproveitamento do potencial hidráulico da cachoeira. Tal decreto, seguido da Lei n.º 1.145, de 31 de dezembro de 1903, e de decretos de 1904 e 1905, serviram de base para oferecer novas concessões em 1910 e em 1911, pelo Decreto n.º 8.753, de 31 de maio, sem, entretanto, resultado positivo.

Só em 1913, Delmiro Gouvêa faz o aproveitamento, num desnível de 42 metros, de 1.500 H.P. do potencial hidráulico do São Francisco, mas, com a sua morte trágica, paralisa-se o desenvolvimento da obra.

Mais de três décadas de novo se passaram, e então surgiu o engenheiro Apolônio Sales, com o seu idealismo e a sua fé, para tornar realidade um sonho de muitas gerações. Ministro da Agricultura, em 1944, propõe ao Presidente Getúlio Vargas, na exposição de motivos n.º 456, a constituição de uma sociedade por ações para o amplo e efetivo aproveitamento da força hidráulica do São Francisco.

Os Decretos-leis n.ºs 8.031 e 8.032, de 3 de outubro de 1945, consagram o trabalho e o ideal de Apolônio Sa-

les mas, abolida a Constituição de 1937 com a deposição do Presidente Vargas, só em 15 de março de 1948, por determinação do então Presidente Eurico Gaspar Dutra, se constituiu a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Alagoas

Sr. Presidente e Srs. Senadores, cumpre-me abrir um parêntese para ressaltar o que à grande obra deve o desenvolvimento de Alagoas. Assumindo eu o Governo do Estado em janeiro de 1951, e verificando que os pântanos existentes em Satuba, Campina e Porangaba tornavam impossível no inverno a comunicação rodoviária de Maceió com o sertão — o que elevava excepcionalmente os preços dos cereais que ali eram produzidos e consumidos pela Capital do Estado —, decidi implantar a pavimentação asfáltica em Alagoas e construir a rodovia Maceió—Palmeira dos Índios. Apesar de contar com o apoio das classes produtoras alagoanas — a cujo amor à terra, patriotismo e espírito progressista nunca é demais render minhas homenagens —, os recursos eram insuficientes para a concretização do empreendimento. Recorri, então, ao Presidente da República, com o argumento de que não seria justo que o Brasil despendesse tanto dinheiro com a construção da Usina de Paulo Afonso sem que os Estados da Região dispusessem de meios de comunicação para assegurar o transporte da produção e consequentemente atrair os investidores. Sensível ao meu apelo, determinou o Presidente Getúlio Vargas que o Banco do Brasil fizesse a Alagoas um empréstimo por conta das cotas do Fundo Rodoviário Nacional que lhe seriam destinadas, com o que pude colocar o Estado em quarto lugar no Brasil, em matéria de pavimentação, depois de São Paulo, Estado do Rio e Minas Gerais, com 156 quilômetros de rodovias asfaltadas, em 1955, quando o Brasil possuía cerca de 1.500 quilômetros.

Dificuldades

Sr. Presidente, para levar avante a construção da primeira Usina de Paulo Afonso, imensas foram as dificuldades. De início, enfrentamos a incredulidade dos técnicos americanos, dos financiadores da obra, que consideravam o nosso projeto sem viabilidade técnica. Depois, o espírito conformista e a rotina negavam ao Nordeste capacidade de consumo para absorver a produção de uma usina hidrelétrica, inicialmente com um potencial instalado de 180.000 quilowatts. Vencemos afinal as resistências, e a realidade comprovou as nossas razões, pois, nestes 25 anos, Paulo Afonso inaugurou não apenas as três unidades geradoras iniciais, como também a Usina II e duas unidades de 240.000 quilowatts cada uma

da Usina III, devendo mais duas entrarem em funcionamento até o fim deste ano.

Além disso, acha-se em execução, desde janeiro de 1971, o Projeto Moxotó, com mais quatro geradores de 110.000 quilowatts cada um, para o que se faz barragem no São Francisco, com capacidade de um bilhão de metros cúbicos de água. E daí partirá a CHESF, com a regularização, em Sobradinho, do rio São Francisco, para a construção da Usina IV, com capacidade para dois milhões de quilowatts.

Numa área de mais de 1.000.000 de km², oito Estados são servidos pela CHESF, cuja rede de linhas de transmissão alcança hoje, ainda sem contar com a COHEBE, onze mil quilômetros, interligando 120 subestações, e serve a 1.623 localidades e a uma população de 15 milhões de nordestinos.

O consumo da energia elétrica de Paulo Afonso, multiplicado por 22 em 17 anos, acompanha o desenvolvimento da produção, como se vê no quadro que aqui junto, aumentando sempre de ano para ano, e, no caso da Bahia e Pernambuco, em mais de um terço. Tendo de começo, em 1955, sido a demanda de 0,23 bilhões de quilowatts/hora, alcança ela em 1972 cinco bilhões. Só em dezembro do ano passado a CHSF forneceu 403.661.815 milhões de quilowatts/hora, enquanto em todo o ano de 1960 forneceu..... 874.508.500 milhões. Nos doze meses de 1972, foram fornecidos 4.469.412.078 bilhões de quilowatts/hora. Em tal período, Salvador superou todas as áreas consumidoras, atingindo a 24% a sua taxa de crescimento, quando a da região inteira foi em média de 17,4%.

Vale dizer que o preço das tarifas da CHESF é dos mais baixos, está em torno de 60 cruzeiros o quilowatts/hora, 10 a 20% mais barato que o da Light e o de Furnas. É difícil, no entanto, fazer em tal setor comparação entre elas, porque a CHESF vende a energia em grosso e essas empresas a vendem a retalho.

A potência instalável de Paulo Afonso é da ordem de 9 a 10 milhões de quilowatts e pode ainda atingir a números maiores. A CHESF tem hoje, perfazendo tudo um total de 4.109.000 quilowatts:

a) em operação, 1.689.000 kw, ou seja, 1/4 do potencial aproveitável da cachoeira;

b) em construção, os 480.000 kw das restantes duas unidades da Usina III e os 440.000 quilowatts dos quatro geradores de Moxotó; e

c) em projeto, para ter início de execução ainda este ano e término em 1978, os 1.500.000 kw da IV, para cuja construção já começaram as

obras do V Plano de Expansão, integrado pelo Projeto Sobradinho, a 300 km de Paulo Afonso, com um reservatório de 37,3 bilhões de metros cúbicos, numa área de 4.250 quilômetros quadrado, o que garante vazão constante de 2.100 metros cúbicos por segundo.

Não está ainda dimensionado o aproveitamento do potencial hidrelétrico de Sobradinho. O desnível agora existente é de apenas 40 a 50 metros, mas a ele se podem acrescentar, quando for construída a Usina IV, mais 82 metros, e ainda 21 metros da barragem de Moxotó e quatro a cinco metros do desnível do canal de fuga das turbinas de Paulo Afonso. Sobradinho poderá vir a ter, portanto, cerca de 150 metros de desnível, mas seu projeto é de tal grandeza, abrangendo tão variados aspectos do desenvolvimento da região, dada a importância da regularização plurianual do rio, que nele o fator energético diminui de significação.

Vale ressaltar que o custo por kw da Usina III de Paulo Afonso, em conclusão, é de US\$ 45, ou seja, cerca de 30% do custo de qualquer empreendimento do mesmo tipo em nosso País, e, anote-se, a estimativa do custo por kw, no mundo, é da ordem de US\$ 200.

COHEBE

Refiro por fim, Sr. Presidente e Senhores Senadores, a Usina de Boa Esperança, no rio Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão, em funcionamento desde 1971, e em breve integrante do sistema da CHESF, que já recebeu autorização da sua Assembléia de Acionistas para incorporá-la, devendo, a 31 deste mês, realizar-se também a Assembléia da COHEBE com o mesmo objetivo. Tem ela capacidade instalada de 108.000 kw, e cerca de 1.000 km de linhas de transmissão servindo a aproximadamente 80 cidades.

Mas até agora é baixo o consumo da energia que gera, de apenas 20% no grupo residencial, e isto porque é, para a área, elevadíssimo o preço do kw/hora.

Certo que a construção da Usina de Boa Esperança exigiu investimento muito grande, mas não será possível fixar-lhe a tarifa na base dele, porque assim não haverá consumo para a sua energia. Estou, no entanto, informado de que o Sr. Ministro das Minas e Energia, atento ao problema, já determinou que, ao incorporá-la, a CHESF seja debitada apenas por menos da metade do custo da obra. Assim, se nesta se gastarem Cr\$ 800.000,00, menos de 50% dessa quantia serão transferidos à CHESF, que terá ainda o prazo de três anos para mobilizá-los em novos investimentos da empresa. Em tais condi-

ções, considerando que "a significação de Boa Esperança transcende, de muito, toda a importância que se possa atribuir aos aspectos econômicos, aliás transitórios", a tarifa da COHEBE vai ser igual à da CHESF, como à de todo o Nordeste. Isso mesmo se fez no Sul da Itália nos começos da década de 60.

Ainda por determinação do Sr. Ministro das Minas e Energia, as distribuidoras não poderão aumentar a tarifa única para o Nordeste em mais de 12%, na porta do consumidor.

Superintendência do Vale do

Parnaíba

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estive na semana passada em Recife, onde visitei o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, órgão do mais alto interesse para o Nordeste e o Brasil, que Gilberto Freyre criou, dando realidade às idéias que defende em seus livros, monumentos de inteligência e cultura que iluminam o nosso passado e clareiam os caminhos do presente e do futuro.

Com o IJNPS, a SUDENE contratou um levantamento sócio-econômico do Vale do Parnaíba, no Piauí, o qual já se processa com a seriedade com que ali tudo se faz. Pelo entusiasmo dos pesquisadores ante os primeiros resultados dos seus estudos de campo, pude antever o grande futuro que se abre àquela região, e já se fala em implantar uma Superintendência para acelerar-lhe o desenvolvimento.

Raposo Tavares

Sr. Presidente e Srs. Senadores, permitam-me V. Ex.^{as} deter-me agora, por mais alguns instantes, na apreciação do empreendimento de Itaipu, de que já me ocupei em recente pronunciamento.

O Sr. Helvídio Nunes — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ARNON DE MELLO — Pois não, nobre Senador Helvídio Nunes.

O Sr. Helvídio Nunes — Estou acompanhando, como toda a Casa, — seria um truismo dizer — com todo o interesse o pronunciamento que V. Ex.^a vem fazendo, na tarde de hoje, focalizando aspectos gerais da política energética, sobretudo na parte que se relaciona com a produção e a distribuição. Não queria deixar que a referência de V. Ex.^a ao empreendimento de Boa Esperança passasse sem aparte, pois que essa mesma matéria foi por mim recentemente focalizada da tribuna desta Casa. Realmente, Sr. Senador, na sua exposição, V. Ex.^a anuncia duas importantes medidas que serão tomadas provavelmente pelo Governo em favor da região, particularmente em benefício do Piauí e do Maranhão. Ai está um reparo que desejo fazer ao discurso de V. Ex.^a:

a simples não incorporação de determinados custos ao preço pelo qual vai ser recebida pela CHESF a Hidrelétrica de Boa Esperança, não significa absolutamente que o preço da tarifa cobrada esteja de acordo com as possibilidades de pagamento das populações do Piauí e do Maranhão. Sabe V. Ex.^a que as grandes linhas de transmissão do Centro-Sul foram, é bem verdade que há alguns anos atrás, subsidiadas pelo Governo. V. Ex.^a também focalizou, e o fez muito bem, o preço unitário de custo e estabeleceu comparação entre o da CHESF e o da Boa Esperança, sendo que o da Boa Esperança é dez vezes superior ao da CHESF. Então, ilustre Senador, o que nós, piauienses e maranhenses, pretendemos é que — já que Boa Esperança foi construída por um ato de decisão do Governo, que não atendeu inclusive às recomendações dos técnicos, foi uma obra para ajudar o desenvolvimento daquela área — enquanto esses dois Estados não atinjam o estágio de desenvolvimento dos demais no Nordeste, a energia fornecida ao Piauí e ao Maranhão seja subsidiada pelo Governo Federal. Na parte em que V. Ex.^a anuncia estudos que estarão sendo feitos pelo Instituto Joaquim Nabuco em Recife e adianta que possivelmente será criada uma superintendência para o Vale do Parnaíba, gostaria de deixar fixado no discurso de V. Ex.^a que essa determinação — e é preciso que façamos justiça aos homens públicos deste País — teve início na Presidência do Marechal Castello Branco, que determinou fosse feita uma reunião em Recife com os Governadores das áreas interessadas, o Ministro das Minas e Energia e o Ministro do Planejamento. Naquela época, foram tomadas as primeiras providências para que, dentro em pouco, fosse uma realidade a Comissão de Valorização do Vale do Parnaíba. Muito obrigado.

O SR. ARNON DE MELLO — Muito obrigado a V. Ex.^a, nobre Senador Helvídio Nunes, pelo seu aparte que muito ilustra o meu discurso.

Srs. Senadores, detenho-me agora por mais alguns instantes na apreciação do empreendimento de Itaipu, de que já me ocupei em recente pronunciamento. Pode ele ser considerado o maior ato revolucionário já praticado no Brasil. Frize-se que levamos 473 anos para produzir, nos mais diversos pontos do território nacional, 10.974.000 quilowatts de energia hidrelétrica e, em oito anos, Itaipu sozinha nos dará mais que isso. Assim, com a execução do Tratado para construção dessa Usina, o Brasil será duplicado em energia e força.

Complementaremos, com isso, a obra de Antônio Raposo Tavares, que na primeira metade do Século XVII bravamente lutou pelo nosso domínio na região. Não se alegue que o fez simplesmente movido pelo interesse de

apresar índios, porque índios havia em outras áreas deste País, onde podiam ser apresados sem terem os bandeirantes necessidade de correr os riscos do antibrasileirismo dos jesuitas espanhóis.

Lutas e sofrimentos

E não eram apenas tais riscos que enfrentavam. O jesuíta Diogo Ferrer, em carta ânuia de 1633, refere o regresso ao Itatim da bandeira de Ascência de Quadros e, embora não morra de amores pelos bandeirantes, antes pelo contrário, descreve com estas palavras as suas lutas e os seus sofrimentos:

"Supimos tambien que los Portugueses bolvieram cansadissimos, y que tubieron muchas desventuras en el camino, hasta comer sapos y bivoras, por no hallar otra cosa por estes caminos por tierra. Quisera hacer aqui una digresion para confundir a mi tibieza considerando que estos Portugueses hacen y padecen sin comparacion mas para ganar a los cuerpos de los indios para su servicio que yo para ganar a sus almas para el cielo; porque ellos estan siempre em camino a pie, tan largos, tan dificultosos, tan faltos de todo lo necesario para esta vida, padeciendo tanta hambre, cansacio e desnudez, estando siempre em vela com mil sobresaltos, en tantos y tan continuos peligros de cuerpo y alma para grangear a quatro indios que mañana se les huyran o moriram, e yo para ganar a las almas immortales para Dios, me estoy tan floxo..."

Aludindo ao testemunho do padre espanhol Ruiz Montoia, como os seus colegas igualmente nada favoráveis aos bandeirantes, Jayme Cortesão acentua:

"Este excelente retrato do bandeirante, andarilho por monte e vale, a pé e descalço, mas em ordem de guerra, capaz de se alimentar com frugalidade, aproveitando-se, auxiliado pelos índios, dos recursos regionais, em contraste com o hispano-paraguaio, bom cavaleiro, bom atirador, mas mimoso e regalão, peca apenas por otimismo, quando se exalta o regalo no passado dos bandeirantes. É certo que o autor se refere a bandeiras marchando numa região, — a de Guairá — como se vê pela referência aos pinhões, onde não era difícil encontrar a subsistência."

Estudos

Srs. Senadores, os brasileiros de hoje também enfrentaram dificuldades imensas para estudar, projetar, estruturar, dar, enfim, viabilidade ao aproveitamento, mais de 3 séculos depois, da obra de Raposo Tavares em benefício do desenvolvimento brasileiro. Se os bandeirantes de 1600 asseguraram o alargamento das nossas fronteiras geográficas, os brasileiros de 1970 ampliam nossas fronteiras econômicas, possibilitando-nos, na base da geração de energia barata, produzir a baixos custos e melhor competir no mercado internacional.

Muito nos custou realmente definir o aproveitamento do potencial energético do rio Paraná, no trecho em que ele corre entre o Brasil e o Paraguai. Veja-se o que a respeito diz o engenheiro Mário Bhering, Presidente da ELETROBRÁS:

"Estudamos exaustivamente esse trecho. De início examinamos 50 soluções para o seu aproveitamento energético. Em seguida, concentramos nossos estudos em dez delas, e, depois, mais detalhadamente, em duas. Finalmente, por critérios econômicos de viabilidade técnica, escolhemos Itaipu, que poderá gerar cerca de 60 bilhões de quilowatts/hora. O local é excepcional e o custo da energia é inferior ao da maioria das outras alternativas, hidráulicas ou nucleares. Se tivéssemos de instalar esta potência em usinas térmicas a óleo, nossa balança cambial sofreria um acréscimo de 250 milhões de dólares por ano. A massa de energia gerada, a preço mais baixo, transferida ao parque industrial, permitirá reduzir o custo da energia em toda a Região Sudeste, com grandes benefícios para a indústria local."

Obras

O projeto de Itaipu, que torna navegável, em toda sua extensão, até a Bacia do Prata, o rio Paraná, porque lhe regulariza o curso principal, assegura aos países a jusante o dobro da capacidade de geração de energia e evita-lhes os prejuízos das inundações decorrentes do excesso de chuvas.

A barragem única, constante do projeto escolhido, além de mais barata, permite que se aumente para 10.710.000 quilowatts a potência a ser instalada. Sem contar com a subestação de 765 quilowatts/hora e

as obras de navegação, que absorverão um total de 180 milhões de dólares, a Central Elétrica de Itaipu está orçada em US\$ 2 bilhões, 22% abaixo do custo da outra solução não adotada.

As obras da barragem darão trabalho a cerca de 20 mil pessoas e a drenagem será feita em 820.000 km². Consumirá a construção 8.600.000 m³ de agregado grosso para concreto; 4.300.000 m³ de areia; 1.850.000 toneladas de cimento; 71.400 toneladas de aço para concreto armado. Será em média de 9,070 m³ por segundo a descarga anual da Usina.

A maior do mundo

Inicialmente, Itaipu terá 14 geradores de 765.000 quilowatts o que significa que cada uma produzirá mais eletricidade que a Usina Atômica de Angra dos Reis, cuja potência será desde logo superada em 18 vezes e meia por aquele complexo hidrelétrico que não exige combustível e cuja tecnologia é bem conhecida em nosso País. Mas, quando for feita a regularização do rio Paraná, construída a Usina de Ilhá Grande, tal capacidade se elevará a doze milhões de quilowatts, ou seja, 600.000 quilowatts mais que toda potência instalada no Brasil até 31 de dezembro de 1972, a qual era então de 11.400.000 quilowatts. Enquanto todo o sistema atual da CHESF, com as novas unidades da Usina III, ainda por concluir, alcançará pouco mais de dois milhões de quilowatts, Itaipu terá sozinha seis vezes essa potência.

Com capacidade para gerar aproximadamente 60 bilhões de quilowatts/hora, superará também as maiores centrais de eletricidade do mundo. Gerará 30 bilhões de quilowatts/hora a mais que a usina americana de Gran Coulee; 50 bilhões a mais que cada uma das usinas soviéticas de Sayansk e Krasnoyarsk, de 6 milhões de quilowatts; 55 bilhões a mais que Churchill Falls, no Canadá, de 5.500.000 quilowatts; e 58 bilhões a mais que a Usina de Assuan, no Egito.

Eis por que não há exagero em dizer-se que, depois do Sol é de Itaipu que recebemos mais energia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Os números e os fatos, tão evidentes e afirmativos, comprovam que o desenvolvimento hidrelétrico do Brasil atende, a tempo e a hora, às exigências do desenvolvimento econômico através de sólida e eficaz infraestrutura. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ARNON DE MELLO EM SEU DISCURSO.

Especificação	Consumo de energia elétrica (1961 — 1970)			
	Consumo (KWH)			
	1961	1964	1967	1970
Industrial	9.941.046	11.958.204	13.861.124	19.345.230
Residencial	4.164.590	5.122.707	6.327.119	8.405.802
Comercial	2.802.710	3.125.876	3.823.719	3.823.719
Iluminação Pública e Poderes Públicos	1.519.509	1.887.691	2.461.768	3.375.934
Outros	1.199.70	1.513.784	1.513.784	1.351.969
Total	19.629.555	27.520.877	27.987.514	37.672.695

Fonte: Serviço de Estatística do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

QUADRO II

Energia Elétrica — Capacidade Instalada em MW

Anos	Hidrelétrica	Termelétrica	Total	Incremento
1968	6.183	2.372	8.555	513
1969	7.857	2.405	10.262	1.707
1970	8.828	2.405	11.233	971
1971	10.244	2.426	12.670	1.437
1972+	10.974	2.515	13.489	819

Fonte: DNAEE

+ Estimado — ELETROBRAS — DEPL

QUADRO III

Produção e Consumo de Energia Elétrica em Bilhões de KWH

Anos	Produção	Consumo	Incremento ao Consumo
1968	38,2	31,4	12,1
1969	41,6	34,2	8,9
1970	46,3	38,2	11,7
1971+	51,9	42,9	13,8
1972+	57,6	47,5	10,7

+ Estimado — ELETROBRAS — DEPL

Fonte: DNAEE

QUADRO IV

Evolução do Consumo de Energia Elétrica por Classes em Bilhões de KWH

Anos	Residencial	Comercial	Industrial	Outros	Total
1968	7,1	4,3	16,1	3,9	31,4
1969	7,8	4,8	17,2	4,4	34,2
1970	8,8	5,3	19,1	5,0	38,2
1971	9,5	5,7	22,1	5,5	42,8
1972	10,9	6,6	24,2	5,7	47,4

Fonte: DNAEE

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, há alguns anos, na Câmara dos Deputados, coube-me lamentar que a nobre Nação argentina houvesse ingressado no caos da ditadura.

É com satisfação, Sr. Presidente, que, à véspera de voltar aquele grande povo à normalidade constitucional, com a posse do Presidente eleito pelo povo, me regozijo com a nação vizinha.

E essa satisfação, Sr. Presidente, é de todo o povo brasileiro, que através do Presidente do seu Congresso se vai representar nas solenidades de amanhã. Essa satisfação, Sr. Presidente, é de todos os que crêem que a solução para as grandes crises está no regime democrático, na consulta ao povo, no apelo às urnas, na consagração dos eleitos.

Devo, Sr. Presidente, depois dessas palavras, explicar duas intervenções minhas no plenário desta Casa.

Quando, recentemente, falava aqui o nobre Senador Carvalho Pinto sobre a política do café, tive ensejo de dar um aparte sobre as sucessivas direções do Instituto Brasileiro do Café, justificando as modificações de sua política.

Interveio o nobre Senador Flávio Brito para fazer o elogio da continuidade administrativa. Quero incorporar nos Anais, Sr. Presidente, o que publica o *Jornal do Brasil*, de domingo último, sob o título "Tribunal conclui sobre o café". É o resultado do estudo feito pelo Tribunal de Contas da União, sobre os abusos praticados no Estado do Rio — só no Estado do Rio, porque nos outros Estados cafeeiros como São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia, não foram apurados esses excessos. Mas só no Estado de V. Ex.^a, Sr. Presidente. Diz o recorte do *Jornal do Brasil*:

"Tribunal conclui sobre café" Brasília (Sucursal) — O Tribunal de Contas da União comunicará ao Ministério da Indústria e do Comércio o resultado das investigações em torno de irregularidades ocorridas na execução do programa de erradicação e diversificação da lavoura do café, que resultaram num prejuízo da ordem de Cr\$ 3.500 mil para o IBC, a fim de serem tomadas providências para o ressarcimento à Fazenda Nacional.

A apuração das irregularidades foi provocada por uma entrevista do então diretor do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), Sr. Válder Lazarini, concedida ao *Jornal do*

Brasil em 18-1-68, na qual denunciou serem totalmente irregulares 442 contratos firmados com produtores de café do Estado do Rio de Janeiro.

Contas

O Tribunal examinou particularmente as contas de 1968 do IBC, então presidido pelo Sr. Orlando Mastrocola, mas não pôde caracterizar a responsabilidade penal de funcionários, de cafeicultores ou de membros da ACAR-RJ, implicados. Entende, entretanto, a Procuradoria do TCU, que medidas judiciais poderão ser tomadas pelo Ministério da Indústria e do Comércio quanto ao ressarcimento do prejuízo. Para isso, a presidência do Tribunal enviará ao MIC a documentação necessária.

O TCU remeterá também ao Ministério o expediente do Sr. Carlos Alberto de Andrade Pinto, atual presidente do IBC, que desaconselha, devido ao tempo decorrido — cinco anos — uma vistoria ou pericia nas antigas lavouras de café, por terem desaparecido dos terrenos os sinais de erradicação. Considera o IBC praticamente inexecutível aplicar procedimento judicial contra os cafeicultores que não aceitaram a reavaliação. Acha o presidente do Instituto que, para a reavaliação ser válida, teria de haver um levantamento aerofotogramétrico das áreas, medida altamente onerosa para o IBC.

Fraude

O diretor do Gerca, Sr. Váler Lazaretti, declarou na entrevista ao *Jornal do Brasil*, que os proprietários apontavam uma área maior do que realmente possuíam, a fim de receber o máximo possível da verba destinada pelo Conselho Monetário Nacional para aplicação na erradicação dos cafezais antieconômicos. Assim, o IBC vinha indenizando erradicações de pés de café inexistentes.

O Instituto não avaliava os terrenos, com vista às indenizações.

Firmara convênio para as avaliações com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro (ACAR-RJ).

Essa foi a entidade apontada como responsável pelas medições incorretas. Mas a ACAR-RJ atribui o erro das medições ao desconhecimento das instruções do IBC, nas quais o limite máximo de pés por hectare foi fixado em 750. Em consequência, foram assinados 442 contratos considerados prejudiciais ao IBC.

Avaliação

Constatadas as irregularidades, o Instituto, através do Gerca, realizou novas avaliações. Apurou então a diferença de cerca de 12.300 hectares de plantações, o que equivale ao pagamento de Cr\$ 3,6 milhões.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. Vasconcelos Torres — Nem V. Ex.^a poderia deixar de esperar a oportunidade da interrupção do seu discurso em estando aqui um Representante do Estado do Rio, que se preocupa principalmente com os problemas econômicos da sua terra. O fato é que, quando há desajustamento nesse setor, paralelamente se verifica situação social difícil, tal como ocorreu particularmente no Norte Fluminense quando da chamada "erradicação de cafezais" dados como improdutivos. Foi uma conceituação errônea, à época. Faço questão de ressaltar o atual Governo, que está procurando corrigir a anomalia. Sem dúvida, a Direção do Instituto Brasileiro de Café esteve pessimamente assessorada. V. Ex.^a, nobre Senador Nelson Carneiro, não é expert, na matéria, como eu também não sou, mas, quando chega a informação, V. Ex.^a detecta algo, e eu também, com apenas uma diferença, permita-me acrescentar, entre nós dois: é que eu ando por essas zonas todas, periodicamente. Quanto à erradicação dos cafezais, é verdade que alguns abusos ocorreram. Houve uma "conjuminação" — não sei se a palavra é parlar — de alguns cafeicultores não adequados à situação moral da produção. Porque, não é só a produtividade — V. Ex.^a sabe, que também o fazendeiro, às vezes, é envolvido pela sua boa-fé e pelo funcionário despreparado. Esses funcionários, geralmente são homens da Guanabara que indagam do fazendeiro: "Quanto o senhor tem, aqui, de área de cafezais improdutivos?" Obtém a resposta e anotam. Naquela ocasião, indenizações foram feitas. Acontece que a erradicação — não sei se os informes que V. Ex.^a tem em mãos declaram isto — foi um erro tremendo, porque o IBC atual está, na mesma área de erradicação, financiando o plantio de novos cafezais. Citarei um exemplo. Quero fazer justiça ao nobre Senador Paulo Tórreres, que no momento está presidindo os nossos trabalhos. S. Ex.^a foi lá, pessoalmente, e viu. Refiro-me particularmente ao caso de um ex-Secretário de Agricultura do Estado do Rio que, de boa-fé, deu a área realmente a ser erradicada. Depois, a situação política mudou e ele teve que pagar, honestamente, ao Instituto Brasileiro

do Café, aquilo que foi apontado como sendo cobrado a mais. Eu me refiro ao ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Agricultura Dr. Francelino de Barros Franca; um dos líderes do Movimento Democrático Brasileiro, do Estado do Rio, o Senador Paulo Tórreres falou sobre isto, aqui, e o confirma, agora, da Mesa.

Nobre Senador Nelson Carneiro, V. Ex.^a tem razão. Em princípio, o meu aparte não é para contraditar; antes, é para dizer que a política de erradicação de cafezais foi altamente prejudicial ao meu Estado. Agora se procura corrigir essa distorção financeira, dando pés de café, sob garantia excepcional jamais dada a qualquer cafeicultor do meu Estado. Aparentemente, teria eu incorrido em contradição com V. Ex.^a quando, na verdade, temos unidade de pontos de vista; houve efetivamente, um desastre, porque as áreas onde os cafezais foram erradicados estão completamente abandonadas. O êxodo rural no Norte fluminense, de dez em dez anos, ocorre à base de 20%, quando o café poderia sustentar, pelo menos, uma parte da população daquela área que já foi chamada de "Nordeste sem seca". Assim é que, mencionado o Estado do Rio, eu não seria o Senador que sou se não interrompesse o seu discurso para, ciente e conscientemente dos nossos problemas, dizer que V. Ex.^a no que afirma — e talvez, aí, com muita sinceridade — está, infelizmente, com a razão.

O SR. NELSON CARNEIRO — Muito agradeço a V. Ex.^a, que traz o seu depoimento confirmando críticas que fiz, sobre as mutações da política cafeeira. Frisei, naquele instante, que tal não se dera apenas no período revolucionário, mas ao longo de toda a história do café no Brasil. Aliás, o ex-Ministro Carvalho Pinto, com sua probidade, bem acentuava que os erros da política cafeeira não têm data fixa para ter início; eles vêm sucessivamente ocorrendo através dos diversos governos, antes e depois da Revolução.

Sr. Presidente, continuo a leitura:

"Foram então reavaliados os contratos, e 70 cafeicultores devolveram à fazenda Nacional o excesso recebido. O impasse ocorreu — e até hoje persiste — quando os 372 cafeicultores restantes negaram-se a aceitar novas medições.

O presidente do IBC, para apurar responsabilidades pela manipulação criminosa das verbas, solicitou a abertura de inquérito policial, denunciando, entre outros atos ilícitos, a apresentação de laudos fantásticos elaborados por servidores da ACAR-RJ, mancomunados com lavradores. Os encarregados do inquérito, entretanto, concluíram pelo arquivamento dos

autos, alegando ser impossível encontrar qualquer indício que pudesse responsabilizar os funcionários do IBC, os cafeicultores ou os membros da ACAR-RJ."

Vale dizer, Sr. Presidente, que o ocorrido no Estado do Rio, necessariamente ocorreu também — e isto é notório — nos outros Estados cafeicultores. E quem pagou isto, Sr. Presidente? A economia nacional; pagou aquele que cumpriu as portarias do IBC, e pautou sua conduta pelo modo mais regular possível.

Recordou o nobre Senador Vasconcelos Torres que hoje se financia o replantio dos cafezais. Tenho assistido a isto no Estado de São Paulo, e vejo que a instabilidade da política cafeeira é que nos levou à situação difícil em que nos encontramos, de passar de primeiro país exportador do mundo a país importador, para atender às necessidades e aos compromissos assumidos com os países estrangeiros.

Finalmente, Sr. Presidente, quero prestar homenagem ao ardor, ao entusiasmo do nobre Senador Dinarte Mariz, que comentou da tribuna, na sessão do dia 15 deste mês, a transcrição que fiz, nos Anais, de ofício enviado pela Comissão Geral de Investigação do Ministério da Justiça, ao Sr. Aluizio Alves.

O nobre Senador Dinarte Mariz, com a explosão natural do seu temperamento, imaginou que me tivesse referido a esse documento como sendo ofício do Ministério da Guerra e não da Justiça.

Procurei conferir, Sr. Presidente, e no *Diário do Congresso* do dia 15 do mês em curso, verifiquei que, realmente, o equívoco não era meu; era do eminente representante norte-riograndense.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com todo prazer.

O Sr. Dinarte Mariz — Eu me baseei — como não havia publicação ainda do *Diário do Congresso* — nas notas taquigráficas que mandei apanhar na nossa taquigrafia, e lá estava exatamente. Eu falei com as notas taquigráficas nas minhas mãos, lendo exatamente a parte em que V. Ex.^a se referiu ao Ministério do Exército. Então, isso foi um dos motivos do meu discurso, porque verifiquei que havia um equívoco, uma vez que as CGIs são subordinadas ao Ministério da Justiça e não ao do Exército. Esse foi um dos motivos; mas, o motivo principal foi o equívoco que também V. Ex.^a, a meu ver, cometeu, quando achou que a revolução estava corrigindo uma injustiça. Ora, não havia nenhuma injustiça a corrigir, porque não havia nenhum ato condenatório

decorrente daquela denúncia. O ato condenatório do ex-Deputado a que V. Ex.^a está se referindo, foi do Presidente da República, reunido com um Conselho de Segurança Nacional e não era possível admitir que uma Sub-CGI fosse rever ato do Presidente da República e do Conselho de Segurança Nacional. Então, o meu discurso foi exatamente para colocar as coisas nos seus devidos termos e para que a História, que é sempre falha, não fique mais falha amanhã, quando se examinar essa fase da política e da administração nacional, que estamos vivendo. Este, realmente, o caráter que dei ao pronunciar o discurso que não teve outro sentido senão aquele de corrigir um equívoco. Quero, também, dizer a V. Ex.^a que, decorrente desse discurso, recebi vários ataques. Mas a minha oração foi exatamente para isso. Estou-me documentando e o Senado vai tomar conhecimento de uma grande parte do que significa a marcha dos acontecimentos dentro da Revolução em relação ao meu Estado, o Rio Grande do Norte.

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, como vê V. Ex.^a, o equívoco resultou possivelmente da leitura das notas ainda não revistas pela Taquigrafia, a quem eu entregara, para qualquer retificação acaso necessária, o texto da comunicação, com as armas da República, escrito: Ministério da Justiça. O discurso não foi revisto por mim, inclusive, porque eu não estava nesta cidade no dia 15 de maio, quando foi publicado, pois na ocasião me encontrava no Rio de Janeiro, assinando autógrafos em modestos livros que divulguei.

Portanto, foi apenas um engano, que me cumpria corrigir.

Quanto ao julgamento do ex-Deputado Aluizio Alves, através do ato do Presidente da República, com apoio da Comissão de Segurança Nacional, não comentará porque, infelizmente, não podemos discutir nem a justiça nem a injustiça de qualquer destes atos, uma vez que nenhum de nós conhece as razões que os determinaram. Vimos, ainda anteontem, nesta Casa, o nobre Senador Ruy Carneiro recordar o eminente Senador Pedro Ludovico, e a Casa toda, que o conheceu, no trato diário, não há de julgar S. Ex.^a subversivo nem corrupto, apenas porque sobre ele caiu o alfanje da Revolução.

Portanto, antes de conhecidas e publicadas as razões destes atos e dado aos acusados o direito de defesa, não posso julgá-los se procedentes ou improcedentes, se bons ou maus, se fundados ou infundados.

Todos nós conhecemos vários colegas da Câmara e do Senado que foram afastados e que, no nosso juízo, não mereciam tão grave punição.

Não entro, Sr. Presidente — e não entraremos nunca — nos debates internos da política dos Estados, achando que eles não devem ser trazidos ao Senado Federal, senão quando extravasam daqueles limites regionais e alcançam repercussão nacional. Por isto, queria somente dizer ao nobre colega Dinarte Mariz, que, ao incluir o Ofício da CGI nos Anais do Senado, quis trazer uma contribuição ao julgamento de um homem que, não tendo uma tribuna, deve merecer ao menos a compreensão e o respeito na hora em que recebe uma demonstração de que, neste processo que lhe foi movido, nada, contra ele, foi apurado. Disse eu, no meu discurso, que era uma homenagem ao homem público. Foi assim que o fiz e assim continuo fazendo, porque, nos dias que marcaram a carreira política no Brasil, todos os baldões se jogam, mas nem todos os baldões alcançam os homens por eles visados. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórreres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Clodomir Milet. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamin Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Na qualidade de representante do Senado Federal, juntamente com os Srs. Senadores Ney Braga, Accioly Filho, Mattos Leão e Flávio de Britto, tive a honra de participar da Décima Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina — oitava de âmbito nacional, realizada no "Parque Ney Braga", naquela cidade.

Foi em verdade uma exposição digna de menção honrosa, à qual compareceu nada menos de um milhão de visitantes, os quais tiveram a oportunidade de ver os grandes campeões da raça bovina.

Quero e devo consignar aqui esta afirmação colhida na *Folha de Londrina*, jornal objetivo e útil que honra a imprensa brasileira: "entre os entendidos, os criadores, a afirmação é unânime: em termos de qualidade dos animais, esta (a exposição) foi a melhor de todas."

E não foi outra a opinião de Manoel Garcia Cid, presidente da Sociedade Rural, responsável pela Exposição: "Mais de um milhão de pessoas visitou essa exposição, número igual ou superior ao dos anos anteriores." E prossegue: "Este ano também foi batido o recorde de animais; foram ao todo 3.500."

Dai se infere que o boi é uma das suas principais riquezas, com os produtos da terra, na grande e progressista cidade de Londrina, formando o embasamento econômico daquele município.

Esse é um quadro do Paraná, Estado que tem sido um dos mais importantes deste País, na escalada do desenvolvimento.

Não tenho dúvida que a Décima Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina foi bastante concorrida e que dela tomou conhecimento o país através de amplo noticiário da imprensa escrita, da Televisão, do Rádio e do Cinema.

Este meu pronunciamento procurará enfatizar alguns aspectos relevantes colhidos na oportunidade.

Refiro-me à infra-estrutura de apoio à região de Londrina e de todo o Norte do Paraná, cujo crescimento econômico vem atingindo proporções inacreditáveis.

Senti, Sr. Presidente, durante a minha permanência em Londrina, que o Paraná ainda não exauriu a sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento do Brasil, notadamente no setor da agroindústria. Contudo, é indispensável que lhe sejam concedidos os recursos de que tanto prescinde. Posso citar, em primeiro plano, o problema rodoviário, deficiente na região e que necessita ser ampliado imediatamente para não ocasionar o estrangulamento da economia local.

Nos contactos que mantive na "Terra das Araucárias", senti latente a necessidade de se construir novas estradas no norte do Paraná, para o escoamento da produção e a abertura de novos pólos de colonização.

Creio que a criação dessas rodovias viriam ao encontro dos interesses do Governo, Federal e Estadual, porque as exportações brasileiras se baseiam, em grande escala, na produção agrícola, e hoje, o Paraná contribui com quase cinquenta por cento dessa produção, só não logrando aumentar esse percentual pela carência de recursos básicos, dentre os quais avulta o do transporte.

Entendo ser justo, justíssimo, o empenho dos paranaenses visando a construção de novas rodovias, de novas vias de comunicação terrestre; eles merecem todo o apoio das autoridades competentes, pois o que objetivam é o engrandecimento do País.

Ainda recentemente, uma autoridade do Executivo, em entrevista à imprensa, informou que o Brasil poderá atingir a meta dos quatro bilhões e meio de dólares com as exportações em 1973. Se examinarmos a pauta de vendas, constataremos que os produ-

tos agrícolas têm um peso considerável no volume de nossas exportações.

A preocupação do Governo Federal tem sido a de aumentar gradativamente o nosso comércio exterior, o que é bastante elogiável, mas, para que haja aumento, há que se dar condições favoráveis aos produtores, principalmente os rurais. Se isso ocorrer, não tenham dúvidas, os paranaenses poderão duplicar a sua atual produção agrícola, carregando, destarte, mais divisas para o Brasil, através do "corredor de exportação" de Paranaguá.

O Norte do Paraná é uma das regiões mais prósperas do Brasil. O seu crescimento vertiginoso tem apenas um ponto de estrangulamento: a falta de rodovias.

Para se ter uma idéia do que ali sucede, basta dizer que existe apenas uma rodovia pavimentada, que começa em Ourinhos, em São Paulo, e vai até Umuarama, no Oeste do Estado. Em Apucarana, a rodovia se bifurca e sua ala esquerda segue rumo a Ponta Grossa, de onde se liga a Curitiba. O asfalto atende às maiores cidades da região, quais sejam: Londrina, Maringá, Umuarama, Apucarana e algumas outras situadas em seu traçado. Contudo, a grande maioria dos municípios do Norte e do Oeste do Estado contam apenas com estradas de terra, que na época das chuvas ficam intransitáveis. E a interrupção do tráfego de veículos, Srs. Senadores, acarreta também a paralisação do trabalho rural, uma vez que o trabalhador não pode-se locomover para lugar algum.

Sr. Presidente, tal como tem feito a valorosa representação do Paraná nas duas casas do Congresso, daqui desta tribuna lanço um apelo às autoridades do Ministério dos Transportes, no sentido de dar uma solução ao problema rodoviário do Norte do Paraná, providência que é de suma importância não somente para os moradores daquela região, mas, também, para a própria economia do Estado e do País.

O custo da obra preconizada, Sr. Presidente, estará quase que imediatamente coberto pela conseqüente elevação do montante das taxas e impostos ali arrecadados pelos cofres públicos, em decorrência do inevitável aumento da produção agrícola que dela advirá.

Este meu apelo consubstancia o anseio de milhões de brasileiros que moram naquela região, onde dão a sua parcela de esforço e sacrifício em prol do fortalecimento de nossa economia, e que estão a reclamar, em contrapartida, o mínimo indispensável de apoio para que possam continuar em seu labor fecundo e imprescindível

ao progresso da Nação brasileira. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrres) — Devo uma explicação ao nobre Senador Danton Jobim: o nome de S. Ex.^a é o último da lista de inscrição; falaria no lugar cedido pelo nobre Senador Nelson Carneiro. Mas, como o Senador Nelson Carneiro já havia falado, deixei de conceder a palavra àquele nobre colega.

Concedo, agora, a palavra, ao ilustre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No fim da semana que passou, tive oportunidade de ocupar a tribuna a fim de tecer algumas considerações sobre o surpreendente surto de desenvolvimento da Guanabara, Estado que tenho a honra de representar nesta Casa.

Acentuei, então, que, sendo o nosso Estado o único a ser governado pelo Movimento Democrático Brasileiro, no concerto da Federação, é sempre conveniente que nós, representantes do MDB no Congresso, revelemos à Nação, através da tribuna, de que maneira a Oposição no poder se desincumbe da missão que lhe coube em nosso Estado.

Assinalamos o clima de desconfiança que se criara em torno do uso que faríamos do poder. O governo atual do Estado, secundado pelo apoio maciço da nossa Assembléia Legislativa, frisávamos nós, vem constituindo um exemplo de correção e eficiência, rigorosamente integrado no Plano Nacional de Desenvolvimento.

E isto sem prejuízo da ação ativa e independente dos nossos representantes em ambas as Casas do Congresso, sempre fiéis às linhas mestras do Programa do MDB e solidário com sua direção nacional.

A ato arda que se procura levantar artificialmente, nos arraiais adversos, contra a exemplar gestão do governador esbarra, Sr. Presidente, na eloquência dos fatos. O famoso "esvaziamento", que se tornara uma séria ameaça em conseqüência da mudança da Capital, é hoje coisa do passado.

O próprio Ministro da Fazenda, Srs. Senadores, vem afirmar agora que foram desmentidas as cassandras, os futurólogos que afoitamente denunciavam o esvaziamento econômico, que pregavam estranhamente, como remédio heróico, a extinção da autonomia do antigo Distrito Federal e a absorção deste pelo vizinho Estado do Rio de Janeiro.

A opinião do Sr. Delfim Netto, acoilhida no *Jornal do Brasil*, edição de 19 do corrente, é claramente exposta.

Vejamos o que diz o grande matutino:

"O Ministro Delfim Netto considera que o aumento da arrecadação federal no Estado da Guanabara é prova concreta de que os profetas do esvaziamento não tinham razão.

"Mais uma vez a futurologia foi desmentida pelos fatos." Estes fatos — salientou o Ministro — são significativos, porque o crescimento da receita federal aqui no Rio foi real, isto é, trata-se do resultado efetivo de aumento das transações.

"Igualmente importante é a circunstância de haver ocorrido em fase de redução de impostos.

"O aumento da participação da Guanabara — de 19,24% (em 1971) para 23,02% (em 1972) — na receita global da União é eloquente por si mesmo (textual).

O Ministro Delfim Netto acrescentou que a Secretaria de Finanças do Governo Chagas Freitas, com a constatação de alto nível de crescimento no volume dos negócios do Estado, de um ano para outro, merece o nosso reconhecimento.

O termômetro verificou que, ao contrário do que diziam os céticos, a Guanabara está em febre de desenvolvimento, e, portanto, em sintonia com o progresso nacional."

Assim, não vejo como possam prosseguir em suas jeremiadas os pessimistas que formam na digna Oposição local ao Governo Chagas Freitas.

Maior autoridade que a deles, sem dúvida, tem a palavra do Titular das Finanças nacionais, que não pode ser acusado de estar a serviço do MDB carioca.

Já falei, no meu último pronunciamento, do boom da arrecadação estadual, que acompanha a federal. Quero assinalar que, em *O Globo*, do dia seguinte àquele em que o *JB* publicou a opinião do Ministro Delfim Netto, apareceram dados recentíssimos do Secretário de Finanças da Guanabara, provando de modo irrefutável, que o carioca é o contribuinte brasileiro que mais paga impostos. Este fenômeno, Sr. Presidente, não é novo. Sabe V. Ex.^a, como sabem os Srs. Senadores, que, durante muito tempo, o Imposto de Renda recolhia mais no antigo Distrito Federal do que em todo o Estado de São Paulo.

Isto não significa, porém, que esse privilégio às avessas, como muita gente o classifica, se deva ao aumento desmesurado da tributação, à "escorcha do Fisco", como se chegou a dizer.

Significa, somente, que, de um lado, a produção e a circulação da riqueza se dinamiza, pois o ICM representa 78,5 por cento da arrecadação estadual, e, de outro lado, que o aparelho arrecadador se aperfeiçoa.

Importante a salientar é um aspecto do fenômeno que se acentua na reportagem de *O Globo* que tenho em mãos.

Na realidade, o acréscimo nestes últimos quatro meses é bem maior que aquele que o ICM apresentou na época (52,57 por cento em relação a período idêntico de 72), pois é preciso acentuar que o ICM foi precisamente o imposto que não sofreu aumento algum.

Onde, pois, a "escorcha fiscal", à que submeteu a Guanabara o Governo do Sr. Chagas Freitas?

Quanto aos Impostos Predial e Territorial, sigamos o que revela a reportagem de *O Globo*:

"A Secretaria de Finanças, através de seu Departamento de Escrituração Fiscal, anunciou majoração média de 14 por cento para este ano, o que não impediu que houvesse aumentos de até 47 por cento, evidentemente em Copacabana, Ipanema e Leblon, e de 40 por cento na Tijuca. Entretanto, a média foi de 14%. Em bairros como Bento Ribeiro, Deodoro, Bangu, por exemplo, o Predial não apresentou aumento algum."

O que houve, realmente, foi uma demonstração mais equitativa dos encargos fiscais.

E a Taxa Rodoviária Única?

De todas as taxas, esta é a que assume maior importância no quadro da arrecadação de 1972, segundo os técnicos do Serviço de Análise e Coordenação da Secretaria de Finanças: em 1972 participou com Cr\$ 106.224.359,10. Recolhida pelo Governo federal a partir de 1973, do total de Cr\$ 14.584.029,60 pagos pelos cariocas nos primeiros quatro meses deste ano, virão para o Estado, com o objetivo de serem aplicados em obras do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Cr\$ 6.334.511,98.

Ora, somente numa área bem administrada, na qual o Governo local se devota à execução de uma política econômica eficiente e correta, apta a promover o aceleramento do ritmo do desenvolvimento, um desenvolvimento regional integrado no planejamento do crescimento da Nação como um todo — que é o caso da nossa Guanabara — se pode obter resultados tão espetaculares.

Este, Sr. Presidente, o adendo que queria fazer ao discurso que aqui pronunciei na última sexta-feira, para demonstrar que realmente a Guanabara,

o único Estado do País a ser administrado por um Governador saído do MDB, pode ser apresentada como um exemplo à Federação brasileira. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórreres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, no dia 10 deste mês estive presente — e o faço há longos anos — às festividades comemorativas de mais um aniversário da emancipação política da cidade de Itaperuna, onde ocorreu um fato histórico: a instalação da primeira Câmara Republicana do País em pleno Império. À época, com um dispositivo de repressão muito grande, os itaperunenses se reuniram, lavraram uma ata, arrostaram as consequências e, Sr. Presidente, o fato ingressaria na História do Brasil.

Desde que me elegi deputado estadual, depois deputado federal e finalmente senador, jamais faltei, e espero em Deus que daqui para frente, pelo menos por mais alguns anos, também não falte às comemorações de tão grata efeméride histórica.

O Município realiza, entre outros atos comemorativos, um desfile notável de comunicação, de civismo — de carros alegóricos dos ginásios, dos estabelecimentos industriais, da cooperativa, de toda atividade econômico-social da região. E este ano desfilou um contingente do MOBREAL.

Sr. Presidente, estou chegando à idade em que, em vendo certas coisas, já dá para arrepiar, para molhar os olhos. Tenho confiança de que não é arterioesclerose; se fora, diria que é a arterioesclerose cívica. É aquele passado todo, aquela luta que há dentro de mim e que, em certos momentos, dá aquele *frisson*, aquela situação diferente no meu corpo e na minha alma. E perturbo-me emocionalmente. Foi o que ocorreu, quando desfilava o contingente do MOBREAL. Quem desfilava sempre era a garotada do curso primário, eram os rapazes do curso ginásial e do curso superior e os atletas.

Sr. Presidente, não fiquei no palanque, porque não é do meu feitio; sou um homem que, nesta vida toda, dificilmente tenho ido a palanques e a banquetes. Mas, no meio do povo, no instante em que ouvi o anúncio, pelos alto-falantes, de que iria desfilar o Movimento de Alfabetização de Adultos, com os meus amigos e companheiros que me seguem politicamente, postei-me diante de uma área e vi passarem, primeiro, duas criaturas idosas segurando uma faixa, um homem de um lado e uma senhora de outro, marchando ao ritmo da banda de música local. Seguiu-os uma repre-

sentação — Sr. Presidente, para mim foi “lindo de morrer” essa mescla — e, segundo o Prefeito Cláudio informara-me anteriormente, uma senhora de 75 anos, um cidadão de 72 e um jovem de 16 anos. Não tinham sido treinados, como acontece, durante um mês, nas escolas e nos ginásios que possuem banda marcial e têm instrutores militares, ou do Tiro de Guerra ou da Polícia Militar do meu Estado. Mas, em seguida, por eles organizados, sob a supervisão da Diretora do MOBRAL de Itaperuna, um jipe velho que havia sido solicitado, lá estava um companheiro antigo, avançado na idade, e na ornamentação da alegoria, ele com uma cartilha na mão, frente a um livro: de um lado o retrato do Presidente Médico e de outro o nome MOBRAL.

Sr. Presidente, a minha eleição está muito próxima: 1979. Mas esta identificação que tenho, quero dizer a V. Ex.^a aqui, num confiteor ao Senado, Sr. Presidente, me esbagaçou sentimentalmente. Posteriormente, iria pedir à Diretora que me fornecesse essa fotografia, que achei a prova mais eloquente de comunicação com toda a massa itaperunense que assistia aos chamados “Festejos de Maio” na extrema região Norte do nosso Estado natal. Desejo entregar pessoalmente essa fotografia ao honrado Chefe do Governo.

Depois, fomos para o antigo prédio do IBC e dialogando, como é do meu feitio, como é do meu estilo, da minha raça e do meu espírito, que jamais poderia contrariar, iria impressionar-me com aqueles muitos trabalhadores rurais, de mãos calosas, que permaneceram durante todo o transcurso da solenidade e conversaram comigo, não arredaram pé; a exemplo do que havia ocorrido com os participantes do desfile eles receberam também a sua garrafa de refrigerante, o seu sanduíche e o seu copo de leite, que foi um obsequio da extraordinária Cooperativa de Itaperuna.

Esse sentimento de participação, de brasilidade, me impressionou, Sr. Presidente, profundamente e eu, como Senador que procura ser um repórter do Estado do Rio, registrando tudo o que acontece, fazendo agora, como faço, este registro, só quero dar conta do quanto a geração jovem, a média mais avançada de Itaperuna e todos estes, os mais novos, os de idade mediana e os mais velhos aplaudiram, e da mesma emoção que eu tive, todos eles participaram.

Na semana passada, aqui estive o Professor Simonsen falando sobre o MOBRAL e lhe dei conta do que havia presenciado. Devo dizer, Sr. Presidente, não foi a primeira vez, porque também em São Gonçalo e em outros lugares do Estado do Rio já

se está notando, nas datas cívicas, a participação desses que seriam eternamente marginalizados, que iriam figurar nas estatísticas vexatórias da Organização das Nações Unidas, fazendo com que o Brasil se apresentasse com aquela percentagem elevadíssima de analfabetos.

Essa idéia bem bolada, notavelmente “craniada” pelo Ministro Jarbas Passarinho, que teve de pronto o apoio do eminente Chefe do Governo. E o nosso colega Jarbas Passarinho foi tão audacioso, tão arriscado que, ao invés de chamar um dos seus auxiliares de Governo, para dirigir essa empresa heróica, essa jornada extraordinária, ao revés, conclamou o concurso de um economista, o Professor Mário Henrique Simonsen que, sofreu um verdadeiro impacto quando o Ministro lhe disse da sua intenção de lhe entregar o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos, o MOBRAL.

Imagino o diálogo que deve ter sido o da insistência e da recusa. Passarinho brilhante, extraordinário e teimoso, e Simonsen, economista, com a sua atividade privada inteiramente voltada para o investimento, sem jamais pensar, sem ter-lhe passado pela cabeça que um dia teria que receber essa empreitada de fazer com que brasileiros marginalizados pelo analfabetismo fossem integrados à civilização brasileira. Ao fim, deu coluna um: Passarinho venceu. Hoje, Mário Henrique Simonsen empolgou-se pelo trabalho e já assegura que, nos próximos dez anos, teremos erradicado definitivamente o analfabetismo em nosso País.

Sr. Presidente, conheço bem o Professor Mário Henrique Simonsen, não pelo lado da sua atividade empresarial, mas porque ele é cunhado de dois grandes amigos meus: o Advogado Carlos Ivã da Silva Leal também desse que repetidamente tenho citado aqui, que é um homem ligado ao meu Estado do Rio; o atual Superintendente da SUDENE, General Evandro de Souza Lima.

O Professor Mário Henrique Simonsen, habituado ao gabinete, ao cálculo, à matemática, à economia, tinha verdadeiro pavor de enfrentar um auditório; e veio aqui na semana passada e deu um show de inteligência — a palavra está me vindo do coração aos lábios e quero aqui, pelo menos, parlamentarmente registrá-la — “esnobou”. Ouvido por vários Senadores sobre o problema do MOBRAL, homem de uma responsabilidade imensa neste País, autor do livro que contraditório o futurólogo Herman Kann, — que escreveu sobre o Brasil no ano 2.000, em que apresentou um quadro negativo sobre o nosso desenvolvimento, — Simonsen rebateria com um livro “Brasil — 2.0001”, e es-

magou, triturou aquele que, sendo professor universitário norte-americano, por questão de dignidade profissional não teve outro recurso senão vir até aqui e pedir desculpas pelas conceituações apressadas que fizera a respeito do desenvolvimento do nosso País.

Esse MOBRAL, Sr. Presidente, que neste ano terá matriculado cinco milhões de brasileiros, segundo disse aqui no Senado o seu Presidente, uma de suas metas é ampliar essa margem de matriculados; e os resultados alcançados até agora mostram que o objetivo traçado será colimado.

O Senador José Lindoso, brilhante, atuante, irrequeto e incontrolável perguntador, pretendendo jogar uma casca de banana — porque este é a atividade do parlamentar, para que, pelo menos, o jogo desse a coluna do meic — indagou se a falta de óculos, a distância dos postos de alfabetização e a falta de saúde não seriam as principais causas da evasão e da reprovação do MOBRAL.

Cuidando da pergunta do meu querido Líder e amigo sobre a erradicação do analfabetismo a ser alcançada em 1980, o Professor Simonsen deu um “baile” e fez com que o nosso colega se entusiasmasse com a resposta e, depois, de público, lhe prestasse homenagem de apreço e admiração, a um homem que, como acontece geralmente com todos aqueles que têm talento, é humilde.

Sr. Presidente, eu soube até de um fato: quando ele chegou aqui sozinho, pediram-lhe a sua carteira de identidade. São dessas coisas que acontecem no Parlamento. O Professor Simonsen tem a humildade este-reotipada na fisionomia.

Depois, soube que o meu colega, advogado brilhante, ficou realmente embevecido e maravilhado com o “show” de competência e de capacidade que esse homem, que não recebe um tostão, que paga para ser Presidente do MOBRAL, que veio aqui a Brasília às suas expensas, pagando a passagem de avião e pagando o seu hotel...

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — ... iria realmente impressionar, não só aquele que acabo de citar, e que me solicita o aparte, mas a quantos compareceram à memorável reunião realizada na Sala — se não me engano — Laranja, aqui do anexo recém-construído pelo Senado Federal.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com grande honra para mim.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a, ao fazer elogio do desempenho do Profes-

sor Mário Henrique Simonsen, quando compareceu, a convite da Comissão de Educação, ao auditório do Senado para expor, ouvir a responder às indagações dos congressistas, sobre o problema do Mobral, disse que eu formulara algumas perguntas, assim como quem quisesse atirar uma casca de banana para ver o comportamento...

O SR. VASCONCELOS TORRES — Ao contrário, isso é no bom sentido e V. Ex.^a há de compreender a imagem.

O Sr. José Lindoso — ... o comportamento do Professor Mário Henrique Simonsen. Realmente eu participei e me propus mesmo, naquele diálogo que se transformou, de certo modo, em colóquio, a funcionar como advogado do diabo, fazendo algumas interpelações; mas o fiz na tranquilidade absoluta de que necessitava provocá-lo para dar respostas, não a mim, mas a todo o auditório, sobre o desempenho do MOBRL. II, e reli há pouco tempo, o livro do Professor Mário Henrique Simonsen "Brasil 2002", sobre o esforço do desenvolvimento do Brasil, e em defesa da linha da nossa política econômica que se convencionou chamar **modelo econômico**. Diz o autor que num tripé repousa o nosso desenvolvimento: poupança, recursos humanos e eficiência empresarial. E no capítulo em que trata longamente do MOBRL, ele diz que cala muito profundamente no seu coração e que é alimentado pela inteligência e visão de um homem público. De forma que, atirar-se alguma coisa para o Professor Mário Henrique Simonsen, escorregar não o faria, e seria uma tarefa inútil. A ele temos que estender sempre a mão, em diálogo fraterno, e proclamá-lo, em nome da República, pelos méritos do seu trabalho formidável, um dos cooperadores da obra que o Presidente Médici realiza no esforço de alfabetização, numa perspectiva extraordinária coadjuvado pelo entusiasmo, a mocidade e a segurança do Ministro Jarbas Passarinho, obra esta que, — adito ao discurso de louvor de V. Ex.^a — foi examinada em foro internacional e reconhecida, inclusive por peritos não simpáticos ao sistema político brasileiro, como de alta eficácia, e garantidora de um grande futuro para o nosso País.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado.

É o caso do Japão, por exemplo. O Ministro Jarbas Passarinho teve que explicar aos que se dedicam à Pedagogia na Terra do Sol Nascente, esse fato realmente revolucionário.

Senador José Lindoso, graças a Deus V. Ex.^a compreendeu a imagem que fiz; V. Ex.^a deixou bem o Senado e os Senadores que também interpe-laram o Professor Simonsen na con-

ferência que foi pela tarde afora e terminou à noite. V. Ex.^a foi o mais insistente, e mais persistente dos interpe-ladores.

O Sr. José Lindoso — Talvez eu tenha sido o mais entusiasmado, o que, talvez, tenha manifestado de modo mais amplo o meu entusiasmo.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Exato. Isto fez que o Prof. Simonsen, que tem de fato liderança intelectual no País, saísse daqui entusiasmado com o Senado, tão criticado, tão injustificado, tão vilipendiado. E ali, assim, ao sabor do momento, as perguntas surgiram, com objetividade e o Professor Mário Simonsen pôde respondê-las:

"Disse o Sr. Mário Henrique Simonsen que "quando o Governo federal se decidiu a alfabetizar milhões de adultos, num programa até então inédito, sabia que estava enfrentando uma operação de larga escala. Por essa razão, o Mobral foi estruturado dentro de três princípios: a) obtenção de material didático atrativo e de baixo custo; b) ampla descentralização administrativa, com a transferência das funções executivas para as comissões municipais; c) desenvolvimento de esquemas operacionais simples e padronizados capazes de tornar logisticamente viável um programa de alfabetização de larga escala e de reduzir ao mínimo os custos por aluno."

Depois de explicar que o material didático do Mobral vem sendo produzido e impresso por editoras privadas que atendem aos requisitos técnicos e às condições de preços e pagamento estipulados pela fundação, afirmou o Sr. Mário Henrique Simonsen que "o material básico de alfabetização, composto de um livro de leitura, um livro de exercícios de linguagem, um livro de Matemática, um manual do professor e de cartazes de motivação para as aulas, custa em conjunto apenas Cr\$ 3,73 por aluno."

Esse custo bastante reduzido — observou o presidente do Mobral — tem sido possibilitado pelas tiragens em larga escala e pelo fato de as editoras usarem as horas ociosas de suas máquinas para imprimir o material didático.

Agentes Executivos

— Um dos aspectos mais importantes da filosofia administrativa do Mobral parece ter sido a ampla descentralização — disse o Sr. Mário Simonsen. E continuou: — O ponto de partida para essa decisão foi o reconhecimento de que uma administração centralizada

enfrentaria obstáculos logísticos intransponíveis para um programa de larga escala, em termos de recrutamento de alunos, professores e salas de aulas. Também que os municípios já possuíam, potencialmente, o mecanismo necessário ao desenvolvimento do programa: o conhecimento das condições locais, que facilitaria o recrutamento dos analfabetos; as professoras primárias, que poderiam trabalhar em horas extras, já que a alfabetização de adultos costuma ser feita à noite; e o espaço disponível em escolas, clubes e igrejas — isto utilizando-se a capacidade ociosa das horas noturnas.

Meta de 1973

O Mobral, além dos programas básicos de alfabetização e de educação integrada, vem desenvolvendo vários projetos, como o de ensino supletivo pelo rádio, que está sendo realizado no Rio Grande do Norte, a montagem de bibliotecas para os alunos saídos dos cursos de alfabetização, bem como a adaptação de textos famosos de autores nacionais, em convênio com o INL.

Para este ano — afirmou o Sr. Mário Henrique Simonsen — o Mobral fixou três metas: 1 — matricular 5 milhões de alunos nos cursos de alfabetização, conseguindo que pelo menos 3 milhões aprendam efetivamente ler e escrever; 2 — alcançar a totalidade dos municípios brasileiros; 3 — matricular 1 milhão e 500 mil alunos nos cursos de educação integrada.

Finalizando, disse o presidente do Mobral que "os resultados até agora alcançados sugerem que será possível atingir essas metas sem maiores dificuldades."

Sr. Presidente, o que há de notável a ser salientado nessa programação governamental, é o afinar-se com a realidade brasileira.

Sr. Presidente, pressinto que o tempo de que disponho está por escoar-se. Mas, V. Ex.^a me permitirá mais alguns minutos para eu focalizar outro assunto.

Em dias da semana passada, foi o Rio sede do Seminário Interamericano de Alfabetização de Adultos, quando, em cumprimento a recomendações da UNESCO no sentido do fomento da cooperação e do intercâmbio internacional de idéias, técnicos dos países do Continente conhecerem e analisaram talvez o mais arrojado, em termos de metodologia, e mais expressivos, em termos de grandeza física, programa em execução no mundo para educação de massa. A afirma-

ção não se inspira em uma euforia inconsequente, pois o que se conhece pelo mundo afora, em particular nos países mais sensibilizados para o problema que são os em desenvolvimento, são programas restritos, seletivos e muitas vezes experimentais até; o assunto, entre nós, foi encarado, praticamente, em escala continental, pois que estendido em área de oito e meio de quilômetros quadrados.

Seus resultados, em apenas dois e meio anos de execução, trazem a marca das coisas prodigiosas: são mais de 3 milhões de pessoas libertadas do absolutismo do analfabetismo, reduzido, a essa altura, a 26 por cento, o que significa um aceleração rápida do processo. Poder-se-ia fazer, socraticamente, um apelo à lógica dos números, vistos sob aspectos os mais variados, para evidenciar o êxito dessa iniciativa social, tão bem posta sob a responsabilidade do Mobral; mas, haveria para muitos, profissionais da incredulidade, a suspeição do facciosismo.

Mas, eis que surge o Seminário Interamericano, que contou com a ativa participação de representantes de todos os países continentais, inclusive daqueles que adotam regime político pouco afim com o nosso. Os debates correram sob a larga liberdade exigida pela ciência, e todos, formando grupos, deslocaram-se para os Estados para conhecimento do Mobral ao vivo, em suas dificuldades e em sua pujança. A impressão colhida por esses técnicos talvez possa ser sintetizada na indagação formulada ao encerramento dos trabalhos, pelo sábio e cauto delegado da UNESCO, Mr. John Cairns, ao afirmar aos convencionais: "Eu me pergunto em que parte do mundo terei visto programa tão extraordinário como esse. E olha que já visitei 46 ou 47 países."

Os relatórios parciais haveriam, logicamente, de apontar senões operacionais, cuja existência é inexcusável e inevitável, mas por isso mesmo objeto de avaliações permanentes, ora em nível de projeto. Por outro lado, entretanto, deram a evidência justa ao sucesso do programa de alfabetização funcional de responsabilidade do Mobral, dizendo, um desses relatórios, a certa altura, serem dignos de nota "o planejamento, a estrutura e a rapidez e flexibilidade de execução" do programa em questão. É para esse êxito, os relatores destacaram três fatores, que — é textual — "nos impressionaram": "a energia, o entusiasmo e a capacidade do pessoal do Mobral a participação ativa dos municípios e o elevado nível de interesse e estímulo de muitos dos alunos adultos".

Nesse mesmo diapasão foram os demais documentos emergidos ao longo do Seminário bem como a inter-

venção oral de alguns delegados, como Dom Miguel Ramon, da Colômbia, que falando na sessão de encerramento pelos representantes estrangeiros, teve expressões as mais encomiásticas para o esforço brasileiro de erradicação desse mal social.

Mas, a maior consagração viria no relatório:

O sistema MOBREAL, dentro do marco de um determinado modelo de desenvolvimento, constitui uma experiência valiosa por sua eficiência administrativa e logística, por sua capacidade criadora e de trabalho e por seu empenho em dar resposta nacional a um problema nacional."

Nesse fóro internacional é que a Revolução brasileira encontrou reconhecimento para uma de suas mais inteligentes e valiosas conquistas no campo social.

Aqui, Sr. Presidente, faço questão de enaltecer a figura do Secretário Executivo do MOBREAL, Dr. Arlindo Hoper Corrêa, e também de um jornalista — tão ligado aqui aos velhos Parlamentares — Jornalista Pôrto Sobrinho, que hoje empresta a sua colaboração a este setor do Ministério da Educação.

Encerrarei, Sr. Presidente, mesmo porque quando aquele "pisca-pisca" fala eu tento olhar para a direita mas a esquerda, que é vermelha, com quem não tenho bom diálogo, me faz concluir. Mas isso é melhor do que a campanha, é a eletrônica no Senado, dando uma advertência, é aquilo que já classifiquei e irei repetir por muitas vezes: o "Detran" da Mesa, ou seja, eu não posso passar além do tempo que me é destinado. Mas V. Ex.^a vai-me permitir, porque, desejando documentar essa minha fala, trouxe uma série de esclarecimentos e testemunhos, que enviarei à Mesa, para que constem do meu discurso.

Este era o assunto principal que motivou a minha presença na tribuna no dia de hoje. Todavia, V. Ex.^a permita-me que dê conta de que apresentei à Mesa um projeto que confere direitos e vantagens de servidor aos que operam com Raios X e substâncias radioativas e também, Sr. Presidente, um Projeto de Resolução que permite que os secretários dos Senadores tenham o direito de falar com os representantes dos Estados da Federação no plenário. Há uma ordem esdrúxula aqui — não foi do Senador Filinto Müller, ninguém sabe de quem partiu. Então, se o secretário quer falar comigo, vêm esses admiráveis contínuos do plenário me avisar e vou até ao saguão, que nem sequer na antesala podem entrar. E assim acontece vezes seguida. Ora, Sr. Presidente, eu preciso como todos os que aqui atuam, de elementos à mão e não os posso ter.

Já citei o caso dos Estados Unidos, onde o secretário do parlamentar — está na minha justificação — tem prerrogativas excepcionais. Reconheço a existência de abusos. Todo mundo entrava, porém isto não justifica esse, não digo disciplinamento, mas essa disciplina, que é pior do que o disciplinamento, impedindo e até sendo chocante que venha o funcionário menos graduado, na hierarquia funcional, chamar o Senador que vai até lá, vem e volta.

Sr. Presidente, não é este o Senado que desejo. Isto nunca aconteceu e não deve acontecer. Não é propriamente uma mistura de temas. O que quero é tornar bem público a situação de constrangimento que vários colegas estão atravessando de não poderem dialogar com os seus auxiliares diretos, imediatos, e o pior é que ninguém sabe quem deu a ordem.

E eu a classifiquei, aí na Justificação, que devem ser os regimentinos, aqueles que querem ser mais regimentalistas do que o Regimento. Não é a Comissão Diretora. Há qualquer coisa, um poder invisível o que, Sr. Presidente, precisa ser cortado, impedido, porque, do contrário, V. Ex.^a vai ver, em matérias urgentes, precisando de uma informação, de uma assinatura, tem o Senador que se levantar várias vezes nessa posição que considero humilhante e que não é correta.

Era só isso, Sr. Presidente, e muito obrigado pela tolerância de tempo que V. Ex.^a me deu, e quanto ao que me referi relativamente à documentação do MOBREAL, rogo a V. Ex.^a, por ter extrapolado e avançado no tempo, que mande constar de minha fala. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VASCONCELOS TORRES EM SEU DISCURSO.

MOBRAL — Seminário

Interamericano de Educación de Adultos

Rio de Janeiro, GB — 9 al 18 de abril de 1973

Doc/09-E

DOCUMENTO FINAL

I. ANTECEDENTES, OBJETIVOS Y MECANICA DE LOS TRABAJOS Antecedentes

1. La Tercera Conferencia Internacional sobre la Educación de Adultos, convocada por la UNESCO y que se celebró en Tokio del 25 de julio al 7 de agosto de 1972, formuló las siguientes proposiciones en cuanto a la cooperación internacional en materia de educación de adultos:

"Deben fomentarse la cooperación y el intercambio internacional de ideas. A ese respecto hay que pres-

tar más atención a las necesidades y los problemas del Tercer Mundo. Debe tenerse en cuenta especialmente la estrecha relación que existe entre la educación de adultos y el fomento de la paz mundial."

"Debe haber consultas y una colaboración más regular y oficial entre los diversos organismos y órganos internacionales que ejecutan programas de educación de adultos. Deben celebrarse reuniones regionales sobre la educación de adultos, particularmente en el Tercer Mundo."

2. El Movimiento Brasileño de Alfabetización (MOBRAL) ha querido dar cumplimiento a esas recomendaciones de la Tercera Conferencia Internacional de Educación de Adultos, al promover la realización de ese Seminario Interamericano, que debe ser entendido como una contribución de Brasil y de todos los países del Continente a una mejor comprensión de la problemática de la educación de adultos y de los esfuerzos concretos que se están haciendo en ese campo.

3. El MOBRAL ha contado con la inmediata colaboración de la UNESCO en la preparación del Seminario Interamericano de Educación de Adultos. La Oficina Regional de la UNESCO puso a disposición de MOBRAL las informaciones disponibles sobre organismos y personas que se ocupan de educación de adultos en los diversos países de la Región. Con base en esas informaciones el MOBRAL formuló invitaciones a técnicos de 21 países de América Latina y del Caribe que confirmaron su participación en el Seminario. (La lista de participantes figura en el anexo I). La UNESCO, a su vez, destacó al Director de la División de Educación de Adultos y a tres de sus especialistas, para acompañar los trabajos del Seminario.

Objetivos y mecánica de los Trabajos

4. El principal objetivo del Seminario Interamericano de Educación de Adultos fue dar a conocer a los participantes una visión teórica y práctica de la experiencia adquirida por el MOBRAL, en educación de adultos, a través de la implementación de programas destinados a atender a grandes masas de población. Paralelamente, el Seminario buscaba un intercambio de ideas y experiencias que contribuyeran a enriquecer las acciones y programas de educación de adultos desarrollados en América Latina y el Caribe.

5. Los trabajos del Seminario se cumplieron en tres fases (ver anexo II).

1.ª Fase — días 9 y 10 de abril:

Visión de los problemas de la educación de adultos, dentro del cuadro

general de desarrollo del país; Presentación y discusión del Sistema MOBRAL; Situación Presente y Tendencias de la Educación de Adultos en América Latina.

2.ª Fase — días 11 a 15 de abril:

Viaje de observación y trabajo de campo — los participantes distribuidos en cinco grupos, viajaron a distintas regiones del Brasil, con vistas a estudiar el trabajo del MOBRAL, poniendo énfasis en determinados aspectos prefijados para cada grupo. (ver anexo III).

3.ª Fase — días 16 a 18 de abril:

Presentación de los informes relativos al trabajo de campo en las cinco regiones; Discusión sobre problemas de evaluación; preparación y presentación del Informe Final.

6. Las reuniones en la 1.ª y 3.ª fases se realizaron en el auditorio del Instituto Brasileño de Administración Municipal, en Río de Janeiro.

7. El MOBRAL, la UNESCO y varios participantes invitados distribuyeron documentos informativos y de trabajo, cuya relación se presenta en el anexo IV.

II. LA EDUCACIÓN DE ADULTOS EN AMÉRICA LATINA: SITUACIÓN Y TENDENCIAS

1. El tema fue presentado en forma de panel por los técnicos de la UNESCO, Srs. J. C. Cairns, W. Cortés Carabantes y M. Soler Roca, cuyas exposiciones fueron seguidas de un debate.

2. En primer término, se señaló el creciente interés que la UNESCO confiere al campo de la educación de adultos, especialmente con motivo de la ya mencionada Conferencia de Tokio. De ella se desprendieron nuevas tareas para la Organización, tales como la colaboración en el establecimiento de una red mundial de documentación e información, el fomento de las investigaciones e innovaciones, la asistencia técnica directa a los Gobiernos y la promoción de reuniones de todo tipo que, como el presente Seminario del MOBRAL, constituyan ocasiones de intercambio técnico entre especialistas. Se sugirió, respecto al programa de la UNESCO, que ella tienda a la mayor integración posible entre sus diferentes Divisiones, de modo que la acción en favor de la educación de adultos, se inserte en las de promoción general de la educación, la ciencia y la cultura.

3. En líneas generales, las grandes tendencias de la Conferencia de Tokio fueron la necesidad de que los países adopten políticas orgánicas de educación de adultos, las nuevas perspectivas que abre el concepto de edu-

cación permanente, la necesidad de brindar servicios educativos a los grupos menos favorecidos y la urgencia de vigorizar las acciones de educación de adultos, concibiéndolas como operaciones en gran escala que deben contar con personal debidamente calificado.

4. Tal refuerzo podría ser logrado con medidas como las siguientes: la creación de institutos o entidades de educación de adultos relativamente autónomos, la ampliación de la acción de las universidades, particularmente en materia de investigación y formación de personal, la fundación de asociaciones nacionales y regionales de educadores de adultos, la edición de publicaciones periódicas especializadas, la difusión de las Notas Informativas que viene editando la UNESCO y el establecimiento de consejos o comités que puedan coordinar a nivel nacional las acciones de los sectores público y privado. Sin embargo, un mayor vigor de la educación de adultos sólo puede esperarse cuando ella se vincule eficientemente con el planeamiento de la educación en general y del desarrollo económico y social. Dada la insuficiencia de los recursos nacionales que le son asignados, sería aconsejable un mayor interés por la inclusión de componentes de educación de adultos en los proyectos de asistencia técnica convenidos entre los Gobiernos y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo.

5. Dentro de este marco mundial, resulta evidente que la región de América Latina y el Caribe muestra actualmente un extraordinario dinamismo. Muchas son las reuniones realizadas en los últimos años; tres más, por lo menos, están previstas a continuación de este Seminario; en ciertos medios, principalmente urbanos, las demandas de educación de adultos sobrepasan la capacidad de atenderlas y una intensa actividad intelectual en la materia se extiende más y más coincidiendo con los cambios de orden económico, social, cultural y político que, con diferentes enfoques, se están produciendo.

6. Sin embargo, el escenario humano en que está actuando la educación de adultos continúa lleno de problemas: más de 8 millones de niños carecen de escuela, subsisten aún alrededor de 40 millones de analfabetos de 15 y más años, y más de 100 millones de latinoamericanos adultos permanecen al margen de todo sistema educativo. Concomitantemente, las tasas de ingreso per cápita crecen con desesperante lentitud, la marginalidad social e incluso lingüística son considerables y, en las condiciones de insuficiente desarrollo que aún prevalecen, poco puede realizarse en el sentido de una profunda promoción humana.

7. Hubo consenso en que, en tales circunstancias, es imposible tratar en forma aislada los problemas del analfabetismo y de la educación de adultos en general. Los fenómenos educativos tienen un carácter estructural y la educación de adultos resulta indesligable del sistema educativo global y aún del sistema social. Há de ponerse, pues, el mayor énfasis en planificar la educación de adultos en el todo indivisible del proceso de desarrollo y cambio social lo que en la práctica debería traducirse en una relación más estrecha entre las operaciones educativas y los planes generales y sectoriales de desarrollo. Con ello podría superarse la escasa valoración que la alfabetización, por ejemplo, encuentra en los planificadores, quienes no alcanzan a atender muchas veces la condición pluridimensional del desarrollo integral del hombre. A su vez, este enfoque permitiría diseñar programas más específicos de educación de adultos en atención a condiciones ecológicas determinadas y aprovechar, como educadores y animadores de procesos de cambio a nivel local, recursos humanos provenientes de la propia comunidad.

8. Ciertamente resulta muy difícil expresar en términos mensurables las relaciones recíprocas entre educación y desarrollo. No obstante, es preciso que la educación de adultos esté animada de una capacidad de reacción inmediata a los cambios, a veces vertiginosos, que se vienen produciendo en las sociedades latinoamericanas, de modo de capacitar a la población para la comprensión de tales procesos y para su participación consciente en ellos.

9. Ciertas áreas de mayor marginalidad o diferenciación cultural deberían merecer un tratamiento especial; la alfabetización podría constituir en tales casos un acto de agresión cultural y, ante la dimensión de los problemas que prevalecen en tales comunidades, cabría ensayar nuevas aproximaciones educativas previas a la alfabetización propiamente dicha.

10. Se abre paso en esta región el concepto de educación permanente. Su vigencia requiere una integración de los diferentes niveles educativos, una plena articulación entre las modalidades escolarizadas y no escolarizadas de educación y una política orgánica de fomento de la educación de los adultos. No se trata sólo de desear que la educación llegue permanentemente a la población, sino de reconocer que ella es permanente por sí misma, en cuanto los conocimientos, actitudes y comportamientos resultan condicionados por un sin número de agentes, entre ellos los medios de comunicación social. Pero estando demostrado que el nivel de demandas de educación depende del grado de educación que ya se posee, resulta evidente que los grupos marginados

están en desventaja, tienen menor acceso a servicios que les son necesarios y corren en definitiva el riesgo de pagar, con un estado de ignorancia permanente, la educación permanente de sectores más motivados o privilegiados, todo lo cual requiere la adopción de las prioridades en el planeamiento de la educación en términos de justicia social.

11. Es necesario, por otra parte, integrar a las políticas educacionales medidas de promoción de la cultura popular, en primer lugar para preservar el valiosísimo patrimonio cultural de los pueblos de América Latina, y en segundo término, para incorporar elementos culturales nuevos que no se opongan a su autenticidad cultural. Entre otras medidas, sería deseable fomentar la creación de una amplia gama de instituciones culturales. En este terreno, el papel de los medios de comunicación social es esencial, siendo indispensable lograr que sus mensajes no resulten contradictorios con los valores nacionales y los objetivos de los programas educativos.

12. Finalmente, debe aceptarse como un axioma que la verdadera educación contribuye al cambio y que no sería posible difundirla sin una consiente disposición a aceptar sus resultados en términos de mayores e mejores contribuciones de la población a la determinación de los destinos nacionales. Si se avanza de una educación para adultos a una educación de adultos, ingresarán a nuestras sociedades los hoy marginados y su participación creadora será un gran avance en la realización de la democracia y en la obtención de una mejor calidad de vida.

III. LA EXPERIENCIA DEL MOBRAL

Las Dimensiones del analfabetismo en Brasil

1. Los datos de los censos realizados entre 1940 y 1970, muestran que el analfabetismo en Brasil ha seguido una evolución típica en los países en desarrollo. La tesa de analfabetismo ha venido disminuyendo, mientras el número absoluto de analfabetos aumentaba.

Así se pasó de una tasa del 56% en 1940 a 50% en 1950, 39% en 1960 y 33 en 1970. En números absolutos, se ha registrado el siguiente crecimiento:

1940	13.280.000
1950	15.272.000
1960	15.816.000
1970	17.937.000

2. En 1970 al iniciar sus operaciones de alfabetización el MOBRAL contaba, pues, con una clientela potencial de casi 18 millones de personas de 15 y más años. El Gobierno aseguró el aporte de recursos adecuados para la implantación y funcionamiento del MOBRAL y fijó la meta de que se redujera el analfabetismo,

hasta finales de la década a una tasa inferior al 10%.

Estructura, Organización, Administración, Financiamiento de MOBRAL

3. El MOBRAL es una Fundación vinculada al Ministerio de Educación y Cultura que dispone de autonomía administrativa y financiera.

4. La estructura y funcionamiento del MOBRAL están basados en las siguientes líneas de orientación: descentralización de las acciones; centralización del control; relación entre los diversos niveles basada en necesidades funcionales, y no en las jerarquías; fijación de objetivos como condición esencial para el funcionamiento y la coherencia de las relaciones.

5. El MOBRAL opera a través de tres niveles administrativos principales: El MOBRAL Central; las Coordinaciones de los Estados; las Comisiones Municipales.

6. Las Comisiones Municipales son los agentes ejecutivos de los programas de MOBRAL. Tienen a su cargo la movilización de analfabetos, profesores y monitores, la obtención de locales para clases y la organización de los cursos de alfabetización.

7. Las Coordinaciones de los Estados tienen como funciones principales el planeamiento, la coordinación y el control de las actividades a nivel de cada Estado.

8. Al MOBRAL Central corresponde dirigir el flujo de decisiones desde una perspectiva nacional. Para realizarlo posee una organización interna que tiene por objetivo dar eficiencia a ese flujo. También se apoya en cinco Coordinaciones Regionales que no tienen funciones ejecutivas, pues sólo les compete asesorar y adaptar los programas del MOBRAL en una misma región, reforzando para ello a las Coordinaciones de los Estados.

9. La Administración del MOBRAL es ejercida por una Presidencia, a la cual compete la orientación, coordinación y dirección de las actividades de la Fundación; un Consejo Administrativo que participa en la elaboración y perfeccionamiento de los planes básicos y en la organización de la estructura de los órganos del MOBRAL; un Consejo de Control Financiero que aprueba los presupuestos y la programación financiera de la Fundación; una Secretaría Ejecutiva que administra el Sistema MOBRAL, trazando las directrices de acción, considerando estudios de asesorías y gerencias, y manteniendo contacto directo y permanente con las coordinaciones Regionales y de los Estados.

10. Los recursos financieros del MOBRAL provienen básicamente de la Lotería Desportiva Federal, y del impuesto sobre la renta de personas jurídicas.

11. Los detalles sobre el Sistema MOBRAL se encuentran en el respectivo documento distribuido en este Seminario.

12. De las informaciones recibidas y de sus observaciones sobre el terreno, el Seminario llegó a la convicción de que la estructura técnico-administrativa del MOBRAL, sus fuentes de financiamiento y la autonomía que le ha sido concedida garantizan un funcionamiento muy eficiente de la institución y un elevado grado de cumplimiento de sus objetivos.

Programas de MOBRAL

13. El MOBRAL está desarrollando actualmente los siguientes programas básicos: Alfabetización Funcional, Desarrollo Comunitario y Educación Integrada, ésta última dentro del marco de la Educación Supletoria. Los resultados de la experiencia, interpretados dentro del espíritu de que educación y cultura son indisolubles, han aconsejado el establecimiento de un nuevo programa: MOBRAL Cultural.

Programas de Alfabetización Funcional

14. Las bases doctrinarias del Programa de Alfabetización no se explicitan en los instrumentos legales que dieron origen al MOBRAL. El sentido y alcances del Programa de Alfabetización del MOBRAL, han merecido interpretaciones diversas de los participantes del Seminario, en razón de las perspectivas de enfoque de la erradicación del analfabetismo dentro del marco de la circunstancia nacional y del respectivo sistema nacional de educación. Los matices de interpretación se refieren más adelante en el presente Informe.

15. La estrategia del Programa de Alfabetización Funcional tiene las siguientes definiciones fundamentales: enfoque masivo a nivel país; atención prioritaria inmediata a la población de áreas urbanas, lo cual no excluye la atención a las áreas rurales; atención prioritaria a la categoría de los 15 a los 35 años de edad.

16. El Programa se inició en setiembre de 1970. El total de alfabetizados es el siguiente: 170.000 en 1970; 1.130.000 en 1971; 2.222.000 en 1972 y una estimación de 2.775.000 para 1973.

17. La ejecución rápida del Programa puede explicarse por la eficiencia de la estructura orgánica del MOBRAL; la calidad del personal; el compromiso asumido por las Comisiones Municipales; y el apoyo de la iniciativa privada.

18. El Programa tiene una duración de 6 meses, en dos horas diarias, pudiendo ello alterarse de acuerdo con las situaciones individuales. Desde el segundo semestre del año pasa-

do, se ha agregado un mes más en caso de ser necesario, con lo cual el Programa tiene una duración máxima de 6 meses.

19. A los Programas de Alfabetización asisten menores y mayores de 15 años. Todos ellos reciben fundamentalmente el mismo tratamiento pedagógico y metodológico. Se está realizando un esfuerzo inicial de investigación sobre el particular, con el propósito de hacer las adaptaciones que sean requeridas.

20. El modelo organizativo establecido para el Programa de Alfabetización opera con eficiencia y agilidad. La participación de los Municipios, a través de convenios genera una significativa dinámica de realizaciones y permite tomar consciencia de la responsabilidad educativa que tienen la sociedad nacional en su conjunto, los gobiernos locales y las comunidades de base.

Programa de Educación Integrada

21. Este Programa, dentro del contexto de la educación supletoria, es una forma de educación básica acelerada para adolescentes y adultos. Tiene 4 fases, con una duración de 240 horas cada una. El material utilizado está constituido por el llamado conjunto didáctico, dos libros para consulta del participante y un periódico informativo "Integración". El Programa es flexible y permite que, a nivel operativo, se puedan ensayar y realizar en forma creativa diversas aproximaciones de carácter técnico-pedagógico.

22. Conviene subrayar el interés existente para intensificar esfuerzos a través de programas de teleeducación ajustados a las características y necesidades de las áreas rurales y urbanas del país.

23. Hay interés y motivación de los recién alfabetizados por participar en los programas de educación integrada. Esta expectativa en algunos lugares del país no siempre es posible de ser atendida inmediatamente en razón de las explicable limitaciones financieras de algunas Secretarías de Educación de los Estados. Esta situación merece una cuidadosa consideración, pues la educación integrada, tal como se está realizando actualmente, es la opción educativa concreta en términos de educación popular a nivel de post-alfabetización.

Programa de Desarrollo Comunitario

24. Este Programa fue concebido, fundamentalmente, como un tramo que habilita al alfabetizado para participar en programas de desarrollo de su comunidad y también para su posterior incorporación al Programa de Educación Integrada. Tiene una duración de dos meses. El material didáctico está constituido por tres li-

bro que, en diferentes niveles de enfoque, presentan los mismos aspectos de desarrollo de la comunidad: "el libro de la Comisión Municipal, el libro del maestro y el libro del alumno".

25. La caracterización de este Programa, así como la realización de algunas acciones concretas de desarrollo comunitario que se están haciendo en el Programa de Alfabetización, invitan a considerar la siguiente hipótesis alternativa de trabajo: Desarrollo comunitario como componente esencial del proceso educativo a aplicarse en graduación e intensificación progresivas, para la devitalización de los Programas de Alfabetización y Educación Integrada.

Programa "MOBRAL CULTURAL"

26. Este Programa obedece "a la necesidad de ampliar el universo cultural del hombre brasileño y en especial de los alumnos del MOBRAL", mediante el desarrollo de una serie de actividades culturales y artísticas.

27. Para concretar lo anterior el MOBRAL está estableciendo convenios con diversas entidades culturales tales como el Instituto Nacional del Libro, el Instituto Nacional del Cine, el Museo de la Imagen y el Sonido y el Servicio Nacional del Teatro.

28. En el entendimiento de que en la Conferencia de Tokio se afirmó que la "Educación de Adultos y el desarrollo cultural son los dos componentes de un proceso global y es urgente integrarlos", el Seminario consideró la posibilidad de que el MOBRAL, a través de los canales pertinentes, contribuya al logro de esta aspiración, que constituye una apertura significativa dentro del marco de la educación permanente.

29. Dentro del espíritu de lo referido en el punto anterior, el Seminario recomendó se enfaticé el proyecto de periodismo mural, como uno de los medios que permiten la expresión cultural auténtica de las comunidades.

Otros aspectos en relación con los programas de MOBRAL

30. Se advirtió la existencia de una serie de convenios bilaterales del MOBRAL con determinadas instituciones para atender particularmente las áreas de semicalificación y calificación profesional.

El Seminario consideró que es la motivación social la que principalmente mueve a las masas a su alfabetización; y que ésta, en una de sus dimensiones, es también un instrumento de preparación para la actividad productora. En mérito a esta consideración, el Seminario subrayó que se sigieran intensificando los esfuerzos de alfabetización y concurrentemente de renovada búsqueda de los mecanismos apropiados que permitan atender razonablemente la

problemática de la semicalificación y calificación profesional de los participantes de los Programas del MOBRAL dentro del marco de las políticas nacionales sobre educación y empleo.

31. Se tomó nota de los esfuerzos coordinados que está haciendo el MOBRAL para realizar sus programas en las áreas en que se llevan a cabo acciones de desarrollo con participación multisectorial. El Seminario señaló la necesidad de seguir intensificando los esfuerzos en este campo por considerar que la educación de adultos es también una vía efectiva del proceso de construcción nacional dentro del marco del esfuerzo global de las respectivas sociedades.

32. En relación con la estructura organizativa del MOBRAL el Seminario expresó particular interés por las Coordinaciones Regionales, por considerar que éstas juegan un papel fundamental en la vida institucional del MOBRAL. Algunas de las consideraciones básicas que se hicieron al respecto fueron las siguientes: a) Las Coordinaciones Regionales están realizando una labor muy importante pese a tener un personal que en cantidad es insuficiente; b) son organismos claves para la ejecución de diversos tipos de investigación; c) son los elementos multiplicadores, de primera categoría, a nivel región.

33. En Seminario, en mérito a lo referido en el punto anterior, subrayó la necesidad de:

— Fortalecer, hasta donde sea posible, a las Coordinaciones Regionales.

— Asignar a cada una de las Coordinaciones Regionales, fuera de sus obligaciones habituales, una determinada tarea que — por su naturaleza y características — tenga posteriormente un alcance nacional. En este entendimiento, todas y cada una de las Regiones, de conformidad con lo establecido por el MOBRAL Central, podrían recibir el encargo de coordinar técnicamente a nivel nacional la tarea que les haya sido encomendada. Ello permitiría crear un flujo constante de informaciones entre los Coordinadores Regionales y fortalecer un sistema de trabajo en equipo en forma continua y a nivel rigurosamente técnico, sin que ello signifique la menor alteración de los escalones del MOBRAL a nivel de decisiones ejecutivas.

Recursos Humanos

34. Un programa como el de MOBRAL, basado en una gran movilización de masa, necesariamente determina la búsqueda constante de soluciones igualmente masivas al problema de recursos humanos. Dentro de este enfoque se obtuvieron los logros que se mencionan a continuación.

35. Se procedió a la selección de un personal de elevado nivel profesional en los cuadros medio y superior, con una actitud altamente favorable a los objetivos de MOBRAL, entusiasmo, cohesión, calor humano y un espíritu realmente encomiable de servicio al país; Este personal, por tales razones, constituye importante factor movilizador, por sus constantes desplazamientos sobre el terreno, por sus contactos directos con la población y sus problemas y con un adecuado poder de adaptación a las distintas características zonales de Brasil.

36. Se dió capacitación a más de 100.000 alfabetizadores a través de dos vías en proceso acelerado de entrenamiento: una, directa, realizada a través de un proceso de efecto multiplicador que posibilitó el entrenamiento de grupos técnicos a nivel estatal, los que a su vez, luego, ejercieron su acción a nivel de municipios. Otra, indirecta, a través de un adiestramiento radiofónico realizado conjuntamente con el Proyecto Minerva, logrado después de tres etapas sucesivas de capacitación.

37. La gran demanda de recursos humanos para alfabetización y la escasez de elementos suficientemente preparados para esa función, llevó a que se efectuara una relativa selección, la cual trajo aparejada a la existencia de una heterogeneidad en cuanto a niveles de formación. Un amplio porcentaje de monitores entrenados son de nivel primario, completo e incompleto. Los menos, tienen educación normal y superior. Esa heterogeneidad se manifiesta de distintas maneras, de acuerdo a las regiones del país.

38. El breve período de entrenamiento sólo ha alcanzado para desarrollar con ellos aspectos esenciales de carácter práctico, instrumental y mecánico de la alfabetización, con nociones elementales sobre psicología del adulto y conducción de trabajo en grupo. Como complemento se pensó en la incidencia de cursos de reciclaje y de actividades de apoyo, uso de manuales, etc., que tienden a un entrenamiento en servicio. Para ello, el funcionamiento del subsistema de supervisión está ya permitiendo cubrir esas necesidades. Por otra parte, la flexibilidad operacional de las comisiones municipales del MOBRAL, conduce a que ellas realicen cursos propios de formación de personal de campo para la tarea de alfabetización y la atención de cursos de educación integrada.

39. La Gerencia de Formación e Investigación tiene a su cargo las actividades de perfeccionamiento profesional del personal del MOBRAL a distintos niveles, siendo que a nivel de Coordinaciones Regionales y de Estado la Gerencia Pedagógica lleva a cabo también una política de capacitación permanente, dirigida a los gru-

pos técnicos integrados a esas Coordinaciones.

Movilización

40. De la documentación distribuida por el MOBRAL se desprende que "movilización es todo lo que se hace con miras a la participación e integración del individuo en la sociedad donde vive". Como, por otra parte, se señala que toda la acción del MOBRAL "reviste carácter de cambio social", se desprende que la movilización para el MOBRAL es un medio tendiente al logro de fines de participación e integración en función del cambio social.

41. Esta interpretación puede ser examinada en el MOBRAL en una doble dimensión: la del individuo, en términos de resultados derivados del proceso educativo, y la del grupo, cuya situación y comportamientos resultan modificados por la educación de sus integrantes.

42. La Comisión Municipal que se ocupa del programa del MOBRAL constituye la célula operativa básica, representativa de la comunidad, autónoma y con funciones ejecutivas. Más de 3.900 Comisiones Municipales distribuidas en todo el país se ocupan de la movilización de la población sobre el terreno. A ellas corresponde el levantamiento de censos, la motivación de los educandos, la obtención de recursos comunales, la organización del servicio, el seguimiento permanente de las actividades y la representación de la comunidad, principalmente a través del convenio que debe suscribir con el MOBRAL.

43. Las diferencias de tamaño, nivel de desarrollo y disponibilidad de recursos entre los municipios del Brasil son inmensas. Ellas se reflejan, naturalmente, en el enfrentamiento de los problemas de la educación de adultos, de suerte que los procesos y resultados difieren considerablemente. No obstante, no cabe duda de que un contingente importante de ciudadanos resulta incorporado a un movimiento con objetivos precisos, multiplicando la capacidad operativa de los poderes públicos, haciendo suya una tarea de proyección social y capacitándose para mejores niveles de participación. Individualmente, sus miembros resultan en algunos casos profundamente impactados por la experiencia, con cambios sustanciales en sus actitudes frente a la sociedad.

44. A través de la cooperación de diferentes instituciones del sector público y privado, la comunidad participa en los programas del MOBRAL. En la educación de adultos resulta sustancial la relación con las instituciones que tienen a su cargo el planeamiento del desarrollo económico y social y con aquellas que atienden el sistema nacional de educación. Existe en el MOBRAL plena concien-

cia de esta necesidad; existen casos en que los vínculos establecidos están satisfactoriamente encaminados a hacer de la educación de adultos un componente del desarrollo; son mayoría los Estados donde las relaciones entre el MOBRAL y la red educativa regular son de refuerzo mutuo. Existen, no obstante, situaciones en que los mecanismos de coordinación institucional en estos aspectos tan importantes podrían ser mejorados en beneficio del programa y de las poblaciones interesadas.

45. Múltiples instituciones religiosas, deportivas, de servicio, sindicales, así como medios de comunicación social, cooperan con las Comisiones Municipales o con los demás niveles del sistema MOBRAL. El Seminario juzgó que un sector que debe ser alentado para que preste al MOBRAL una ayuda más vigorosa es el de los estudiantes.

46. En materia de movilización parece importante que ella se extienda en el mayor grado posible a todas las capas de la población. El esfuerzo mayor, sin embargo, lo están realizando las Comisiones Municipales y ciertos grupos dirigentes institucionalizados. Debajo de este escalón, los participantes del Seminario expresaron diferentes impresiones, una de las cuales sostiene que no vio configurada una auténtica participación popular. La diversidad de impresiones, posiblemente atribuible a diferentes grados de desarrollo económico-social, abre interesantes perspectivas a la investigación y experimentación.

47. Siendo los educandos no sólo objeto del programa sino también sujetos de su propio desenvolvimiento personal, sus niveles de participación constituyen indicadores de la mayor importancia. La capacidad de comunicación de todo el pueblo brasileño constituye un factor muy positivo en la creación de un clima de intercambio en las aulas. Las relaciones personales entre educandos y educadores parecen muy satisfactorias. Se evidencia que la asistencia a las actividades del MOBRAL está introduciendo cambios de interés en las relaciones familiares y en los roles de los diferentes miembros de la familia.

48. Dentro de los principios que orientan el MOBRAL, la participación de los estudiantes adultos no se agota en las relaciones interpersonales al nivel del aula. La verdadera medida del cambio producido en ellos le da su comportamiento más allá del puesto de alfabetización, en el seno de la comunidad. En este sentido, las Asociaciones de Mobaralenses, que próximamente serán puestas bajo ensayo en la región Sur, según se nos ha informado, parece ser una contribución en la línea de encontrar otras formas de participación.

49. La estructura del MOBRAL contempla, en sus diferentes niveles, los requerimientos de la conducción de los procesos de movilización. Existen funcionarios responsables de este sector, aunque la función movilizadora, de hecho, está siendo cumplida por todo el personal técnico. La asignación de metas elevadas a corto plazo imprime un ritmo muy intenso a los trabajos del MOBRAL, ritmo que por sí mismo se convierte en un elemento dinamizador de los procesos. La capacidad de trabajo del personal, su eficiente organización y su presencia en todos los ámbitos del territorio nacional, han logrado la difusión de una imagen del MOBRAL que favorece a la intensificación de sus trabajos. Lograda por el MOBRAL una adecuada movilización de sus propios cuadros y la cooperación decidida de los sectores más dinámicos de la sociedad, tiene ante sí el reto de conseguir en forma cada vez más intensa la participación popular que, en determinados sectores, es limitada.

ASPECTOS TÉCNICOS DIVERSOS Métodos y Material Didáctico

50. MOBRAL no determinó por anticipado su propio método específico de alfabetización. En realidad, aprovechó la utilización en sus programas de diversos métodos y materiales propuestos por los Departamentos de Educación de diferentes casas editoras. Para la alfabetización se aplican métodos silábico-fonéticos en los cuales se emplean palabras generadoras de uso común en todo el Brasil. De este modo, los materiales son utilizados homogéneamente a escala nacional, de conformidad con la estrategia masiva establecida por el MOBRAL.

51. Las adaptaciones que pueden hacerse de este material a las condiciones locales dependen de la capacidad de los alfabetizadores y de los recursos técnicos y financieros de las Comisiones Municipales; unas pocas entre ellas han producido materiales complementarios.

52. La tecnología empleada en los diversos programas del MOBRAL incluye la progresiva aplicación, a veces a escala experimental, de la radio, la TV, Cine y la instrucción programada.

53. Un abundante material didáctico apoya el proceso educativo; se dispone de carteles para uso a nivel de aula, cartillas de lectura, cuadernos de ejercitación, textos de matemática, series de libros para lectura continuada, vocabularios que orientan hacia el autoaprendizaje y manuales para los profesores en cada uno de los niveles de enseñanza. Tanto a nivel de alfabetización como de educación integrada, los participantes reciben periódicos para la práctica de la lectura y la actualización de informaciones. La calidad gráfica de estos materiales es excelente, con atractivas ilustraciones.

Investigación

54. MOBRAL concede la mayor importancia al papel que en programas de esa naturaleza le corresponde a la investigación, como medio de conocer científicamente los problemas que debe enfrentar y proyectar las hipótesis de trabajo correspondientes.

55. El trabajo de investigación en MOBRAL está a cargo del Sector de Investigación de la Gerencia de Formación e Investigación. Siendo esa Gerencia la unidad más recientemente creada dentro de la estructura de MOBRAL, no tiene todavía listo su plan prioritario de investigaciones. No obstante, se ha procedido a la realización de algunos estudios de carácter inmediato, como por ejemplo sobre características y aspiraciones de los participantes de MOBRAL. Las investigaciones en forma sistematizada se deben implementar en breve tiempo, a la luz del plan que está siendo elaborado.

La Supervisión

56. Según los documentos informativos del MOBRAL en el período 1970-1972 las Comisiones Municipales no tenían condiciones objetivas en materia de recursos humanos y materiales para realizar una adecuada supervisión, que permitiera sobre bases científicas, racionalizar el esfuerzo en el grado deseable, identificar con precisión los puntos críticos y aplicar las medidas correctivas en toda su amplitud y oportunidad. Preocupó esta situación a MOBRAL Central y decidió establecer a partir del presente año un Sub-Sistema de Supervisión Global.

57. El Sub-Sistema de Supervisión Global, según la versión del MOBRAL tiene los siguientes objetivos generales:

- Conseguir un mejor aprovechamiento de los recursos humanos y materiales.

- Orientar y coordinar labores en todas las actividades del Sistema MOBRAL.

- Promover la evaluación integral del Sistema MOBRAL asegurando su existencia mediante el establecimiento de normas mínimas universales.

58. El Sub-Sistema de Supervisión Global, a la luz del respectivo documento de base, tiene las siguientes características principales:

- Es integral, pues alcanza a la estructura, al proceso y al producto.

- Tiene un mecanismo práctico y sencillo y cuenta con una información permanentemente actualizada que permite a los diferentes escalones del Sistema, en las áreas de su competencia, tomar decisiones rápidas y efectivas.

— Posibilita aplicar en el momento oportuno las medidas correctivas que sean requeridas.

— Genera un rico flujo de informaciones a nivel vertical y horizontal.

— Contribuye a una efectiva movilización del Sistema.

59. Recién está en la fase inicial de aplicación el Sub-Sistema de Supervisión Global.

Evaluación

60. Invitado por el Secretario Ejecutivo del MOBRAL el Seminario abordó en un debate libre el problema de la evaluación, circunscribiéndose ésta al rendimiento externo de un proyecto educativo del tipo MOBRAL en términos de aceptación social de los egresados, su posición en el mercado de empleo, sus cambios de actitudes, comportamientos y valores, etc.

61. Hubo pleno acuerdo en que tal aspecto de la labor educativa reviste grandes dificultades por la incidencia de un número muy considerable de variables que se suman a los actos educativos específicos. Se señaló que es particularmente difícil formular en términos cuantitativos los resultados de una evaluación educativa y que no deberían ser subvaloradas las posibilidades de evaluaciones de orden cualitativo, expresadas conceptualmente y no según modelos matemáticos. Así parece confirmarlo la experiencia mundial dentro del Programa Experimental de Alfabetización, que ha hecho de la evaluación uno de sus rubros más importantes.

62. Se ha advertido que el valor de uno de sus rubros más importantes, pueden ofrecer mayores garantías científicas, es muy relativo y que las técnicas a emplear deberían ir acompañadas de una alta dosis de sentido común y de conocimiento de las condiciones reales en que opera el sistema educativo. Por otra parte, los resultados de la gestión educativa se perciben a largo plazo y ello hace más compleja la tarea. La evaluación debería hacerse en función del concepto y objetivos de la educación, que a juicio de un participante debería ser liberadora y personalizadora.

63. Llevando el problema un poco más lejos, se le puede relacionar con el concepto mismo de desarrollo, expresión que por el abuso que se ha hecho de ella, está siendo progresivamente cuestionada. El progreso humano se ve cada día más en términos de calidad de vida, con dimensiones mucho más amplias y ricas que las de un crecimiento predominantemente económico.

64. Hubo opiniones de que también en este aspecto las estrategias escogidas por los programas educativos resultan condicionantes de la

evaluación. Un participante expresó que un programa de tipo masivo, como el del MOBRAL, debe ser visto fundamentalmente a través de su proyección cuantitativa; en su éxito, la cantidad se convierte en calidad y es en esta repercusión cualitativa de la cantidad que debe incursionar la evaluación.

65. Con respecto a la metodología a seguir, hubo declaraciones en el sentido de que, estando este programa dirigido a la totalidad del ser humano, debería formularse un modelo que estableciera las diferentes dimensiones del hombre y los indicadores a tener en cuenta, para percibir sus avances en cada una de estas dimensiones, teniendo como meta lograr que la evaluación brindara una imagen global de los efectos del proceso educativo. Otros participantes, sin embargo, señalaron la posible conveniencia de no aspirar a esta perspectiva tan amplia demasiado pronto; la evaluación podría ser hecha por aspectos, comenzándose por aquellos en que tuvieran menor peso las apreciaciones sobre categorías de valor sobre las cuales rara vez hay acuerdo.

IV. FUNCIONALIDAD Y ESTRATEGIA EN LA EDUCACION DE ADULTOS

1. En las tres fases del Seminario, los participantes tuvieron oportunidad de realizar amplias discusiones con respecto a un tema del mayor interés: las implicaciones que la aplicación del concepto de alfabetización funcional tiene en las decisiones acerca de la estrategia a seguir en los planes de alfabetización. Para algunos participantes, la estrategia categóricamente masiva aplicada por el MOBRAL resultaba aparentemente contradictoria con el calificativo de funcional que se ha dado a su programa de alfabetización.

2. El problema es mucho más amplio. Por un lado, se inscribe en un debate de alcance mundial; por otro, sus implicaciones afectan a todo el sistema educativo y no solamente a la alfabetización de adultos.

3. El concepto de alfabetización de adultos.

3. El concepto de alfabetización funcional difundido por la UNESCO a partir de la Conferencia realizada en Teherán en 1965, estaba dirigido a operar una transformación sustancial en los programas convencionales de alfabetización que, encarados muchas veces con escasez de recursos, sin el debido planeamiento y con métodos y materiales inadecuados, conducían a inevitables fracasos. Para ser calificada de funcional, la alfabetización debería ser concebida, se afirmaba, como un proceso formativo en que el dominio de las técnicas de la lectura, la escritura y el cálculo de-

bería integrarse a la capacitación del alfabetizando para resolver sus problemas fundamentales, entre ellos y en primer lugar, los relativos a sus actividades productivas.

4. La necesidad de poner a prueba esta concepción dio lugar al Programa Mundial Experimental de Alfabetización, en el que están participando varios Estados Miembros de la UNESCO. Por su carácter de ensayo, fueron dirigidos a grupos relativamente pequeños de analfabetos, lo que naturalmente determinó elevados costos unitarios.

5. Para poder enfocar la alfabetización desde el ángulo de las necesidades reales de grupos humanos homogéneos, este tipo de alfabetización funcional aplicó una estrategia selectiva; el proceso de enseñanza-aprendizaje está en esas condiciones orientado por una situación de terreno, concreta, limitada, en función de cuyas características gira el programa.

6. Los resultados de algunas de estos experimentos han constituido avances metodológicos importantes en la línea de brindar al analfabeto contenidos educativos motivados por su situación vital concreta.

7. De otro lado, no han faltado opiniones en el sentido de que una alfabetización particularmente dirigida a la capacitación del hombre en términos de promoción económica resultada vulnerable en sociedades a las que podrían interesar valerse de la alfabetización para reubicar al hombre ante la múltiples dimensiones de su existencia, entre las cuales tal vez la económica pudiera no ser la fundamental.

8. Se creyó conveniente subrayar la actual posición de la UNESCO en relación a la funcionalidad a través de las palabras del Director General de la UNESCO en la Conferencia de Tokio:

"En este punto no debe haber malentendidos, por más que otros organismos utilicen a veces la noción de funcionalidad de la educación en general y de la alfabetización en particular en un sentido demasiado estrecho, estrictamente económico que, por su parte, la UNESCO recusa. La UNESCO es una organización esencialmente humanista, para la que el hombre es un todo, un ser pluridimensional que de ninguna forma se satisfará con una funcionalidad limitada."

9. Algunos Estados han resuelto sus dudas en relación con los alcances de la funcionalidad calificando con nuevas expresiones sus conceptos de alfabetización, de modo de reflejar convenientemente un tratamiento

integral de la problemática del analfabeto en términos de realización plena de su existencia biológica, social, política y cultural. En este sentido, dentro de este enfoque, siendo el analfabetismo un afecto generado y sostenido por las condiciones de subdesarrollo de un país, se considera que su erradicación no podrá hacerse sólo desde una perspectiva de servicio educativo, por eficiente que este fuera. Se trata de un problema estructural cuya solución presupone transformación estructural y desarrollo integral apoyados y promovidos por un sistema educativo que responda a las características y a las opciones político-sociales de una sociedad nacional.

10. En tales condiciones, resulta obvio que la funcionalidad de la educación, por todos deseada, es un concepto relativo, tanto en cuanto a su magnitud como en cuanto a los valores que la sustentan.

11. El Seminario fue claramente informado acerca de la posición del MOBRAL sobre el particular. La estrategia seguida por el MOBRAL es masiva, está orientada hacia la eliminación rápida y si es posible total del problema del analfabetismo. Como proyecto nacional tiene sus prioridades de acción, pero excluye la estrategia selectiva. Esto supone una configuración previa no sólo conceptual sino factual: la estructura, organización, personal, materiales, métodos, apoyo logístico, etc., responden como un todo a esa estrategia masiva y los diferentes aspectos en que se manifiesta el Movimiento no pueden sino ser interpretados a la luz de tal estrategia.

12. Por otro lado, el MOBRAL califica de funcional su programa de alfabetización en el sentido de que el mismo, actuando a escala nacional, procura tener contenidos de interés general, que puedan motivar, instruir y educar a cada analfabeto en términos de una realidad general brasileña que en cierto grado le es propia.

La alfabetización, interpretativa de ese contexto medio en que vive el adulto, sería tanto más funcional cuanto más capaz fuera el alfabetizador de ubicar el proceso educativo, con apoyo en aquel material general, en su situación vital específica.

13. Las observaciones realizadas en la Fase II por los participantes del Seminario revistieron un gran interés al poder percibir el grado en que tales principios se están cumpliendo y al intentar sugerir ciertas medidas que pudieran hacer más efectivo el concepto de funcionalidad desde el ángulo de las relaciones del hombre con su medio a partir del proceso educativo.

14. De todo ello se desprendieron las muchas dificultades existentes

para alterar aspectos parciales del programa sin trastocar todas sus bases estratégicas, organizativas y financieras que han demostrado un muy satisfactorio grado de eficiencia. El Seminario consideró, sin embargo, que aún con tales dificultades y en beneficio del tratamiento de tan importante problema en toda el área latino-americana, podían ser de interés algunas proposiciones.

15. En primer término, cabe sugerir que en cuanto el adulto esté en condiciones de leer, tenga acceso a un material de lectura lo más diversificado que sea posible de manera de poderlo aplicar en la solución de problemas propios de su medio y en la satisfacción de los intereses emergentes de su mundo cultural. Esta medida ya ha sido aplicada con buenos resultados en algunos países, entre ellos en pequeña escala en el mismo Brasil.

16. Igualmente, podría darse el mayor énfasis posible, en la capacitación de preservicio y en servicio del personal, de modo que pueda constituirse en el agente funcionalizador del proceso, siendo capaz de interpretar correctamente la realidad local y de poner la educación de adultos al servicio de sus requerimientos.

17. En países donde existe un sistema de supervisión que opera a todos los niveles, cabe al mismo un importante papel en la promoción de todas las vías e instrumentos que puedan lograr del contenido educativo las resonancias locales fundamentales.

18. Debe juzgarse, de otra parte, que el problema de la funcionalidad no se limita el nivel de alfabetización propiamente dicho.

La relación entre el hombre y su medio debe, en el mayor grado posible inspirar todo el proceso educativo, en el entendido de que tal relación es múltiple y no debería ser vista desde perspectivas limitadas.

19. Sólo así el concepto de funcionalidad, cualquiera sea la denominación formal con que se manifieste, podrá compatibilizarse con el de integralidad del hombre.

V. CONCLUSIONES

1. Las formulaciones doctrinarias que se han hecho en este Seminario en torno a la Educación de Adultos constituyen un indicio significativo de la profunda y meditada internalización que los países de la Región de América Latina y el Caribe han hecho de las postulaciones y recomendaciones de la Tercera Conferencia Internacional de Educación de Adultos, realizada en Tokio.

2. El Sistema MOBRAL, dentro del marco de un determinado modelo de desarrollo, constituye una experiencia

valiosa por su eficiencia administrativa y logística, su capacidad creativa y de trabajo y su empeño de dar respuesta nacional a un problema nacional.

3. La experiencia MOBRAL presenta a los países de la Región de América Latina y el Caribe un ejemplo importante de la lucha tesonera por la erradicación del analfabetismo, de la posibilidad de un esfuerzo para conseguir un alto nivel de eficiencia técnica y administrativa en los servicios educativos y de una opción de estrategia de alfabetización masiva.

4. Las estrategias para erradicar el analfabetismo y en general para procurar los servicios de educación de adultos, tal como se estableció en la Conferencia Internacional de Tokio, deben establecerse teniendo en cuenta las particulares circunstancias nacionales, las cuales imponen en la hora histórica en que vivimos la necesidad de lograr la integración de la educación de adultos en los planes generales de desarrollo económico y social de los países o las regiones y en el conjunto de la estrategia del desarrollo. Esto significa que cada experiencia se inscribe en las características propias de cada sociedad nacional y no pueden ser transferidas a otras realidades sin el requerido análisis de tal situación.

5. El Seminario Interamericano de Educación de Adultos ha sido un evento de carácter eminentemente técnico y representa la generosa disposición del Gobierno y pueblo brasileños de mostrar una interesante experiencia latinoamericana en el campo de la educación de adultos. Los participantes manifiestan haber sido estimulados profesionalmente con el valioso intercambio de experiencias.

Constancia

Los participantes invitados por el MOBRAL al Seminario Interamericano de Educación de Adultos, realizado en Brasil entre el 9 y el 18 de abril de 1973, expresan:

1. Al Gobierno de la República Federativa del Brasil su agradecimiento por la invitación de que fueron objeto y por las múltiples facilidades y atenciones recibidas.

2. A todo el personal técnico del MOBRAL sus sentimientos de alta estima por el vigor y calidad técnica del esfuerzo que están realizando; su gratitud por el trato fraterno y sincero con que les honró en el desarrollo del Seminario y sus más fervientes votos por el renovado éxito en el cumplimiento de su importante misión.

3. Al personal administrativo, de intérpretes y de servicio, tanto de Río como de las regiones visitadas, su agradecimiento por el eficiente apoyo prestado a lo largo del Seminario.

MOBRAL — Seminario Interamericano de Educación de Adultos

Rio de Janeiro, GB —
9 al 18 de abril de 1973

ANEXO I
(Doc/09)

PARTICIPANTES DE PAISES DE AMERICA LATINA Y CARIBE

Jorge Maria Ramallo — Buenos Aires, Argentina.

Guido Mendonza — La Paz, Bolivia.

Francisco Tokos — Santiago, Chile.

Miguel A. Ramon — Bogotá, Colombia.

Luiz Paulino Murillo — San José, Costa Rica.

Sergio Tulio Moreno — Quito, Ecuador.

Ruben Alfonso Ramirez E. — Guatemala, Guatemala.

Harold B. Davis — Georgetown, Guyana.

Gerard Fecu — Port-au-Prince, Haiti.

Manuel de Jesus Manzanera — Tegucigalpa, Honduras.

Angel J. Hermida Ruiz — México, México.

Abraham Rocha Tercero — Managua, Nicaragua.

Jose Ricaurte Arcia G. — Panamá, Panamá.

Blanca Sanabria de Adle — Asunción, Paraguay.

Cesar Picon Espinoza — Lima, Peru.

Jose Nicolas Almanzar Garcia — Santo Domingo, Republica Dominicana.

Adrian Fernando Archila — San Salvador, El Salvador.

Benjamin Edwards — Port-of-Spain, Trinidad-Tobago.

Walther Gandara — Canelones, Uruguay.

José Santos Urriola — Caracas, Venezuela.

PARTICIPANTES DE UNESCO

John C. Cairns — Director de la División de Educación de Adultos — París — Francia.

Miguel Soler Roca — Especialista de Planeamiento y Educación de Adultos — Santiago — Chile.

Witold Zyss — Jefe de la Misión UNESCO en Brasil Brasilia — DF.

Waldemar Cortez Carabantes — Director del Centro Regional de Alfabetización Funcional de las Zonas Rurales de América Latina — CREFAL Pátzcuaro, Mexico.

MOBRAL — Seminario Interamericano sobre Educación de Adultos

Rio de Janeiro, GB —
9 al 18 de abril de 1973

ANEXO II
(Doc/09)

AGENDA

"MOBRAL — Seminario Interamericano sobre la Educación de Adultos" — con la colaboración de la UNESCO — 9-18 Abril 1973

FASE I — 9-10 ABRIL

Lunes, 9 de Abril

Sesión Matutina

— Apertura — Dr. Arlindo Lopes Corrêa, Secretario Ejecutivo del MOBRAL.

— "La Educación en el Brasil": Conferencia — Cnel. Confúcio Pamplana — Secretario General del Ministerio de Educación y Cultura.

Sesión Vespertina

— "Educación Permanente y Educación de Adultos en el Brasil" — Seminario — Dr. Arlindo Lopes Corrêa.

— "El Sistema MOBRAL": Conferencia — Prof. Terezinha Saraiva, Secretaria Ejecutiva Adjunta del MOBRAL.

Martes, 10 de Abril

Sesión Matutina

— "El Sistema MOBRAL": Panel — Equipo Técnico del MOBRAL — Coordinador: Dr. Mauricio Alves dos Santos.

Sesión Vespertina

— "Educación de adultos en América Latina: situación presente y tendencias hacia el futuro": Panel — Especialista de UNESCO.

FASE II — 11-15 ABRIL

Viaje y Trabajo de Campo

División de los participantes en cinco grupos, correspondientes a las regiones del MOBRAL: (1) Norte, (2) Noroeste, (3) Centro-Oeste, (4) Sudeste y (5) Sur. Cada grupo será asesorado por un técnico del MOBRAL Central.

FASE III — 16-18 ABRIL

Lunes, 16 de Abril

Sesión Matutina

— Presentación de documentos relativos a la Fase II: Simposio — Representantes de los grupos 1 y 2.

Sesión Vespertina

— Discusión de documentos relativos a la Fase II: Simposio.

— Problemas de Evaluación de Programas de Educación de Adultos.

Martes, 17 de abril

Grupo de Trabajo Especial

— Preparación del Documento Final — Especialista de UNESCO (1) — Otros Especialistas Internacionales (5).

Día Libre para los demás participantes

Miércoles, 18 de abril

Sesión Matutina

— Discusión del Documento Final. Mañana Libre para los demás participantes.

Sesión Vespertina

— Presentación en Plenario del Documento Final.

— Clausura.

MOBRAL — Seminario Interamericano de Educación de Adultos

Rio de Janeiro, GB — 9 a 18 de abril de 1973

ANEXO III
Doc/09

FASE II

Grupo 1 — Norte — "Mobral en la Región"

Participantes:

Walther Gandara — Uruguay (Relator).

Waldemar Cortes Carabantes — Especialista de UNESCO — CREFAL.

José Santos Urriola — Venezuela.

Rita de Cassia da Silva Pinto — MOBRAL Regional.

Rosa Stepanenko — MOBRAL Central.

Grupo 2 — Noroeste — "Evaluación"

Participantes:

Cesar A. Picon — Perú (Relator).

Francisco Tocos — Chile.

Sergio Tulio Moreno — Ecuador.

Ruben Ramirez — Guatemala.

Abraham Rocha — Nicaragua.

Carlos Gomes Deschamps — MOBRAL Regional.

Maria Pellegrini — MOBRAL Central.

Grupo 3 — Sudeste — "Supervisión"

Participantes:

Miguel A. Ramon M. — Colombia (Relator).

Jorge M. Ramalho — Argentina.

Guido Mendonza — Bolivia.

Gerard Fecu — Haití.

Angel J. Hermida Ruiz — México.

Ely Pereira — MOBRAL Central.

Nilda Caporali Cordeiro — MOBRAL Regional.

Grupo 4 — Centro-Oeste — “Programas de MOBRAL”

Participantes:

Harold B. Davis — Guayana (Relator).

Blanca Sanabria de Adle — Paraguai.

Benjamin Edwards — Trinidad y Tobago.

John C. Cairns — UNESCO, Paris.

Marco Antonio de Moraes — MOBRAL Regional.

Ana Maria Coutinho — MOBRAL Central.

Grupo 5 — Sur — “Movilización”

Participantes:

José R. Arcia — Panamá (Relator).

Manuel de Jesus Manzanares — Honduras.

Jose Nicolas Almanzar — República Dominicana.

Miguel Soler Roca — UNESCO.

Miriam Leila Gouveia — MOBRAL Central.

Juan Carlos Schmitz — MOBRAL Regional.

EXPERIÊNCIA DO MOBRAL PODE SERVIR PARA AMÉRICA LATINA

Técnicos da UNESCO e de todos os países latino-americanos em alfabetização de adultos estarão reunidos no Rio entre 9 e 18 de abril a fim de discutirem problemas ligados a essa especialidade. Para tanto, será realizado o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, sob os auspícios do MOBRAL, cuja experiência adquirida, ao longo de seus dois anos de existência, servirá de ponto central para debates, com vistas à sua possível aplicação nos demais países latino-americanos.

O Seminário, a ser aberto pelo Eng.º Arlindo Lopes Corrêa e que terá como um dos primeiros conferencistas no próprio dia 9 o Ministro Jarbas Passarinho, desdobrar-se-á em trabalhos de campo, realizados nos Estados-sede das regiões do MOBRAL, para os quais se deslocarão os técnicos da UNESCO e dos países representados.

Repercussão externa

A repercussão alcançada pelo MOBRAL no exterior que, segundo está nas razões pelas quais a UNESCO lhe concedeu, em 1972, o prêmio Reza Pahlavi, revelou “grandes virtudes de

imaginação e de originalidade tanto na concepção dos programas como na sensibilização da opinião pública”, o credenciou a realizar o Seminário Panamericano. É que sua experiência poderá ser válida para as demais nações continentais, dentro da política de alfabetização em massa de adultos para sua incorporação nos benefícios do desenvolvimento econômico e qualificação da colaboração, nesse desenvolvimento, de apreciáveis segmentos populacionais.

Vem, ainda, o Seminário, ao encontro da recomendação da UNESCO, na 3.ª Conferência Internacional de Adultos, no sentido da necessidade do maior intercâmbio de informações e experiências entre os países de níveis econômico e social semelhantes e de orientação cultural comum.

Objetivos

Nessa ordem de idéias, o Seminário apresenta como objetivo geral expor a sistemática do MOBRAL em educação de adultos para o âmbito internacional, apresentando sua estratégia e alternativas para mobilização dos recursos existentes.

Como objetivos específicos são identificados a contribuição para o estudo comparado da educação de adultos nos países em desenvolvimento e o fornecimento de novos elementos para a criação de modelos que possam ser aplicados a programas gerais de alfabetização.

Programa

O Programa do Seminário, organizado pela Assessoria de Relações Internacionais do MOBRAL, prevê sua realização em três fases. A primeira, da qual participarão todos os representantes, constará de exposição de temas relativos ao desenvolvimento econômico e educacional no Brasil, com ênfase especial ao sistema MOBRAL e à educação de adultos na América Latina. Nessa fase é que haverá a exposição do Ministro Jarbas Passarinho, assim como a do Eng.º Arlindo Lopes Corrêa e da Prof.ª Maria Terezinha Tourinho Saraiva, respectivamente Secretário Executivo e Secretária Executiva Adjunta do MOBRAL.

No período correspondente à segunda fase, que se estenderá de 11 a 15 de abril, os técnicos da UNESCO e especialistas dos países latino-americanos se deslocarão, em cinco grupos, aos Estados-sede das regiões do MOBRAL: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, para a realização de trabalhos de campo. O restante do Seminário será dedicado ao exame dos documentos relativos às duas primeiras fases e redação do documento final.

O local das reuniões será, no Rio, sempre na sede do Instituto Brasilei-

ro de Administração Municipal (IBAM).

Comparecem mais os Senhores Senadores:

José Guimard — José Esteves — José Sarney — Fausto Castelo Branco — Milton Cabral — Teotônio Vilela — Eurico Rezende — João Calmon — José Augusto — Franco Montoro — Emival Caiado — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Ney Braga — Antônio Carlos — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 66, de 1973

Nos termos do art. 314 do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Resolução n.º 25, de 1973, que autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado com a firma Thomson-CSF, de equipamentos e materiais a serem utilizados na instalação da estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), para fins educativos, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973. — Virgílio Távora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Torres) — Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento; o projeto a que se refere figurará na Ordem do Dia da próxima Sessão.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 54, de 1973

Modifica a redação da alínea “b”, do art. 1.º da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, que confere direitos e vantagens a servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A alínea b, do art. 1.º da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º
.....
b) férias de trinta dias consecutivos, por semestre de atividade profissional, não acumuláveis.”

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A mudança almejada não causa maiores sobressaltos.

2. Todos os profissionais, que laboram **diuturnamente** com substâncias radioativas, têm a saúde exposta a graves danos, com riscos iminentes à própria vida.

3. Isto é ponto pacífico e curial.

4. A própria Lei n.º 1.234/50 e o Decreto n.º 29.155/51, que a regulamentou, esmeraram-se, **a época em que foram promulgados**, em prevenir e preservar a integridade bio-psíquica dos que labutam neste mister.

5. Apesar de todo este cuidado, conferiu-se aos radiologistas um período semestral de férias, de 20 (vinte) dias.

6. 23 (vinte e três) anos passaram-se, desde que traçada foi esta diretriz.

7. Impõe-se a correção pretendida no texto legal, mormente quando o próprio Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, entrando em vigência 2 (dois) anos após a analisada Lei n.º 1.234/50, fez a alteração objeto desta proposição, **ampliando para 30 dias** o período regular de férias do funcionário público.

8. O consagrado administrativista pátrio Contreiras de Carvalho, estudando o artigo pertinente às férias, na legislação estatutária, foi peremptório e proficiente, **verbis**:

"A concessão periódica ao funcionário público de um certo número de dias, permitindo-lhe recompor, ao fim de cada ano de exercício, as **energia** gastas no desempenho do seu cargo, perdeu, com o advento do Estatuto de 28 de outubro de 1952, o caráter de favor, de que se revestia, para tornar-se **uma irrecusável obrigação do Estado**, ditada pelos novos rumos da **medicina social**."

Reconhecendo a necessidade, para o funcionário, de um repouso anual com aquele objetivo, tornou o Estado obrigatório o gozo de férias, não sendo lícito ao servidor público recusá-lo, sob qualquer pretexto. O período que, no Estatuto anterior, era de 20 dias, passou a ser, no texto de 1952, de **30 dias**, ampliação que veio possibilitar ao funcionário, além de um maior período de descanso, ausentar-se da cidade, onde a trepidação da vida cotidiana não pode convidar ao repouso. **Tendo um fundamento médico-social**, a concessão de férias **tornar-se-ia inoperante**, se ao servidor público

não fosse assegurado um período razoável de dias, que lhe permita esse afastamento" (in Estatuto dos Funcionários Públicos Interpretado, vol. I, pág. 315 — **grifamos**).

9. Como se vê, já é tempo de consertarmos o anacronismo normativo.

10. Todos os que lidam com material radioativo, por força do desempenho normal de suas profissões, não podem permanecer alijados de usufruir de um **Direito**, cujo lapso de tempo hábil a tal, fixou-o a norma estatutária, de há muito, em 30 dias.

11. A natureza deste trabalho, a coerência das normas jurídicas, impõem a alteração no dispositivo, objeto desta proposição, que se esperava ver sufragada, porque oportuna e justa.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973. — **Vasconcelos Torres**.

LEI N.º 1234

DE 14 DE NOVEMBRO DE 1950

Confere direitos e vantagens a servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas.

Art. 1.º

b) férias de vinte dias consecutivos, por semestre de atividade profissional, não acumuláveis.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Saúde.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — O projeto irá às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 26, de 1973

Altera dispositivo do regimento interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º O art. 206 do Regimento Interno do Senado Federal passa a ter a seguinte redação:

"Art. 206. Nas sessões públicas, só serão admitidos ao Plenário, os suplentes de Senadores, os Deputados Federais, os Ministros de Estado, quando comparecerem para os fins previstos neste regimento, os secretários dos Senadores oficialmente designados e os funcionários do Senado quando em serviço."

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Atualmente existe uma ordem de serviço, baixada ninguém sabe por quem, vedando a entrada no recinto das sessões plenárias, aos secretários dos Senadores e a outros funcionários.

Estou convicto de que tão esdrúxula medida não partiu do nosso preclaro Presidente Filinto Müller. Deve ter inspiração nos **regimentinos** que, na ânsia de disciplinagem, descambam para a disciplinagem, ou seja, um excesso de rigidez impedindo que o mais direto auxiliar do Senador, entre em contato com ele a seu chamado ou para lhe prestar informações de caráter urgente.

Acontece que os abnegados contínuos do plenário ficam fazendo o papel do pombo-correio e o Senador é obrigado a levantar-se e ir até ao saguão afim de comunicar-se com seu assistente indispensável.

Reconheço, como Senador veterano, ter havido abusos, mas estes jamais justificarão o cerceamento da atividade parlamentar. Não quero propor, por exemplo, o que se faz nos Estados Unidos, onde o secretário é o número dois e, em alguns casos, pode ele dar a presença e atender a chamada nominal no recinto das sessões, desde que o parlamentar se encontre na Casa.

Tem sido um espetáculo chocante e até, de certo modo, deprimente, o representante de seu Estado no Senado Federal, ter de erguer-se várias vezes e nem sequer ter o direito de contar com o auxílio do Secretário em momentos importantes.

Insisto na tese de que, o documento que regula as atividades senatoriais seja urgentemente revisto, pelas razões anteriormente apontadas no que concerne a graves deslizes gramaticais e também visando dar-lhe funcionalidade e modernidade indispensável.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1973. — **Vasconcelos Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante três sessões a fim de receber emendas. Findo esse prazo, será despacho às comissões competentes.

Esgotada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1973 (n.º 1.104-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que cria, na Justiça do Trabalho da 2.ª

Região as Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba (4.^a), Sorocaba (2.^a) e Mauá, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS sob os n.ºs 114, 115 e 116, de 1973, das Comissões

- de Legislação Social;
- de Serviço Público Civil, e
- de Finanças.

Em discussão o projeto.

O Sr. Nelson Carneiro — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria.

O SR. NELSON CARNEIRO — (Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, no momento em que o Plenário vai aprovar o Projeto que cria mais três Juntas de Conciliação e Julgamento na Justiça do Trabalho da 2.^a Região, quero renovar o apelo que aqui enderecei há mais de um ano, que na época era antiga reivindicação de toda a Bancada de Mato Grosso, para que o Governo se lembrasse de criar uma Junta de Conciliação e Julgamento em Campo Grande, hoje mais necessária do que ontem pelos serviços que se iniciam na campanha do PRODOESTE.

Acredito que o Governo se esqueceu de Mato Grosso, que tem na presidência desta Casa o nobre Senador Filinto Müller e a colaboração atenta de todos os representantes de sua bancada não só na Câmara dos Deputados como no Senado Federal.

É o apelo que dirijo a S. Ex.^a para que se lembre de Campo Grande, a maior cidade de Mato Grosso. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 7, de 1973

(N.º 1.104-B/73, na Casa de origem)

(DE INICIATIVA DO SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Cria, na Justiça do Trabalho da 2.^a Região, as Juntas de Conciliação e Julgamento de Curitiba (4.^a), Sorocaba (2.^a) e Mauá.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam criadas, na 2.^a Região da Justiça do Trabalho, três

Juntas de Conciliação e Julgamento, com sedes em Curitiba, Capital do Estado do Paraná (4.^a), Sorocaba (2.^a) e Mauá, no Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Mauá é extensiva aos Municípios de Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Paranaapiacaba.

Art. 2.º São criados, na 2.^a Região da Justiça do Trabalho, três cargos de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, a serem providos na forma de legislação em vigor.

Art. 3.º Ficam criadas seis funções de Vogal sendo três representantes de empregadores e três representantes de empregados para atender às Juntas criadas no art. 1.º desta lei.

Parágrafo único. Haverá um Suplente para cada Vogal.

Art. 4.º Os mandatos dos titulares de que trata esta lei terminarão simultaneamente com os das Juntas da respectiva Região, atualmente em exercício.

Art. 5.º São criados, provisoriamente, nos Quadros de Pessoal da Justiça do Trabalho da 2.^a Região, três cargos em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C.

Art. 6.º As necessidades de pessoal para o desempenho dos serviços administrativos e auxiliares das Juntas de Conciliação e Julgamento criadas por esta lei poderão ser atendidas, as assim o solicitar o Tribunal da 2.^a Região, mediante redistribuição, com os respectivos cargos, de funcionários do Poder Executivo que, na forma da legislação em vigor, forem considerados excedentes de lotação dos órgãos a que pertencerem.

§ 1.º A solicitação a que se refere este artigo será dirigida ao órgão central do Sistema de Pessoal do Poder Executivo, acompanhada de indicação precisa do quantitativo indispensável de servidores, com as correspondentes categorias funcionais e respectivas atribuições.

§ 2.º Verificada a inexistência de servidores a serem redistribuídos, poderá ser proposta a criação dos cargos necessários à lotação da Junta, observado o disposto nos arts. 98 e 108, § 1.º, da Constituição Federal.

Art. 7.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2.^a Região providenciará as instalações das Juntas ora criadas.

Art. 8.º A despesa para a execução desta lei correrá à conta dos recursos orçamentários consignados à Justiça do Trabalho.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres).

Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 14, de 1973 (n.º 1.118-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Orós, Estado do Ceará, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 107, de 1973, da Comissão — de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Senhores Senadores quiser discuti-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 14, de 1973

(N.º 1.118-B/73, na Casa de origem)

(DE INICIATIVA DO SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Orós, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a doar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (E.C.T.), mediante escritura pública, o terreno de configuração retangular com área de 347,60 m² (trezentos e quarenta e sete metros quadrados e sessenta decímetros quadrados), inclusive um conjunto de duas casas geminadas, de n.ºs 117-B1-00282 e 121-B1-00283, na "Vila Modelo", situado no Município de Orós, Estado do Ceará.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 15, de 1973 (n.º 1.098-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza a União a subscrever aumento do capital social da Companhia Auxiliar de Empresas

Elétricas Brasileiras — CAEEB —, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.os 108 e 109, de 1973, das Comissões

— de Minas e Energia, e

— de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser discutir-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 15, de 1973

(N.º 1.098-B/73, na Casa de origem)

(DE INICIATIVA DO SR.
PRESIDENTE DA REPÚBLICA)

Autoriza a União a subscrever aumento do capital social da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB —, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica a União autorizada a subscrever aumento do capital social da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — CAEEB —, sociedade de economia mista, de acordo com o § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 5.736, de 22 de novembro de 1971, na forma desta lei.

Art. 2.º A integralização do aumento de capital será:

I — em moeda, até o limite de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzéis); e

II — com bens imóveis de sua propriedade, administrados pelo Conselho Nacional do Petróleo — CNP —, pelo Departamento Nacional da Produção Mineral — DNPM — e pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica — DNAEE —, do Ministério das Minas e Energia.

§ 1.º A integralização em moeda será feita com recursos já consignados no vigente Orçamento Geral da União, obedecida a seguinte classificação:

22.00 Ministério das Minas e Energia

22.02 Secretário-Geral

22.02 1009-1043 Participação da União no capital social da CAEEB.

§ 2.º A integralização com os bens imóveis, especificados por decretos,

será precedida de arrolamento e avaliação que, realizada por Comissão de peritos designados conjuntamente pelos Ministros das Minas e Energia e Fazenda, será publicada no Diário Oficial, no mínimo, trinta dias antes da efetivação do ato.

Art. 3.º Os dividendos, que couberem à União por sua participação na sociedade, serão contabilizados pela CAEEB, como crédito da União, para aumento de seu capital.

Art. 4.º Fica acrescentado parágrafo único ao art. 2.º da Lei n.º 5.736, de 22 de novembro de 1971:

“Parágrafo único. A reforma do Estatuto da Sociedade, inclusive no que se referir ao aumento do capital social, ficará sujeita à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.”

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

O SR. FRANCO MONTORO — (Pro-nuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estamos recebendo, ainda hoje, inúmeras sugestões de sindicatos e associações de trabalhadores de vários Estados do Brasil, relativamente ao projeto que reforma a Previdência Social.

Como é do conhecimento da Casa, o tempo para o exame destas emendas já está superado.

Teve o Congresso apenas 8 dias para examinar o projeto e apresentar as emendas.

O Brasil, na sua imensa extensão territorial, não teve tempo para tomar conhecimento do texto e, portanto, muito menos oportunidade de participar na elaboração de uma lei em que a população brasileira é diretamente interessada. Este fato vem revelar o erro profundo da remessa de projetos impactos a esta Casa, na forma por que acaba de fazer o Senhor Presidente da República.

Trata-se de uma iniciativa que desrespeita a Constituição, que representa uma descondição ao Poder Legislativo e que atropela o processo legislativo normal.

A Constituição brasileira permite ao Presidente da República enviar projetos para apreciação, no prazo de 40 dias, mas esse texto não pode ser interpretado isoladamente. Ele é um

dos parágrafos do artigo 51 da Constituição. Esse artigo assim dispõe:

“O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal.”

E o § 2.º do mesmo artigo acrescenta:

“Se o Presidente da República julgar urgente o projeto, poderá solicitar que a sua apreciação seja feita em sessão conjunta do Congresso Nacional, dentro do prazo de quarenta dias.”

Temos assim três hipóteses fixadas no texto constitucional. A primeira hipótese é normal: o Presidente da República envia ao Congresso projeto de lei que terá tramitação normal. Esta pode-se dilatar.

Então, surge a segunda hipótese, a do prazo abreviado: se o Presidente solicitar, diz a Constituição, os projetos serão apreciados dentro de 45 dias, a contar da data do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado.

É a segunda hipótese: apreciação em tempo abreviado, 45 dias na Câmara, 45 dias no Senado, 90 dias ao todo.

Terceira hipótese, evidentemente excepcional, é a prevista no § 2.º:

“Se o Presidente da República julgar urgente o projeto, poderá solicitar que a sua apreciação seja feita em sessão conjunta do Congresso Nacional, dentro do prazo de quarenta dias.”

É a hipótese do exame concentrado, a hipótese excepcional, de um prazo excepcional também.

Mas essa terceira hipótese, Sr. Presidente, está condicionada, nos termos da Constituição, à urgência:

“Se o Presidente da República julgar urgente o projeto, poderá solicitar que a sua apreciação...”

Ora, urgência é uma palavra que tem significação.

Será que os três projetos impactos que chegaram à Casa são de urgência? Quem ousaria afirmar que o projeto que estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza seja matéria de urgência? Quem sustentaria que o projeto que reforma a Lei Orgânica da Presidência Social é matéria de urgência excepcional a ponto de serem atropelados todos os trâmites regimentais e ser apreciado em

prazo limitado e excepcional de 40 dias em que se permite apenas sete, oito dias para apresentação de emendas? O mesmo se diga do projeto que reforma o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural.

Esses três projetos não são evidentemente de urgência. O Senhor Presidente da República não poderia julgá-los de urgência, porque ele há de raciocinar como todas as criaturas humanas. E por que expressamente, na Exposição de Motivos do projeto sobre Previdência Social, que é aquele que poderia ter a aparência de maior premência de tempo, inicia-se a justificação com as palavras que são mais ou menos as seguintes: "A reforma da Previdência Social é cada dia mais imperiosa. Há 13 anos, desde a publicação da lei, vem se notando a necessidade dessa publicação"?

Ora, quando se sente uma necessidade que vem de 13 anos, não pode ser tão urgente que exija sua reforma em 40 dias.

Mas, há mais, Sr. Presidente: o contexto do preceito constitucional mostra que para solicitar o exame pela Câmara e pelo Senado, o Senhor Presidente da República não precisa fazer mais nada do que solicitar. Se solicitar, serão apreciados, diz a Constituição. No seu § 2.º, não diz que se o Presidente solicitar serão apreciados dentro deste prazo. Apenas diz que o Presidente poderá solicitar.

A Câmara tem o direito e tem o dever de examinar essa preliminar, se é ou não justa; se é ou não urgente a apreciação da medida, neste prazo de 45 dias.

O que é estranhável, Sr. Presidente, é que ao remeter esses projetos ao Congresso Nacional, não apenas não foram mencionadas quaisquer razões ligadas à urgência, como nem mesmo a urgência foi alegada expressamente. O ofício que remeteu essas Mensagens ao Congresso Nacional diz simplesmente: "Nos termos do § 2.º, remeto ao Congresso Nacional para apreciação..."

Há uma consideração menor ao Congresso Nacional. Esta Casa deveria receber do Senhor Presidente da República um esclarecimento: a matéria é urgente por tais razões. E, de acordo com o texto, na sua interpretação, que me parece mais rigorosa, a Câmara deveria dizer se aceita ou não esse período. Se não aceitassem o prazo de 40 dias, a Câmara e o Senado seriam obrigados a examinar a matéria nesse período de 45 dias. Mas, neste caso, teríamos a tramitação normal. Na Câmara, o projeto iria à Comissão de Constituição e Justiça, que examinaria seus aspectos jurídicos; à Comissão de Mérito, que

lhe examinaria os méritos; à Comissão de Redação, que se pronunciaria sobre a sua redação, depois de examiná-la detidamente. Tudo isto acompanhando da publicidade, da oportunidade de os interessados terem contato com o Congresso Nacional. Depois, o projeto viria ao Senado. Aqui, a matéria iria à Comissão de Constituição e Justiça, depois à Comissão competente, à Comissão de Legislação Social, de Saúde, etc. e, finalmente, à Comissão de Redação, para sua redação-final. Em prazos reduzidos, seria respeitada a tramitação normal do processo legislativo.

Sr. Presidente, com estas considerações pretendemos apenas manifestar, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, aquilo que já salientamos nas Comissões: a nossa inconformidade com esse procedimento, que, a nosso ver, exige modificação por parte do Congresso.

Recebidas essas mensagens, de futuro deverá ser examinado, preliminarmente, se a matéria é ou não de urgência, se o Congresso está convencido de que a matéria atende à urgência alegada pelo Senhor Presidente da República, sem o que o projeto deverá ter uma tramitação que permitirá à população brasileira oferecer, através de seus órgãos representativos, sua colaboração ao bom processo de elaboração legislativa em nossa terra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osires Teixeira. (Pausa.)

S. Ex.^a não está presente.

O Sr. José Lindoso — Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Lindoso, como Líder.

O SR. JOSÉ LINDOSO — (Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o nobre Senador Franco Montoro acaba de formular um libelo contra a metodologia política, diríamos assim, do Senhor Presidente da República, em enviar ao Congresso Nacional três projetos de relevância, considerados pelo Governo como de caráter urgente, por isso mesmo, solicitada sua tramitação à base do que dispõe o art. 51, § 2.º, da vigente Constituição federal, que dispõe:

"Se o Presidente da República julgar urgente o projeto, poderá solicitar que a sua apreciação seja feita em sessão conjunta do Congresso Nacional, dentro do prazo de quarenta dias."

No entanto, o que alega o nobre Senador de São Paulo? Alega que os três projetos, apresentados em regime de urgência, não possibilitaram uma colheita de informações e uma participação efetiva do Congresso Nacional na sua elaboração. Ainda alega S. Ex.^a que o Presidente da República não poderia jamais considerar urgentes projetos dessa natureza, esquecendo S. Ex.^a de que o problema da urgência, nesse caso, é um valor de ordem subjetiva, e quem pode aquilatá-la realmente é o Governo, empenhado, dentro da aceleração do processo desenvolvimentista, de fazer tal avaliação. Entretanto, Sr. Presidente, examinaremos rapidamente se há procedência ou não nos argumentos oferecidos pelo Senador de São Paulo. Buscaremos mesmo uma explicação para as reclamações de S. Ex.^a

O Projeto de Lei n.º 6, por exemplo, "que modifica a legislação de Previdência Social e dá outras providências", recebeu no Congresso Nacional cerca de 400 emendas, com mais precisão 396 emendas. Houve debates acalorados e contribuição decisiva do Congresso, traduzida no substitutivo formulado pelo Sr. Relator. O projeto que "estatui normas reguladoras do trabalhador rural, e dá outras providências" modifica o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.º 4.214, de 1963). Diz S. Ex.^a que se trata de uma lei com vigência de 13 anos, lei que, à época em que tramitou no Congresso, mereceu prolongados e delongados debates, e que jamais esse trabalhador rural poderia merecer a atenção urgente do Presidente da República. E por isso, ainda neste caso, no caso do trabalhador rural, com uma lei envelhecida, superada pelo processo de desenvolvimento, desconhece S. Ex.^a o caráter de urgência. Nega-o também com relação à mensagem que estabeleceu as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza, objeto do Projeto de Lei n.º 7, também discutido e emendado largamente neste Congresso.

Portanto, por via oblíqua, diz S. Ex.^a que o angustiante problema do disciplinamento administrativo das regiões, como a Grande — São Paulo, como Recife, Salvador ou Curitiba, com toda a pletoia de problemas que está gerando e desafiando os municípios que constituem essas regiões metropolitanas, diz S. Ex.^a que todos estes problemas são secundários, não merecem, absolutamente, urgência.

O Sr. Franco Montoro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ LINDOSO — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Franco Montoro — Nobre Senador José Lindoso, eu não disse que eram secundários. Fugindo à objeção fundamental, V. Ex.^a recorre a esta expressão. Não declarei que são secundários. Declarei, sim, que não têm aquela urgência contida no § 2.º do art. 51 do texto constitucional. Não há razão para se atropelar o processo legislativo, a ponto de, em 40 dias, ter-se que apresentar emendas, substitutivos, discussão. Disse expressamente — e reafirmo, para que não haja dúvidas — que esses projetos podem ser tratados em 90 dias. Não nego sejam matérias que devam ser apreciadas com brevidade, mas o período de 90 dias, previsto na Constituição, é mais do que suficiente. É preciso uma urgência expressamente mencionada na Constituição, para que esses projetos sejam examinados no prazo de 40 dias. V. Ex.^a deve situar o problema nestes termos, e não alegar o que não foi dito por mim, que "considero matéria secundária". Por exemplo, este último projeto, sobre as regiões metropolitanas. Existem proposições tramitando pela Casa há dois ou três anos. Uma do Deputado Dayl de Almeida, aprovada pela Câmara Federal, dormiu no Senado meses ou anos. Por que, de repente, tem que ser aprovado em 40 dias, e não em 90, que seria o respeito ao texto constitucional? A essa objeção é que V. Ex.^a deve responder.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradecendo a observação do nobre Senador pelo Estado de São Paulo, que, no flagrante despropósito de sua arguição, tenta retificar a colocação inicial do seu libelo, eu diria que a Constituição não estabeleceu nenhuma característica para que o Presidente da República pudesse mensurar que este ou aquele projeto, que esta ou aquela providência administrativa tinha caráter de urgência maior ou de urgência menor...

O Sr. Franco Montoro — Mas a palavra "urgência" está na Constituição, e o Presidente da República não pode mudar a natureza das coisas.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Sr. Presidente, realmente é um problema da Presidência da República. No caso, a generosidade dos prazos reclamados pelo nobre Senador Franco Montoro não tem absolutamente nenhuma eficácia, porque S. Ex.^a não é o Presidente da República, S. Ex.^a não integra o Governo, não sabe absolutamente, Sr. Presidente, senão através da sua sensibilidade político-eleitoral, da urgência em acudir ao problema do trabalhador rural, de corrigir as distorções da Previdência Social, de socorrer as Prefeituras afogadas

com os problemas dos serviços públicos, reclamando sistematização e planejamento coordenados, para dar vida, portanto, ao instituto das regiões metropolitanas estabelecido pela Presidência da República. De forma que o problema da urgência pertence ao Sr. Presidente da República.

O Sr. Franco Montoro — Ele é infalível.

O SR. JOSÉ LINDOSO — Ademais, Sr. Presidente, é inteiramente vazia de logicidade a reclamação, porque, se se pretende realmente dar uma interpretação ao texto constitucional, há regimentalmente processo para que se opere essa interpretação, não uma mera reclamação. Porque, em face do volume de emendas oferecidas e em face da urgência desses problemas, dentro de um processo de aceleração da administração pública, dentro da urgência que temos de atender aos imperativos do crescimento nacional, só restaria ao Presidente da República, depois de examinados profundamente esses problemas, oferecer-lhes à consideração do Congresso, pedindo a cooperação cívica e a colaboração patriótica e diligente dos Congressistas, para que aprovassem em prazo máximo essas medidas, essas leis, bem como aprovadas já estão nas Comissões Mistas e serão objeto de discussão, em plenário, no Congresso Nacional.

Os reparos, Sr. Presidente, são feitos porque era oportuno que se pusesse termo à motivação constante dessa colcha de retalhos, de objetivo puramente eleitoral, que tem sido a Lei Orgânica da Previdência Social, que, com propósitos ou sem propósitos, tem sido objeto de emendas muitas vezes desatendendo inteiramente aos interesses do trabalhador.

Eis que, fazendo o reparo em nome da Liderança, afirmo que o Sr. Presidente da República não desrespeitou o Congresso, porque, agindo dentro da Constituição, valendo-se, portanto, de faculdade estabelecida na Constituição, não há porque se reclamar aqui a falta de apreço ao Congresso, extrapolando passionalmente um problema quando ele deve ser visto pela ótica que nós realmente colaboramos, que estamos integrados todos no esforço de desenvolvimento nacional, que é a ótica da urgência, para construir um país grande.

Estes são os esclarecimentos que desejariamos fazer, para que não passassem em branco as objurgatórias feitas contra a Presidência da República, por utilizar dispositivo constitucional, encaminhando os projetos de urgência ao Congresso Nacional. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carvalho Pinto.

O SR. CARVALHO PINTO — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O amplo noticiário que cercou a viagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a Portugal, disse por certo, qualquer relato complementar. Cabe-me apenas, como integrante que fui da respectiva comitiva e na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa, registrar o meu testemunho acerca de alguns aspectos e efeitos da visita que tanto sensibilizou a alma de ambos os países.

Já à chegada, na própria Capital e ao longo do extenso trajeto a Queluz, as homenagens das mais altas autoridades — à frente das quais as notáveis figuras de Américo Thomaz e Marcelo Caetano — assim como das forças vivas do país, e, sobretudo, as carinhosas manifestações populares, providas das calçadas e das sacadas e janelas engalanadas, evidenciavam o alto grau de afetividade com que o povo lusitano acolhia a presença do Brasil em seu território, através da representação de seu supremo mandatário. O que foram as recepções e manifestações populares que se seguiram, na Capital, no Porto, em Santarém, em Guimarães e nas localidades intermediárias, na verdade excedeu às mais otimistas expectativas, pela espontaneidade e pelo calor humano com que traduziram uma impressionante unidade sentimental entre países já vinculados pelas suas origens, pela história comum, pela mesma língua pela afinidade espiritual e ideológica e, mais recentemente, pela integração contida no Estatuto da Igualdade.

Pôde assim o Governo brasileiro, em ambiente profundamente receptivo, efetivar os objetivos da visita com que retribuía — a realizada, no ano passado, pelo governo português — no propósito, como logo à chegada assinalou o Presidente Médici, de "renovar o abraço do povo brasileiro ao povo português; reiterar-lhe o nosso afeto, nossa confiança e nossa admiração; reafirmar-lhe o quanto esperamos de seu futuro e do destino que nossos dois povos podem construir juntos, afim de enriquecer, sob a influência de ampla e profunda semelhança espiritual, o patrimônio comum criado por brasileiros e portugueses".

Os discursos oficiais pronunciados — e já insertos em nosso anais, assim como o comunicado conjunto expedido, cuja transcrição ora promovo em anexo, para idêntico registro — bem espelham os definidos propósitos, a elevada significação e os promissores resultados da visita realizada.

Ingênua e descabida, certamente, fora a expectativa por alguns alimentada, de que desse contacto, inspirados em propósitos protocolares e sentimentais pudessem resultar, de imediato, acertos práticos referentes a complexos problemas de ordem comercial ou política. Matéria dessa natureza — onde qualquer orientação consciente está na dependência de exaustivas observações, análises, quantificações de aspectos positivos e negativos e consultas económicas e diplomáticas de nível técnico — não poderia, evidentemente, ser desde logo resolvida no plano das chefias nacionais, cujas altas responsabilidades não se compadecem com manifestações precipitadas, ou desatentas a todos os seus eventuais efeitos e repercussões no complexo dos interesses e compromissos internacionais do País. Por isso mesmo a declaração conjunta — onde mais uma vez transparece a lúcida e hábil orientação do Ministro Gibson Barboza — refletindo a sinceridade de seus subscritores e o senso que têm de suas responsabilidades, não desce ao nível dessas providências ou acertos; mas não deixa, igualmente — na fidelidade a posições ideológicas ou económicas já assumidas — de reiterar princípios e de traçar rumos da maior utilidade ao fortalecimento da comunidade luso-brasileira e ao desdobramento posterior das relações de interesses aos dois países. Assim é que reafirmam os signatários desse documento, a fidelidade ao Tratado de Amizade e Consulta de 1953 e o propósito do fortalecimento da Comunidade, baseada no respeito pelos valores universais da justiça e do direito e na igualdade entre os povos; condenam quaisquer formas de discriminação racial, social e religiosa; repudiam todas as modalidades de violência, recomendando o combate internacional ao terrorismo. no respeito aos direitos fundamentais da criatura humana; reiteram as prerrogativas da soberania nacional na exploração das riquezas naturais, inclusive na faixa marítima, combatem a instabilidade monetária e a tendência protecionista dos países industrializados; ressaltam a responsabilidade dos países desenvolvidos no estabelecimento de uma estrutura equilibrada e estável para o comércio internacional; preconizam novas medidas para maior interligação dos povos beneficiários do Instituto de igualdade; recomendam a intensificação do comércio entre as duas

grandes nações, mediante implantação de entrepostos e crescente e recíproca cooperação empresarial; decidem-se ao exame de medidas adequadas à progressiva liberação de trocas comerciais entre os dois países, sem prejuízo de seus compromissos internacionais; e se propõem ao incremento das relações culturais, afim de que se mantenha a unidade dos valores humanísticos que tem caracterizado a cultura luso-brasileira, através dos séculos.

É, como se vê a cristalização de uma orientação atenta aos deveres de cortesia, inerentes à visita; pautada em critérios pragmáticos, mas igualmente respeitosa às profundas inclinações afetivas que ligam os dois povos; preservativa de interesses económicos e posições ideológicas próprias, mas, paralelamente, aberta ao diálogo, à colaboração recíproca, ao entendimento digno e construtivo.

Para os que compreendem o que significam, na condução da vida internacional dos povos, as tendências naturais geradas no confronto de seus legítimos interesses, no acolhimento de suas livres convicções e no respeito aos seus espontâneos sentimentos, inegáveis são os resultados da visita empreendida pelo Presidente Médici, na consolidação de uma unidade política e cultural altamente vantajosa ao desempenho dos deveres internacionais de cada um dos países. Cumpre, neste passo, relembrar, que Portugal não é apenas o relicário inextinguível de gloriosas tradições de toda espécie. Portugal de nossos dias — também como o Brasil, tomado pela febre do desenvolvimento — constitui, sem favor algum, expressiva afirmação de um progresso sócio-económico equilibrado e construído à base da harmonia entre os valores morais, espirituais e materiais da comunidade.

Ainda há poucos dias, ressaltando potencialidades comerciais desse País, interessante reportagem evocava palavras de ex-Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico, que, a despeito de não serem atuais, encontram hoje acrescida validade: "Infelizmente não se conhece no Brasil, fora de limitados grupos técnicos o que é Portugal de nossos dias, no que respeita à ciência e à tecnologia, onde ocupa posição de liderança em vários setores. Portugal é o único "Prémio Nobel" científico de língua portuguesa; tem avanços notáveis no campo da hidráulica, com reflexos inclusive no desenvolvimento brasileiro, através de projetos de aproveitamento hidroelétrico, avanços igualmente solicitados para desenvolvimento urbanístico, como no caso dos estudos de marés para lançamento

de esgotos submarinos e a criação das praias artificiais na 'Guanabara'".

A renda per capita de Portugal supera hoje a U\$ 657 dólares. O P.I.P. (de Portugal metrópole) cresceu entre 1963 a 1970 a uma taxa anual média de 6,6%, superior às de maior parte da Europa Ocidental. Suas exportações e importações no período 1959/1972, acusaram as elevadas médias anuais de 8,3% e 9,7%, respectivamente. E a despeito das limitações físicas, demográficas e económicas do país, seus índices de desenvolvimento se revelam superiores à média europeia ocidental, como se pode inferir, por exemplo no crescimento do consumo de energia elétrica e no incremento do produto bruto, tanto global como per-capita.

Pois bem, é esse o Portugal que, na forma de adequados acordos culturais e económicos e da nota comum há pouco comentada, se mobiliza hoje, juntamente com o Brasil, na conquista de mais elevados níveis de progresso social, económico e cultural.

Merece, por todos esses motivos, ser realçada a significação da visita presidencial. Estreitou nossos laços afetivos, engrandeceu a comunidade luso-brasileira e rasgou horizontes para uma crescente colaboração recíproca em benefício de Portugal, do Brasil e da própria humanidade. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. CARVALHO PINTO EM SEU DISCURSO.

"Reafirmação da Amizade Luso-Brasileira no Comunicado Conjunto

É o seguinte o texto do comunicado conjunto luso-brasileiro sobre a visita de Médici a Portugal:

O Presidente da República Federativa do Brasil, General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, visitou Portugal de 14 a 19 de Maio, a convite do Presidente da República Portuguesa, Almirante Américo Deus Rodrigues Thomaz. Ao término da visita, os dois Chefes de Estado reafirmaram a fraternal amizade em que se desenvolvem as relações especiais entre Portugal e o Brasil.

2. Reafirmaram a fidelidade dos dois países aos princípios e ao espírito do Tratado de Amizade e Consulta de 1953 e seu inquebrantável desejo de cada dia reorçarem por novos laços a identidade da Comunidade Luso-Brasileira no mundo, baseada no respeito pelos valores uni-

versais da justiça e do direito e na igualdade entre os povos, independentemente de origem, raça e cultura.

3. Os dois Presidentes, ao renovarem a firme convicção na validade do Direito Internacional para regular as relações entre os Estados, condenaram de maneira categórica e incondicional todas as formas de discriminação racial, social e religiosa.

4. Manifestaram o mais veemente repúdio ao uso da violência nas relações internacionais e a necessidade de se adaptarem os instrumentos legais adequados, no âmbito do Direito Internacional, para fazer frente à nova ameaça que representam para a civilização os actos de terrorismo. Recordaram, pois, que é dever dos Estados prevenir e reprimir a violência, sob todas as suas formas, através de uma estreita colaboração da comunidade internacional, de modo a garantir o respeito dos fundamentais direitos da pessoa humana.

5. Salientaram a importância de que se reveste para ambos os países a necessidade de se afirmar e preservar a permanente soberania dos Estados sobre todos os seus recursos naturais, que abrangem também subsolo, e a defesa dos seus direitos nas respectivas zonas marítimas.

6. Expressaram apreensão pelo escasso progresso realizado para fazer face à instabilidade monetária internacional e analisaram as consequências negativas que disso derivam para o comércio internacional dos países em vias de desenvolvimento, e mostraram-se igualmente contrários à tendência, para a adopção de medidas proteccionistas por parte dos países altamente industrializados.

7. Consideraram, como ponto fundamental, que só através da participação activa será possível estabelecer-se uma estrutura duradoura, equilibrada e estável do comércio monetário, que leve em conta os interesses e as necessidades específicas desses países.

8. Ao relembrar que a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Portugueses e Brasileiros constitui exemplo impar no campo do Direito Internacional e bem representa a indissolúvel amizade e a identidade espiritual que animam as relações entre os dois países, preconizaram a adopção de novas medidas com o fim de estimular uma interligação cada vez maior entre os dois povos irmãos.

9. Reconheceram o amplo progresso verificado, nos últimos anos, em todos os sectores das relações entre os dois países, muito especialmente nos campos políticos, cultural, científico, económico, comercial e da cooperação técnica.

10. Verificaram assim, ter havido crescimento no volume das trocas comerciais, embora essas se situem em níveis que ainda não correspondem à intensidade das relações entre os dois povos, e exprimiram a confiança de que novas perspectivas serão abertas não só através da implantação de entpostos aduaneiros portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal, mas sobretudo pela crescente cooperação entre entidades empresariais portuguesas e brasileiras.

11. A fim de dar maior conteúdo económico à Comunidade Luso-Brasileira, decidiram que sejam examinadas para a libertação progressiva das trocas comerciais entre Portugal e o Brasil, sem prejuízo dos compromissos internacionais contraídos pelos dois países.

12. Salientaram o valor da língua portuguesa como a base mais sólida da Comunidade Luso-Brasileira e comprometeram-se a envidar esforços para promover a sua maior difusão em todo o mundo. Reiteraram a importância de divulgar-se o património cultural comum aos dois países e de intensificar-se o intercâmbio das realizações intelectuais, artísticas e científicas de Portugal e do Brasil, a fim de que se mantenha a unidade da cultura luso-brasileira e dos altos valores de humanismo que a têm caracterizado através dos séculos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — O Sr. Senador Vasconcelos Torres enviou à Mesa projeto que "Cria o Fundo Nacional de Pesca e dá outras providências", projeto este cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 260, III, a, do Regimento Interno, deverá ter início na Hora do Expediente. Ficará, assim, sobre a mesa, a fim de ser anunciado na próxima sessão.

Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 11, de 1973 (n.º 1.102-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que fixa os valores de vencimentos dos cargos do Grupo-Serviços de Transporte Oficial e Portaria, do Serviço Civil da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 117 e 118, de 1973, das Comissões

— de Serviço Público, e
— de Finanças.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 25, de 1973 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu parecer n.º 124, de 1973), que autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de importação financiada, nos termos do contrato celebrado com a firma Thompson — CSF, de equipamentos e materiais a serem utilizados na instalação da estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), para fins educativos, tendo

PARECER, sob n.º 125, de 1973, da Comissão

— de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e juridicidade.

3

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 37, de 1973, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres que institui o dia nacional do aço, tendo

PARECERES, sob n.ºs 120 e 121, de 1973, das Comissões de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Economia, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórrès) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA, NA SESSÃO DE 22-5-1973, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM OMISSÃO.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — (Em nome da Maioria, pronuncia o seguinte discurso.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Honra-nos a incumbência de, em nome da Liderança da Maioria, ini-

ciarmos a prestação de esclarecimentos a intervenções havidas neste plenário de colegas nossos, acerca da política econômico-financeira do atual Governo.

Deter-nos-emos hoje, como prometido a esta Casa, em pronunciamento de ilustres companheiros de Bancada, em que dois assuntos foram objetos de discussão:

— Balança de pagamentos;

— Desempenho insatisfatório do Setor Agrícola.

Abordá-los-emos sucessivamente, dando desempenho da missão nesta sessão ou prolongando o discurso em outra, conforme o tempo que sobrar dos apertes com que porventura nos honrarem os nobres colegas.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

Inicialmente, recordemos uma das diretrizes básicas de nossa atual política de desenvolvimento:

A falta de capitais internos para financiar os investimentos necessários ao desenvolvimento, tornou-se imprescindível buscar um suplemento de poupança no exterior, o que nos obrigou, paralelamente, a ampliar as exportações, a fim de obter meios de saldar esses compromissos.

Essa política se destina, pois, a possibilitar ao Brasil receber do exterior as importações de mercadorias e serviços associados a seu desenvolvimento acelerado, o que pressupõe, quanto ao fluxo de importações, que seja crescente ao longo do tempo e dê vulto, de modo a acusar o chamado hiato de recursos, ou seja, um excesso sobre as correspondentes exportações de mercadorias e serviços. Isso permitirá ao País absorver — como fez — poupanças externas, obtendo-se níveis de consumo e investimento bem superiores ao valor da produção interna, como também criar um reforço à poupança interna.

Em 1972, esse hiato de recursos (balança comercial mais serviços não fatores) ascende a mais de US\$ 900 milhões (mais precisamente US\$ 911 milhões), o que ao observador menos avisado poderia parecer um mal, mas que, na realidade, é uma conquista, se controlado e mantido sob medida, como se acha.

Os quadros n.ºs I, II e III anexos ao discurso, retirados de publicação especializada (Boletim do Banco Central do Brasil — Janeiro de 1973), são elucidativos.

Nele, chama atenção, nas Importações (Quadro II), o item Máquinas e Equipamentos, que passou de 1968 a 1972, sucessivamente, de US\$ milhões 603,9 a 712,3, a 907,8 a 1.251,6 e finalmente a 1.760,0, ascendendo sua participação no montante total de 32,6%

àquela época (1968) para 41,6% ano passado, o que bem demonstra a cooperação dada pelas importações ao desenvolvimento pátrio.

Se esse número é comparado, na sua evolução, àqueles apresentados pela própria importação do petróleo, veremos que, em maquinaria necessária ao desenvolvimento do País, houve um crescimento de 2,9 vezes, enquanto que, no petróleo, ficou reduzido a 1,5 vez.

De acordo com o Ministério da Fazenda e fazendo remissão à publicação citada,

“as políticas econômicas do setor externo que se destinam a garantir a sustentabilidade da aceleração do desenvolvimento, mediante a absorção de poupança do resto do mundo através do “hiato de recursos”, compreendem três áreas:

- a) incentivos às exportações;
- b) manutenção das reservas internacionais em nível adequado;
- c) administração severa do endividamento externo.

“Nas condições atuais de funcionamento da economia mundial, a transferência de poupança dos países ricos para os em via de desenvolvimento implica, necessariamente, em um aumento do endividamento externo destes últimos.”

Existindo — como determinação política a que aludimos anteriormente — o hiato de recursos, isto é, importando nós, deliberadamente, para tornar possível um crescimento mais rápido do nosso produto interno bruto, mais do que as exportações — que já estão levadas todo ano, por uma política bem equacionada, ao máximo de seu limite no período —, estamos realmente trazendo do exterior para o País poupança que não é nossa. Apenas, essa poupança deve ser trazida de maneira que não ultrapasse os níveis de segurança.

Permitimo-nos, neste momento, estabelecer alguns conceitos que não são nossos; são de técnicos da ONU, aceitos pelo Banco Central como termos de aferição de como vai nosso endividamento externo.

1) **Coefficiente de vulnerabilidade do processo de desenvolvimento com endividamento externo** ou seja a medida dada pela

“redução percentual que se deveria observar nas importações do País num determinado ano, na hipótese extrema de que, subitamente, cessasse a entrada dos recursos oriundos de empréstimos e financiamentos.”

Em tal conjuntura, está claro, o País teria de transferir uma parte de suas poupanças internas para o

exterior através do excesso das exportações “isto para atender ao serviço da dívida”.

O coeficiente de vulnerabilidade é definido em termos matemáticos como a percentagem do serviço da dívida menos a componente financeira das reservas internacionais sobre a exportação (FOB), compreendendo-se componente financeiro como o resíduo das reservas internacionais, após deduzido delas o valor equivalente a 3 (três) meses de importação (FOB) que corresponde a **componente de comércio**.

2) **Coefficiente de proteção do processo de desenvolvimento com endividamento externo**, ou seja, a medida da margem percentual de redução do levantamento de empréstimos que poderia ocorrer em um determinado ano, sem que se tornasse necessário promover uma transferência de recursos para o exterior (através de um excedente de exportações de mercadorias e serviços não fatores sobre as correspondentes importações para atender (ao serviço da dívida).

Visa este coeficiente determinar exatamente qual a margem de segurança de redução de empréstimos que não provoca problemas de inversão no fluxo de poupança externa para o País.

É ele, em aritmética, definido como a relação, a diferença entre o total de empréstimos e financiamentos levantados em um ano menos o serviço de dívida no mesmo período, sobre aquele total de empréstimo, ou seja, a percentagem total de empréstimos levantados no ano pela qual estes poderiam ser reduzidos, para obter-se o valor do serviço da dívida, no ano.

3) **Perfil da dívida externa**, ou seja, a distribuição das amortizações dos empréstimos nos anos subsequentes ao considerado.

Fixados estes conceitos, nobres Senadores, poderemos de logo constatar:

- a) o coeficiente de vulnerabilidade de nosso endividamento, ao contrário do que se pensa, decresceu, no período 1968/1972, do nível de 59% para 35%. (Ver Q. anexo n.º VI.)

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Ex.^a me dá a honra de um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Com o maior prazer, eminente Senador.

O Sr. Luiz Cavalcante — Meu ilustre colega, esta é a primeira vez que me concedo a honra de apartear V. Ex.^a nesta Casa.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A honra é toda nossa.

O Sr. Luiz Cavalcante — Mas, como é a vez primeira, gostaria de fazer um pouco de História.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Menos para V. Ex.^a do que para os ilustres Pares, queria contar-lhes a estória do Cadete 109.

Quando cheguei à Escola Militar, no ano de 1937, lá já encontrei o cadete 109, seis anos mais moço do que eu, todavia um ano na minha frente na Escola Militar de Realengo, isto devido à sua inteligência e também ao atraso no início da minha carreira militar — porque tive de fazer muitas curvas, antes de ingressar naquela Escola. Comecei no primeiro degrau da hierarquia militar, isto é, como soldado raso. E o Cadete 109 logo me chamou a atenção. Embora não fosse ali, do ponto de vista da loquacidade, dos mais exuberantes, era todavia dos mais estimados e admirados, por ser o primeiro aluno da turma. E não somente isto: o Cadete 109 era uma espécie de benemérito, porque ficava quase todas as noites e até altas horas a explicar pacientemente a colegas de menor capacitação intelectual os mistérios da teoria dos erros: os mistérios da determinação das correntes derivadas nos circuitos fechados, pelas leis de Kirchhoff; os mistérios da Geometria Analítica e aqueles terríveis mistérios da Balística do Major Morgado da Hora. Pois bem, aquele Cadete 109 é nada mais, nada menos, do que o hoje ilustre Senador Virgílio Távora. E vejo, com enorme satisfação, que, com o correr dos anos, sua brilhante inteligência mais ainda se acrisola, e Virgílio Távora é hoje, no conceito unânime desta Casa, um dos maiores valores do Senado Federal. Por isso, não me surpreende absolutamente a brilhante exposição que V. Ex.^a está fazendo, meu eminente e duplamente colega.

E quero registrar ainda, como depoimento que honra V. Ex.^a, que o Senador Virgílio Távora, há cerca de dez dias, teve a gentileza de me avisar que iria discursar abordando a política financeira do Governo, conflitando aqui e ali com pontos de vista já expostos por mim neste plenário. Por todos esses motivos, nobre Senador Virgílio Távora, pelo passado, pelo presente, por sua magnífica exposição, cresce V. Ex.^a continuamente no meu conceito e na minha estima. Como o aparte já se torna demasiadamente longo, reservo-me para, mais adiante, em outro aparte, cometer a ousadia de fazer-lhe algumas objeções que, de antemão, presumo absolutamente infrutíferas, dado o peso da argumentação do eminente colega.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Agradecemos ao nobre Senador as referências a um passado que já vai muito distante. Infelizmente, os anos correm. As suas amáveis palavras tocaram o coração do orador. Realmente, estamos procurando definir aquilo que achamos ser uma correta política econômico-financeira adotada pelo Governo, cujos frutos maiores, a nosso ver, encontramos no momento, entre outros, no setor por nós abordado, ou seja, no setor do aproveitamento das poupanças externas para quebrar o círculo vicioso em que nos encontrávamos após a exaustão do chamado processo de substituição das importações.

Reiniciando as nossas considerações: o perfil da dívida externa mostra, Sr. Presidente, Srs. Senadores, comparada a posição de setembro de 1971 com a de setembro de 1972, melhoria visível, incontestável, a olhos vistos, que não pode ser negada. Esta síntese que vai acompanhada dos quadros comprovantes, tirados todos eles da publicação a que nos referimos e confrontados os mais antigos com outros publicados pelo Professor Celso Furtado a quem colocamos, aqui, como pessoa insuspeita por ser um dos críticos maiores da atual política econômica e financeira — e que servirão para ilustrar o que dissemos.

b) o coeficiente de proteção no mesmo período cresceu de 18% para 55%. (Ver anexo n.º VII);

c) o perfil da dívida mostra em 1972 (comparada a posição de setembro desse ano a do mesmo mês do ano anterior), acentuada melhoria com notável redução na percentagem dos compromissos que recaí nos dois primeiros anos e seu deslocamento para os anos a partir do terceiro.

(Os quadros anexos, constantes da publicação citada bem esclarece o assunto.)

Esta síntese apresentada, já responde por si só, praticamente, às principais objeções quanto a posição de nossa balança de pagamentos.

Permitimo-nos porém, repetindo afirmações aqui ouvidas, procurar responder às mesmas, uma a uma:

“Minha observação inicial diz respeito à balança comercial. Pelo segundo ano consecutivo, ela nos foi deficitária. No ano recém-fimido, compramos 233 milhões de dólares a mais do que logramos vender, o que se deduz pelo Quadro da página 25 da Mensagem.

O item “Serviços”, por sua vez, revelou-se igualmente negativo.

Os 958 milhões de dólares despendidos em 1971 elevaram-se, em 72,

para 1.293 bilhões, conforme está confessado na Mensagem Presidencial.

Quanto às reservas internacionais, lê-se à página 25 da Mensagem:

“Graças à expansão das exportações, que ultrapassaram, em mais de um bilhão de dólares, as de 1971, e ao saldo no movimento de capitais, foi-nos possível, mesmo diante de considerável ampliação das importações, aumentarmos nossas reservas internacionais para US\$ 4,2 bilhões, isto é, para valor superior ao dobro do registrado em fins do ano de 1971”.

Ora, revela a Mensagem, como há pouco lembrei, que as importações superaram as exportações em 233 milhões de dólares. Pergunta-se então: como atribuir ao saldo negativo da balança comercial qualquer contribuição ao acréscimo das reservas? Sendo deficitária a balança comercial, o déficit só pode ter contribuído para desfalcicar nossas divisas, ao invés de acrescê-las de um centavo sequer.

Não há pois outra alternativa: se as reservas não provêm de saldo na balança comercial, provirão, forçosamente, de saldo no balanço de pagamentos. Impõe-se nova inquirição: houve saldos, em 71 e 72, no balanço de pagamentos de tal monta a gerar 4,2 bilhões de reservas internacionais? Sim e não.”

E vai mais adiante:

“Antes daqueles dois apartes perguntava eu: houve saldo, em 71 e 72, no balanço de pagamentos de tal monta a gerar 4,2 bilhões de reservas internacionais? E respondi eu próprio à minha pergunta: sim e não.

É que, na verdade, tais saldos não passam de meros artifícios contábeis, vez que resultaram de empréstimos em moeda estrangeira concedidos a empresários nacionais, empréstimos repassados por Bancos de Investimentos. Pela Resolução n.º 63 do Banco Central, essas divisas são cedidas ao mesmo Banco, em troca de cruzeiros (para o que é mister emitilos), passando assim a engrossarem nossas reservas. Para não inflacionar o meio circulante, títulos da dívida pública são lançados no mercado no montante correspondente a cada empréstimo transformado em divisas.

Obviamente o Banco Central assume o ônus total das amortizações e dos juros com o credor estrangeiro.”

Examinemos as mesmas tão sinteticamente quanto possível:

— **nível das reservas internacionais** — a posição das reservas cambiais das Autoridades Monetárias, em termos de liquidez internacional do País, é aqui repetido, atingiu US\$ 4,2 bilhões no final de 1972. Em 1970, essa posição situava-se em torno de US\$ 1.187 milhões, o que, somado ao superávit do balanço de pagamentos de 1971 e 1972 (US\$ 530 milhões e US\$ 2.439 milhões), traduz a posição acima apontada;

— **aumento das reservas internacionais** — um país em desenvolvimento como já o vemos, é em geral importador de recursos externos. Nós o decidimos o ser, na medida do nosso interesse tornando-nos ainda mais explícitos: o déficit das transações correntes com bens e serviços fornece a medida do ingresso de recursos reais do resto do mundo para o País. Esse déficit deve, necessariamente, ser financiado através da entrada de capitais, quer na forma de empréstimos em moeda ou vinculados a financiamentos para importações, quer sob a forma de investimentos diretos estrangeiros no País. A necessidade de assegurar o financiamento do déficit em transações correntes, bem como a amortização de dívidas externas, é que orienta a programação do nível de reservas. O assunto no início de nossa oração foi amplamente tratado.

Sendo o Banco Central o órgão que exerce o controle cambial no País, em todo período em que ocorrer superávit nas transações com o exterior, divisas estrangeiras serão levadas ao Banco Central para serem convertidas em cruzeiros. Em todo período que ocorrer déficit dar-se-á o mecanismo inverso. É importante lembrar também que as operações ligadas ao setor cambial constituem apenas um dos inúmeros fatores que afetam a variação do meio circulante. Não se pode pois estabelecer uma relação direta entre superávit no balanço de pagamentos, emissão de papel-moeda e colocação de títulos da dívida pública. A política de dívida pública é orientada no sentido de assegurar que, a cada momento, o estoque de moeda da economia se situe em níveis adequados à manutenção da liquidez demandada pelos agentes econômicos.

O ônus da amortização e juros dos empréstimos externos com base na Resolução n.º 63 é da responsabilidade do empresário que contrata o empréstimo e não do Banco Central. Caso fosse o Banco o responsável é evidente que a operação da Resolução n.º 63 seria doação e não empréstimo.

A enumeração seguinte, que é elucidativa na contradição de nossa tese,

serve para muito melhor explicitar nosso pensamento:

"Aliás, isto está dito e foi aqui afirmado no Plenário de forma muito mais autorizada por um ilustre comentarista econômico do "Jornal do Comércio", do Rio, de 19-11-72, Sr. Paulo Campos, que a respeito do assunto diz estas palavras:

"As reservas, todavia, como não foram conseguidas por saldos de balanço e, sim, por empréstimos, equivalem a compras que exigem retorno e juros. Daí a contingência de um aumento rápido de renda dólar das exportações, porque até agora estamos fazendo como o tocador de flauta: "tapando buraco", inclusive usando o empresário privado para tomar empréstimos no estrangeiro, que lhe são repassados pelos Bancos de Investimentos e imediatamente vendidas as divisas ao Banco Central, como estabelece a Instrução 63."

Esclarecimento necessário:

— **"tapando buraco"** — na medida em que a necessidade de se assegurar a continuidade das importações e da amortização de dívidas externas conforme já foi explanado, indica qual deve ser a programação do nível das reservas internacionais, é óbvio que o aumento das reservas provenientes dos empréstimos em moeda não constitui uma forma de "tapar buracos", — nós estamos seguindo uma política econômico-financeira adremente traçada — mas se encontra inserido dentro da execução da política de relações econômicas do País com o exterior e da política da administração do endividamento externo, em particular. Tópico seguinte:

"E o honrado e insuspeito ex-Ministro Otávio Gouveia de Bulhões diz a mesma coisa no comentário que está na conceituada coluna de Joelmir Beting, da "Folha de São Paulo", de 25 de outubro de 1972; e explica o aumento de nossas reservas citando o seguinte exemplo:

"A Guanabara solicitou um empréstimo estrangeiro de 20 milhões de dólares para as obras do metrô carioca. Não se trata, no caso, de um empréstimo para o pagamento de importações de bens e serviços. Logo, tal empréstimo, aumenta em 20 milhões de dólares as reservas cambiais do Brasil, mas ao mesmo tempo o Banco Central deve entregar 120 milhões de cruzeiros ao Governo guanabarrino (pelo regime anterior). O efeito inflacionário é evidente.

Como driblar o problema? Receita do Sr. Bulhões: Simplesmente o Governo Federal coloca no mer-

cado a contrapartida de 120 milhões de cruzeiros em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. Haverá assim uma absorção de cruzeiros equivalentes ao valor da conversão de recursos externos em moeda nacional.

E o que isso significa? Significa que o Estado da Guanabara transferirá seu débito ao Governo Federal. E este, por seu lado, com o esforço de sua reserva em cambiais, poderá liberar, um pouco, as importações, ou mesmo reduzir débitos por antecipação.

Esta a razão do grande dispêndio com "serviços" — 1,293 bilhões de dólares, como já vimos, item este constituído de várias parcelas, das quais a mais onerosa é a de "Renda de Capitais", que abrange "Juros" e "Lucros e Dividendos".

Explicação:

— **O comentário atribuído ao Professor Octávio Gouvêa de Bulhões está corretíssimo** — empréstimo em moeda, realizado pelo Estado da Guanabara, acarretaria a compra de divisas pelo Banco Central. Caso o Banco Central desejasse neutralizar completamente a ação da inflação, faria o lançamento de letras do Tesouro na proporção do seu montante equivalente em divisas. O resultado final da operação seria a elevação, controlada, da liquidez internacional do País, que teria, assim, reforçada a sua possibilidade de importar bens e serviços e de amortizar compromissos externos.

— **Valor do dispêndio com "renda de capitais"** — Este problema já foi, e muito, abordado quando da primeira parte desta oração. Depende, entre outros fatores, do montante de capitais pertencentes a não residentes no País, que se acha investido na economia, seja na forma de investimento de risco (empresas), seja na forma de empréstimos em moeda ou de financiamentos. O valor absoluto dessa rubrica pouca base oferece para análise da questão. É um valor relativo. Apenas é possível assegurar que os juros, lucros e dividendos remetidos para o exterior constituem somente uma parcela do total da renda gerada pelos capitais externos aplicados no País.

E neste momento, já quase terminando esta parte da oração, Sr. Presidente, gostaria de aduzir algumas considerações, dizendo que se encontra hoje muito espalhado o conceito de que está voltando para o Exterior muito mais daquilo que, realmente, em investimento, é trazido para este País.

Para orientação do Plenário, tivemos, no período 1968/1972, investimentos estrangeiros diretos, globais, no valor de, aproximadamente, US\$ 1 bilhão e cinquenta e sete milhões, com um retorno de US\$ 154 milhões, que davam um investimento líquido de

US\$ 903 milhões. Se deles tirarmos remessas de lucros, dividendos, etc., no valor de 569 milhões, ainda teremos um saldo líquido de 334 milhões de dólares.

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Pois não!

O Sr. Luiz Cavalcante — Nobre Senador Virgílio Távora, em primeiro lugar, quero agradecer a elegância com que V. Ex.^a se vem conduzindo nessa tribuna, elegância até excessiva...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Bondade de V. Ex.^a

O Sr. Luiz Cavalcante — ... porque, há poucos momentos, V. Ex.^a repetiu fielmente expressões e argumentações do meu discurso anterior, sem nada deturpar:

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Perfeito!

O Sr. Luiz Cavalcante — Por esse motivo, V. Ex.^a dá mais uma medida da sua honestidade. Permita-me, agora, como derradeiro aparte, abordar alguns pontos da maior relevância. Tem V. Ex.^a em mãos, como eu também tenho, a publicação do Boletim Cambial do Banco Central do Brasil. Estamos, então, usando as mesmas armas. Apenas levo enorme desvantagem quanto à inteligência de V. Ex.^a — o poder de argumentação, que, sem modéstia alguma, neste ponto, estou a enorme distância de V. Ex.^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Em nada, apoiado!

O Sr. Luiz Cavalcante — Muito obrigado. Mas diz aqui nosso Boletim que nas transações correntes do ano passado tivemos um déficit de Cr\$ 1.400.000.000,00. Para este ano, está aqui a edição de 18 de fevereiro, de **O Globo**, jornal absolutamente insuspeito, porque está sempre louvando a política financeira do Governo — diz **O Globo** que, em petróleo e em trigo, nós dispenderemos 1 bilhão de cruzeiros em 1973. Também no **Jornal do Brasil**, a coluna igualmente insuspeitíssima do economista João Muniz de Souza revela que na compra de aço não planos dispenderemos de 400 a 450 milhões de cruzeiros. Vamos tomar pelo menor, 400 milhões. Então, somente com trigo, petróleo e aço, importaremos, neste ano de 1973, 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros. Haverá forçosamente um crescimento vegetativo, conforme tem havido todos os anos, em outros itens, como em viagens governamentais, juros e outros itens do serviço da dívida. Então, parece-me que não é exagero prevermos que, em transações correntes, teremos um déficit de pelo menos

1 bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros.

E neste ponto estou apoiado pelo **Jornal do Commercio**, numa análise que fez dessa publicação do Banco Central, que ambos temos em mãos.

Agora, na página 48 do quadro do Boletim do Banco Central, que mostra o escalonamento da dívida, vemos que, neste ano de 73, as nossas obrigações de amortização ascendem a 1 bilhão e 861 milhões de dólares. Então, vamos ter obrigações, somando as duas parcelas no montante de 3 bilhões e 360 milhões de dólares. Isto, nobre Senador, é que me parece algo exagerado para as nossas possibilidades de exportação. Forçosamente teremos de recorrer a novos empréstimos. Parece que, pelo menos neste ponto, a razão está comigo, porque é o próprio ilustre Presidente do Banco Central, Sr. Ernane Galvêas, que em reunião realizada no Museu de Arte Moderna lança um brado contra o excesso de importação. Aqui, me permito ler, na íntegra, este tópico do **Jornal do Commercio** de 11 de abril:

"O Presidente do Banco Central, Ernane Galvêas, assegurou ontem às 350 pessoas que foram homenageadas no Museu de Arte Moderna que metade, da inflação brasileira é provocada pelos aumentos de preços dos produtos importados.

A afirmação de Galvêas, além de constituir uma definição muito clara da preocupação governamental com os problemas monetários internacionais, que sempre foram minimizados pelo menos nos pronunciamentos públicos, sugere também a necessidade de que se observe mais rigorosamente a política de importações para que este setor da economia não venha a comprometer a luta contra a inflação."

Na verdade, nobre Senador Virgílio Távora, aqui somos representantes das duas correntes em que se divide o País em torno da política financeira do Governo: uma, que aplaude irrisoritamente esta política e onde V. Ex.^a se coloca com tanto brilho e com tanta convicção; outra, que aplaude também o Governo, mas acha que o endividamento está excessivo. Aqui, me permito ler recorte de **O Estado de São Paulo**, órgão que, todos sabemos, sofre drástica censura, mas que neste ponto da política financeira não poupa aplausos à política do Ministro Delfim Netto.

Diz o referido jornal, no dia cinco de maio, em meio a seu editorial:

"É certamente difícil avaliar todo o problema da dívida externa e estabelecer um nível ideal de endividamento. Não se devem subes-

timar os perigos que envolvem a opção brasileira."

Apenas isso que quero frisar: como muitos outros, o jornal **O Estado de São Paulo** e este modesto orador achamos apenas que essa política do Governo — que está causando o desenvolvimento do País, diga-se a verdade, dando-lhe enorme impulso — essa política está sendo demasiadamente ousada. Talvez em futuro próximo não tenhamos condições de atender ao escalonamento da nossa dívida externa. Este, o perigo. Perdoe-me V. Ex.^a a extensão do aparte, que foi maior do que eu pretendia. Muito grato ao eminente colega pela paciência com que me ouviu.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — O seu aparte só faz honrar o nosso discurso, nobre Senador Luiz Cavalcante, mas queremos antes de responder às palavras de V. Ex.^a dar um esclarecimento quanto às novas e bondosas referências feitas à atitude do orador. Óbvio que a maior parte das respostas parece que se enquadram sempre em afirmativas formuladas por V. Ex.^a, mas ao nobre Senador Franco Montoro comuniquei também, com uma semana de antecedência, que abordaria o assunto. Em respeito à ausência do nobre representante paulista, o pronunciamento não foi efetuado na semana passada, a fim de que o fizesse o corpo presente.

Estamos absolutamente convencidos de que a política de captação de poupança externa através do hiato de recursos, nosso caro colega Luiz Cavalcante, está rigorosamente certa. Temos quatro alternativas maiores para nosso desenvolvimento.

O tempo aqui não vai permitir que nos prolonguemos, mas da alta sabedoria do Sr. Líder, naturalmente, promanarão as providências necessárias para que em outra ocasião, antes de passar para o segundo assunto, possamos voltar ao mesmo e — aqui não doutralmente, mas numa conversa franca como temos tido até agora — mostrar as diversas alternativas de que dispunha o Governo brasileiro, para retomada do desenvolvimento quando da síncope que sucedeu àquele período que ficou convencionado como sendo o da substituição de importações, pela extinção desta fonte que a muitos, na época, se afigurava como inesgotável. Mas, caro colega, permita-me lembrar que **O Estado de São Paulo**, edição de 19-5-1973, diz textualmente:

"A dívida externa, escolha consciente" — e critica tudo que foi dito em Washington, quanto à nossa chamada dívida monstruosa:

"Recentemente foi divulgada notícia de Washington segundo a qual o Tribunal de Contas dos Estados Unidos preocupa-se com o crescimento da dívida externa dos países em desenvolvimento, em

particular do Brasil, que já em 1970, com uma dívida externa de US\$ 5.395 milhões, ocupava o terceiro lugar quanto ao nível de endividamento. Como a nossa dívida externa atingiu, segundo as primeiras estimativas, US\$ 9.900 milhões em dezembro de 1972, provavelmente ocupamos hoje o primeiro lugar no quadro daqueles países. E isto preocupa, ao que tudo indica, alguns peritos norte-americanos."

"O Brasil está consciente de que, para acelerar seu desenvolvimento, recorrendo parcialmente à poupança externa, deve utilizar recursos provenientes de importações (mais serviços não ligados à remuneração da dívida externa), superiores às exportações.

Com efeito, se o equilíbrio existisse, não haveria possibilidade de utilizar a poupança externa, senão sob a forma de investimentos diretos."

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Com prazer, damos aparte ao nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Obrigado a V. Ex.^a A Casa assiste com desvanecimento ao educado diálogo que V. Ex.^a mantém com a Oposição nesse terreno. Mas, eminente Senador Luiz Cavalcante, vai-me permitir rápida observação: S. Ex.^a demonstra ter uma coletânea de recortes que supera até...

O Sr. Luiz Cavalcante — O meu saber é de recortes feitos.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência! Não é isso, não. Isso eu tenho também. Não estou fazendo ironia

com V. Ex.^a, estou apenas causando inveja ao *Lux Jornal*, colocando V. Ex.^a em posição hierárquica. Mas S. Ex.^a o nosso querido colega Senador Luiz Cavalcante citou, mas apenas setorialmente, uma notícia de *O Globo*, caracterizando o agravamento quanto às despesas com a importação de petróleo. Se S. Ex.^a prosseguir na leitura do artigo ou se pesquisar estatísticas válidas, verificará o seguinte: em 1972, importamos o óleo bruto em grande escala por causa de preços altamente vantajosos para o Brasil, mas, em compensação, exportamos o óleo cru para outros mercados com preços altamente competitivos, inclusive para as Caraíbas e até mesmo para o Japão. Então, aquilo que gastamos importando óleo bruto foi compensado, pois ganhamos muito mais em reexportando esse produto, em forma de óleo cru, para mercados antes jamais supostos, jamais disponíveis para o Brasil. E a ponto de registrar, também nesse setor, que, em 1972, houve um acréscimo de cerca de 23 ou 25% — a memória não me ajuda muito —, mas coloquemos 23% na produção do óleo cru. Quando vim para o Senado, não se falava muito sobre petróleo nem na PETROBRÁS. De uns 6 ou 7 meses para cá, freqüentemente se fala sobre a PETROBRÁS e sobre o petróleo, aliás matéria de palpitante atualidade.

O Sr. Nelson Carneiro — Tem que haver algum motivo.

O Sr. Eurico Rezende — Mas o que se deve repetir é o seguinte: o binômio operação importação de óleo bruto, e exportação de óleo cru tem trazido grandes vantagens para o País.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Concedemos o aparte ao nobre Senador Franco Montoro, lamentando que o Sr. Presidente já nos advirta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — (Fazendo soar a campanha) Lamento informar ao nobre orador que o tempo de que dispunha já se esgotou há meia hora.

Conforme comuniquei ao Plenário, vamos receber, dentro de minutos, a visita do Secretário-do-Estado norte-americano, Sr. William Rogers. Por isso, terei de suspender a sessão.

Concedo, entretanto, alguns minutos a V. Ex.^a, para que termine seu discurso.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — V. Ex.^a vai-nos perdoar, Sr. Presidente, transformarmos estes minutos em aparte que vamos conceder ao nobre Senador Franco Montoro.

O Sr. Franco Montoro — Direi, em apenas alguns minutos, que a tese de V. Ex.^a, de que o endividamento é necessário, tem o apoio de todos. O que se tem criticado é o volume do endividamento. Quero felicitar V. Ex.^a e o Senado pela elevação, a objetividade dos dados trazidos. Acatando a observação que nos é feita pela Presidência, e com justa razão, apenas quero declarar que o discurso de V. Ex.^a merece resposta objetiva, com dados que serão recolhidos de nossa parte, para que o diálogo continue, no interesse da política econômica do Brasil.

O SR. VIRGÍLIO TAVORA — Sr. Presidente, protestando continuar o assunto em outra ocasião, inclusive porque não tivemos oportunidade de responder às alegações últimas do nobre Senador Luiz Cavalcante, concluímos esta parte do nosso discurso, em obediência à decisão da Mesa. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VIRGÍLIO TAVORA EM SEU DISCURSO:

QUADRO I

BALANÇO DE PAGAMENTOS — ANÁLISE

1968/71 — Dados Definitivos

1972 — Estimativa Preliminar

		US\$ milhões				
Discriminação		1968	1969	1970	1971	1972
I —	BALANÇA COMERCIAL	26	318	232	— 363	— 237
	Exportação (FOB)	1 881	2 311	2 739	2 882	3 987
	Importação (FOB)	1 855	1 993	2 507	3 245	4 224
II —	SERVIÇOS-NAO-FATORES ^{1/}	— 284	— 322	— 411	— 490	— 674
	Receita	152	211	254	293	286
	Despesa	— 436	— 533	— 665	— 783	— 960
III —	HIATO DE RECURSOS (I + II)	— 258	— 4	— 179	— 853	— 911
IV —	MOVIMENTO LÍQUIDO DE INVESTIMENTOS DIRETOS ^{2/}	— 23	96	13	50	153
V —	SERVIÇOS-FATORES ^{3/}	— 44	— 45	— 51	— 48	— 41
	Receita	41	57	74	105	143
	Despesa	— 85	— 102	— 125	— 153	— 184

US\$ milhões					
Discriminação	1968	1969	1970	1971	1972
VI — TRANSFERÊNCIAS-LÍQUIDO	22	31	21	14	8
Privadas	5	14	13	12	5
Oficiais	17	17	8	2	3
VII — ITENS FINANCEIROS DIVERSOS	120	— 102	184	110	373
Outros Capitais	121	— 61	92	119	36
Erros e Omissões	— 1	— 41	92	— 9	337
VIII — JUROS	— 144	— 182	— 234	— 302	— 355
Receita	10	22	50	42	130
Despesa	— 154	— 204	— 284	— 344	— 485
LÍQUIDO [III a VIII = — (B-A)]	— 327	— 206	— 246	— 1029	— 773
A — VARIAÇÃO DE RESERVAS LÍQUIDAS 4/	— 32	— 549	— 545	— 530	— 2439
B — EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EXTERNOS	359	755	791	1 559	3 212
Curto Prazo	267	239	34	343	38
Entradas	603	821	611	883	805
Amortizações	— 336	— 582	— 577	— 540	— 767
Médio e Longo Prazos	92	516	757	1 216	3 174
Entradas	572	1 002	1 422	2 059	4 357
Amortizações	— 480	— 486	— 665	— 849	— 1183

1/ não inclui os serviços relativos a pagamentos a fatores de produção, incluídos nos itens IV, V e VIII, e Quadro III.

2/ Ver Quadro IV.

3/ Inclui os serviços relativos a pagamentos a fatores de produção, exclusive lucros, juros e dividendos considerados nas linhas IV e VIII deste Quadro;

4/ sinal menos igual aumento; igual ao superavit do balanço de pagamentos.

5/ Fonte — Banco Central.

QUADRO II
IMPORTAÇÃO BRASILEIRA (FOB)
1968/71 — Dados Definitivos
1972 — Estimativa Preliminar

Discriminação	US\$ milhões					Participação %	
	1968	1969	1970	1971	1972	1968	1972
Trigo	154,0	135,0	104,0	108,0	122,0	8,3	2,9
Petróleo e derivados	203,0	204,0	236,0	327,0	397,0	10,9	9,4
Produtos animais e Vegt. 1/..	149,3	137,3	167,7	190,9	188,0	8,0	4,5
Produtos minerais	53,5	56,0	65,1	78,7	95,0	2,9	2,3
Produtos da indústria química 2/	311,8	311,9	430,1	525,1	735,0	16,8	17,4
Metais comuns e suas manufaturas	201,6	257,8	330,0	428,4	463,9	10,9	11,0
Máquinas e equipamentos 3/ ..	603,9	712,3	907,8	1.251,6	1.760,0	32,6	41,6
Demais produtos	178,0	178,9	266,2	335,8	463,2	9,6	10,9
TOTAL GERAL	1.855,1	1.993,2	2.506,9	3.245,5	4.224,1	100,0	100,0

Fontes: { dados definitivos — CIEF/MF
 { estimativa 1972 — BACEN

1/ exclusive trigo, inclusive animais vivos e produtos da indústria alimentícia fumo e bebidas.

2/ inclusive borracha e suas manufaturas.

3/ inclusive material elétrico e de transportes.

QUADRO III

SERVIÇOS-NÃO-FATORES 2/

1968/71 — Dados Definitivos
1972 — Estimativa Preliminar

US\$ milhões

Discriminação	1968	1969	1970	1971	1972
TOTAL (líquido)	— 284	— 322	— 411	— 490	— 674
Receita	151	211	254	293	286
Despesa	435	533	665	783	960
Viagens internacionais	— 121	— 89	— 130	— 135	— 178
Receita	17	28	30	36	38
Despesa	138	117	160	171	216
Transportes	— 64	— 135	— 185	— 255	— 308
Receita	91	126	159	158	174
Despesa	155	261	344	413	482
Seguros	— 9	— 11	— 13	+ 7	— 13
Receita	8	8	10	34	17
Despesa	17	19	23	27	30
Governamentais	— 62	— 64	— 69	— 85	— 135
Receita	23	28	36	42	39
Despesa	85	92	105	127	174
Diversos	— 28	— 23	— 14	— 22	— 40
Receita	12	21	19	23	18
Despesa	40	44	33	45	58

1/ supondo-se que o item outros financiamentos do Quadro 2, Anexo, seja, em sua totalidade, vinculado ao financiamento de importações de Máquinas e Equipamentos o que é razoável.

2/ não inclui os serviços relativos a pagamentos a fatores de produção; junto com o saldo da balança comercial (FOB), compõe o hiato de recursos.

Fonte.— BACEN

QUADRO IV

MOVIMENTO LÍQUIDO DE INVESTIMENTOS DIRETOS 1/

1968/71 — Dados Definitivos
1972 — Estimativa Preliminar

US\$ milhões

Discriminação	1968	1969	1970	1971	1972
Movimento líquido de Investimentos Diretos	— 23	96	13	50	153
Investimentos brasileiros	— 2	— 12	— 14	— 1	— 22
Receita (retorno)	0	0	0	7	0
Despesa	— 2	— 12	— 14	— 8	— 22

Discriminação	1968	1969	1970	1971	1972
Investimentos estrangeiros (a)	63	189	146	169	336
Recelta	81	210	184	207	395
Despesa (retorno)	— 18	— 21	— 18	— 38	— 59
Lucros e dividendos	— 84	— 81	— 119	— 118	— 161
Recelta	0	0	0	3	3
Despesa (b)	— 84	— 81	— 119	— 121	— 164
Líquido de investimentos estrangeiros (c = a + b)	— 21	+ 108	+ 27	+ 48	+ 172

1/ exclusive reinvestimentos.

Fonte — BACEN

QUADRO V

ENDIVIDAMENTO EXTERNO

Comparação das variações segundo os dados de registro
no Banco Central e os do Balanço de Pagamentos

Data	Saldos em fim de período Registro no Banco Central	Período	Variação no período		Saldos em US\$ milhões Variação acumulada	
			Registro no Banco Central	Balanço de Pagamentos 1/	Registro no Banco Central	Balanço de Pagamentos 1/
dez 1967	3.281					
dez 68	3.780	68	499	359	499	359
dez 69	4.403	69	623	755	1.122	1.114
dez 70	5.295	70	892	791	2.014	1.905
dez 71	6.622	71	1.327	1.559	3.341	3.464
set 72	8.779	até set 72	2.157	2.188	5.496	5.652
		até dez	...	3.212	...	6.676

1/ ver QUADRO I

Fonte — BACEN

QUADRO VI
COEFICIENTE DE VULNERABILIDADE
Evolução 1968/72

US\$ milhões

Ano	Serviço da dívida					Reservas Internacionais posição em dezembro do ano anterior	Reservas Internacionais		Serviço da dívida menos Reservas Componente Financeira	Exportação (FOB)	Coeficiente de Vulnerabilidade (%)
	curto prazo	Amortizações médio e longo prazos	Total	Juros líquidos	TOTAL		Componente de comércio	Componente financeira			
	(1)	(2)	(3)=(1+2)	(4)	(5)=(3+4)	(6)	(7)	(8)=(6-7)	(9)=(5-8)	(10)	(11)=(9/10)
1968	336	480	816	144	960	204	360	— 156	1 116	1 881	59
1969	582	486	1 068	182	1 250	257	464	— 207	1 457	2 311	63
1970	577	665	1 242	234	1 476	658	498	160	1 316	2 739	48
1971	540	843	1 383	302	1 685	1 187	627	560	1 125	2 882	39
1972	767	1 183	1 950	355	2 305	1 723	811	912	1 393	3 987	35

1/ Fonte — BACEN

QUADRO VII
COEFICIENTE DE PROTEÇÃO
Evolução 1968/72

US\$ milhões

Ano	Serviço da dívida (1)	Empréstimos e Financiamentos levantados (2)	Diferença (2) — (1) (3)	Coeficiente de Proteção (%) (4)=(3/2)
1968	960	1 175	215	18
1969	1 250	1 823	573	31
1970	1 476	2 033	557	27
1971	1 685	2 942	1 257	43
1972	2 305	5 162	2 857	55

Obs.: para o significado e interpretação do coeficiente de proteção, o coeficiente é definido como a percentagem do total de empréstimos levantados no ano pela qual estes poderiam ser reduzidos, para obter-se o valor do serviço da dívida, no ano.

Fonte — BACEN

QUADRO VII
EXPORTAÇÃO (FOB)
 1968/71 — Dados Definitivos
 1972 — Estimativa Preliminar

Discriminação	US\$ milhões					Taxa anual de crescimento (%)		Participação no total (%)	
	1968	1969	1970	1971	1972	72/71	72/68	1968	1972
TOTAL GERAL (A+B+C)	1.881,3	2.311,2	2.738,9	2.903,9	3.987,0	37,3	20,7	100,0	100,0
A) Café	797,3	845,7	981,8	822,2	1.060,0	28,9	7,4	42,4	26,6
em grão	774,5	813,0	939,3	772,5	992,0				
solúvel	22,8	32,7	42,5	49,7	68,0				
B) Demais Produtos (1+2)	1.074,9	1.445,5	1.732,4	1.988,1	2.895,2	45,6	29,1	57,1	72,6
1) Produtos primários	717,2	983,2	1.109,9	1.215,9	1.737,7	42,9	24,8	38,1	43,6
Tradicional	407,1	581,0	598,9	620,4	931,2	50,0	23,0	21,6	23,4
Açúcar	101,6	115,0	126,6	146,6	421,5				
Algodão em rama	130,8	196,0	154,4	137,1	190,8				
Cacau em amêndoas	46,1	105,5	77,7	61,7	60,5				
Minério de ferro	104,5	147,4	209,6	237,3	230,0				
Minério de manganês	24,1	17,1	30,6	37,7	28,4				
Outros produtos primários	310,1	402,2	511,0	595,5	806,5	35,4	27,0	16,5	20,2
2) Produtos industrializados	357,7	462,3	622,5	772,2	1.157,5	49,9	34,1	19,0	29,0
Semimanufaturados	178,0	210,8	249,0	240,6	315,7	31,2	15,4	9,5	7,9
Manufaturados	179,7	251,5	373,5	531,6	841,8	58,4	47,1	9,5	21,1
C) Transações Especiais 1/	9,1	20,0	24,7	93,6	31,8				

Fonte dos dados brutos — { dados definitivos — CIEF/MF e CACEX
 { estimativa para 1972 por produtos — BACEN

1/ inclui consumo de bordo.

QUADRO IX
"PERFIL" DA DÍVIDA EXTERNA 1/
 Discriminação Segundo Prazo e Natureza dos Vencimentos
 Posição em Fim de Ano ou Trimestre
 (%)

Vencimentos Determinados

Especificação	Vencimentos Determinados							TOTAL	Determi- nados	Indeter- minados	Venci- dos
	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Poste- riores				
dezembro — 1967	100	24	9	8	6	5	48	100	93	6	1
Moeda	100	80	7	3	2	1	8	100	68	27	5
Outros	100	14	10	8	7	6	55	100	99	—	1
dezembro — 1968	100	26	8	9	6	5	46	100	91	7	2
Moeda	100	83	7	3	1	1	5	100	69	25	6
Outros	100	10	9	11	7	6	57	100	100	—	—
dezembro — 1969	100	27	13	8	6	5	41	100	90	6	4
Moeda	100	68	15	8	4	3	2	100	74	17	9
Outros	100	10	12	8	7	6	57	100	99	—	1

Especificação	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Poste- riores	TOTAL	Determi- nados	Indeter- minados	Venci- dos
setembro — 1970	100	8	23	13	8	6	42	100	89	7	4
Moeda	100	17	47	20	7	5	4	100	75	16	9
Outros	100	3	10	9	8	7	63	100	99	—	1
dezembro — 1970	100	26	15	8	7	5	39	100	89	5	6
Moeda	100	55	26	9	6	2	2	100	75	13	12
Outros	100	10	9	8	7	7	59	100	99	—	1
setembro — 1971	100	9	23	15	9	6	38	100	92	3	5
Moeda	100	17	41	23	11	4	4	100	84	6	10
Outros	100	3	9	9	8	7	64	100	99	—	1
dezembro — 1971	100	27	15	12	7	5	34	100	92	3	5
Moeda	100	48	24	16	5	4	3	100	85	6	9
Outros	100	9	9	8	8	7	59	100	98	—	2
setembro — 1972	100	8	22	16	11	9	34	100	93	2	5
Moeda	100	13	32	22	12	10	11	100	90	3	7
Outros	100	3	10	9	9	8	61	100	98	—	2

1/ esquema de amortização do principal na data, distribuído percentualmente em relação ao saldo. Discriminando-se o empréstimos em moeda, no total do endividamento externo; para os dados em valor absoluto ver Quadro 7 anexo.
Fonte — BACEN

QUADRO X
CUSTO MÉDIO DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO
Estimativa

US\$ milhões			
Ano	Nível Médio no ano do Endividamento Externo (1)	Juros pagos no ano (2)	Custo Médio ao ano (%) (3) = (2/1)
1968	3 531	154	4,36
1969	4 092	204	4,99
1970	4 849	284	5,86
1971	5 953	344	5,77
1972	8 261	485	5,87

1/ dados do Quadro V; média aritmética dos saldos da dívida no início e no fim do exercício; para dezembro de 72, estimativa de US\$ 9 900 milhões.

2/ dados do Quadro I.
Fonte — BACEN.

QUADRO XI ANEXO
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA
Principais Produtos
1968/71 — Dados Definitivos
1972 — Estimativa Preliminar

Unidade: US\$ milhões FOB

Especificação	1968	1969	1970	1971	1972
TOTAL GERAL (A+B+C)	1.881,3	2.311,2	2.738,9	2.903,9	3.987,0
A. PRODUTOS BÁSICOS	1.491,7	1.796,2	2.049,2	1.988,4	2.729,7
Café em grão	774,5	813,0	939,8	772,5	992,0
Demais produtos básicos	717,2	983,2	1.109,9	1.215,9	1.737,7
Açúcar	101,6	115,0	126,6	146,6	421,5
Demecara	101,6	115,0	126,6	146,6
Cristal	—	—	0,1	—
Cacau em amêndoas	46,1	105,5	77,7	61,7	60,5
Milho em grão	57,0	32,9	80,6	75,4	10,1
Soja em grão	6,3	29,2	27,1	24,3	127,8
Arroz	21,2	7,9	6,8	11,5	0,2
Castanha do Pará	15,0	12,1	13,6	14,0	20,9
Castanha de caju	3,6	4,9	7,3	5,1	8,9
Amendoim em grão	2,3	6,9	12,3	8,8	14,3
Pimenta em grão	5,6	9,1	8,2	14,9	13,0
Farelo e torta de amendoim	7,9	10,0	15,7	16,7	15,2

Especificação	1968	1969	1970	1971	1972
Farelo e torta de caroço de algodão	4,5	9,5	9,7	8,6	12,1
Farelo e torta de soja	18,9	23,4	43,6	81,5	150,0
Minério de ferro	104,5	147,4	209,6	237,3	230,0
Minério de manganês	24,1	17,1	30,6	37,7	28,4
Outros minérios	8,7	14,4	23,3	14,8	14,6
Óleo bruto de petróleo	—	—	0,6	7,7	16,3
Lagosta	5,5	10,2	10,0	12,8	16,0
Camarão	3,5	7,7	6,3	11,1	18,7
Carne bovina, fresca refrigerada ou congelada	20,2	41,6	69,6	98,7	153,5
Carne equina, fresca, refrigerada ou congelada	4,9	7,4	8,3	12,9	21,6
Couros em bruto	10,9	32,7	25,1	19,4	21,4
Banana	5,6	9,8	10,7	10,4	9,7
Outras frutas	5,2	6,6	5,5	6,7	6,1
Algodão em rama	130,8	196,0	154,4	137,1	190,8
Sisal (bruto e bucha)	17,0	16,9	16,5	15,3	22,9
Linters de algodão	2,4	3,4	3,8	2,8	1,9
Fumo em folhas	18,9	26,5	31,2	36,6	41,6
Erva mate	4,9	4,9	4,8	5,7	3,3
Outros	54,1	74,2	70,4	79,8	80,4
B. PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (1 + 2)	380,5	495,0	665,0	821,9	1.225,5
1. Semi-manufaturados	178,0	210,8	249,0	240,6	315,7
Cera de carnaúba	9,2	9,4	9,6	10,6	11,4
Madeiras serradas de pinho	74,5	78,8	76,8	82,1	72,9
outras	08,9	71,7	67,6	71,8	60,2
Manteiga de cacau	5,6	7,1	9,2	10,3	12,7
Manteiga de cacau	25,9	30,6	28,0	24,3	34,2
Óleo de amendoim, em bruto	—	0,6	10,0	21,7	28,3
Óleo de mamona, em bruto	36,4	45,2	38,2	39,9	54,2
Outros	32,0	46,2	86,4	62,0	41,8
2. Manufaturados	202,5	284,2	416,0	581,3	909,8
Café industrializado	22,8	32,7	42,5	19,7	68,0
Calçados de todos os tipos	0,5	1,9	8,3	29,3	54,8
Caldeira, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	13,0	20,9	23,9	38,8	64,3
Carne de boi industrializada	12,6	13,1	15,8	50,9	46,5
Madeiras laminadas	7,6	17,0	16,7	18,6	24,4
Máquinas e aparelhos elétricos e objetos para uso eletrotécnico	5,9	8,9	16,8	28,5	38,9
Máquinas e aparelhos para escritório	13,5	19,7	28,2	27,2	30,7
Material de transporte	3,9	6,9	14,9	25,0	70,6
Produtos siderúrgicos manufaturados	3,9	8,8	32,6	19,6	28,3
Melaço comestível e não-comestível	4,7	0,8	7,7	8,6	12,0
Mentol	10,5	10,0	10,6	17,1	22,5
Óleos essenciais	6,0	6,9	8,2	10,4	12,5
Sucos de frutas e hortaliças	11,8	11,2	15,1	36,9	43,8
Tecidos de algodão	1,8	4,1	9,0	11,1	26,0
Vidros e manufaturas de vidro	6,2	6,4	7,3	14,2	11,8
Outros	77,8	108,9	158,4	195,4	354,7
C. TRANSAÇÕES ESPECIAIS 1/	9,1	20,0	24,7	93,6	31,8

Obs: — Divisão Setorial elaborada a partir da nova Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

1/ inclui consumo de bordo.

dados definitivos: — CACEX

Fontes:

estimativa 72, por produtos: — BACEN.

QUADRO XII — Anexo

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS SEGUNDO O DISPÊNDIO DE DIVISAS
1968/1971 — Importação Efetiva

172 — Estimativa		Unidade: US\$ Milhões				
Especificação		1968	1969	1970	1971	1972
1.	Com dispêndio de divisas no período	1.434	1.631	2.014	2.513	3.293
	Petróleo e derivados	203	204	236	327	397
	Trigo	99	113	77	60	101
	(Financiamento e Donativos)	(55)	(22)	(24)	(48)	(21)
	Demais	1.132	1.314	1.701	2.126	2.795
2.	Sem dispêndio de divisas no período	421	362	493	732	931
	Investimentos	7	5	2	2	19
	Financiamentos	376	328	434	658	821
	Trigo { PL-480, GSM Canad.	55	22	24	48	21
	Outros	321	306	410	610	800
	Donativos, Amostras, retornos e outros	38	29	57	72	91
3.	TOTAL	1.855	1.993	2.507	3.245	4.224

Fonte — dados definitivos — CIEF/MF
Estimativa 72 — BACEN

QUADRO XIII — Anexo

IMPORTAÇÃO (FOB) E PRODUTO INTERNO BRUTO

IMPORTAÇÃO (FOB) E PIB

Ano	PIB		Importação Total		Importação, exclusive Petróleo e Trigo		Máquinas e Veículos 1/		Petróleo e Trigo	
	Valor absoluto	Variação anual %	Valor absoluto	% no PIB	Valor absoluto	% no PIB	Valor absoluto	% no PIB	Valor absoluto	% no PIB
1949	10,8	6,6	947	8,8	783	7,3	361	3,3	164	1,5
1950	11,5	6,5	934	8,1	748	6,5	350	3,0	186	1,6
1951	12,2	6,0	1 703	14,0	1 462	12,0	743	6,1	241	2,0
1952	13,3	8,7	1 702	12,8	1 437	10,8	764	5,7	265	2,0
1953	13,6	2,5	1 116	8,2	796	5,9	381	2,8	320	2,4
1954	15,0	10,1	1 410	9,4	1 120	7,5	462	3,1	290	1,9
1955	16,0	6,9	1 099	6,9	796	5,0	337	2,1	303	1,9
1956	16,5	3,2	1 046	6,3	754	4,6	289	1,8	292	1,8
1957	17,8	8,1	1 285	7,2	1 005	5,6	490	2,8	286	1,6
1958	19,2	7,7	1 179	6,1	881	4,6	487	2,5	298	1,6
1959	20,3	5,6	1 210	6,0	914	4,5	471	2,3	296	1,5
1960	22,3	9,7	1 294	5,8	969	4,3	492	2,2	325	1,5
1961	24,6	10,3	1 292	5,3	974	4,0	489	2,0	318	1,3
1962	25,9	5,3	1 303	5,0	968	3,7	473	1,8	335	1,3
1963	26,3	1,5	1 294	4,9	961	3,7	408	1,6	333	1,3
1964	27,1	2,9	1 085	4,0	729	2,7	268	1,1	356	1,3
1965	27,8	2,7	941	3,4	670	2,4	229	0,8	271	1,0
1966	29,2	5,1	1 303	4,5	992	3,4	357	1,2	311	1,1
1967	30,6	4,8	1 441	4,7	1 130	3,7	447	1,5	311	1,0
1968	33,5	9,3	1 856	5,5	1 498	4,5	621	1,9	357	1,1
1969	36,5	9,0	1 993	5,5	1 669	4,6	731	2,0	339	0,9
1970	40,0	9,5	2 507	6,3	2 163	5,4	938	2,3	340	0,9
1971	44,5	11,3	3 245	7,3	2 810	6,3	1 225	2,8	435	1,0
1972	49,1	10,4	4 224	8,6	3 785	7,5	2 090	4,3	519	1,0

PIB — Taxas anuais — F. G. V.

Fontes Importação — CIEF/MF e CACEX

Estimativa — 1972 — BACEN

QUADRO XIV — ANEXO

ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO BRASIL

US\$ milhões

Esquema de Amortização de PRINCIPAL para a Dívida Existente em 30-9-72

Especificação	Total	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
1. — EMPRÉSTIMOS COMPENSATÓRIOS	263,6	22,7	37,8	34,5	31,2	31,2	31,2	31,2	25,0	18,8	—	—	—	—
1.1 — FMI	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.2 — Governo Americano e suas Agências (exclusive AID — "Programa")	248,4	17,1	31,4	31,3	31,2	31,2	31,2	31,2	25,0	18,8	—	—	—	—
1.3 — Credores Particulares Americanos e Canadenses	1,0	1,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.4 — Acordos de Consolidação Europeus	2,1	2,1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1.5 — Japão (inclusive USIMINAS)	12,1	2,5	6,4	3,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2. — AID — EMPRÉSTIMOS "PROGRAMA"	619,0	1,2	3,3	4,1	9,8	14,7	16,3	18,0	19,1	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4
2.1 — "Cash Disbursement"	192,6	1,2	3,3	4,1	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
2.2 — Cartas Especiais de Crédito	426,4	—	—	—	3,4	8,3	9,9	11,6	12,7	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0
3. — EMPRÉSTIMOS — BÔNUS	60,0	—	—	—	1,5	4,3	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	5,5	7,0
4. — FINANCIAMENTOS DE IMPORTAÇÕES 1/	2.658,4	79,1	308,6	300,5	283,6	242,4	196,4	172,7	149,3	134,6	111,7	87,7	72,0	57,3
4.1 — Entidades Internacionais	696,3	14,5	49,9	55,9	59,8	58,3	57,2	54,0	51,7	47,9	42,6	40,7	37,8	27,7
BIRD	438,3	4,6	26,8	29,2	30,4	30,6	32,5	29,9	27,8	29,1	30,6	30,7	29,1	22,1
BID 2/	224,3	8,2	18,4	21,7	23,6	24,5	21,8	21,2	21,2	17,1	11,0	9,4	8,2	5,1
IFC	33,2	1,7	4,7	5,0	5,8	3,2	2,9	2,9	2,7	1,7	1,0	0,6	0,5	5,0
4.2 — Agências Governamentais	857,3	18,7	61,0	58,3	55,9	51,6	46,0	45,9	50,8	49,4	41,3	36,6	27,2	24,4
AID — Empréstimos "Projeto"	330,6	0,1	0,1	0,8	3,3	6,1	7,4	9,0	9,7	10,5	10,8	10,8	10,8	10,8
PL — 480	113,6	5,2	6,7	5,6	5,7	5,6	5,7	5,6	5,7	5,9	6,7	6,7	6,7	6,7
Canadian Wheat Board — Imp. de Trigo	62,1	0,7	4,3	6,5	7,3	7,4	7,3	7,4	7,3	7,4	4,7	1,8	—	—
EXIMBANK — USA 3/	262,7	11,1	45,3	39,7	33,9	26,5	19,9	17,6	22,2	19,0	12,1	10,4	3,1	0,3
Kreditanstalt für Wiederaufbau	86,3	1,6	5,4	5,5	5,4	5,8	5,5	6,0	5,7	6,0	6,9	6,9	6,6	6,6
Banco Nacional da Dinamarca	2,0	—	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,1	—	—	—
4.3 — Outros financiadores	1.104,8	45,9	197,7	186,3	167,9	132,5	93,2	72,8	46,8	37,3	27,8	10,4	7,0	5,2
5. — DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA CONSOLIDADA	12,5	0,3	1,0	1,0	1,0	0,8	0,7	0,5	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
6. — EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	283,9	5,9	12,3	12,7	12,1	12,6	13,1	13,6	14,0	14,1	14,7	15,3	15,8	16,4
Eletrobrás/Asforp	122,1	—	3,8	4,0	3,2	3,5	3,7	3,9	4,1	3,9	4,2	4,4	4,6	4,8
Embratel/Brazilian Traction	68,3	0,9	3,5	3,7	3,9	4,1	4,4	4,7	4,9	5,2	5,5	5,9	6,2	6,6
Grupo Light/Brazilian Traction	93,5	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
7. — SUBTOTAL (1 a 6)	3.897,4	109,2	363,0	352,8	339,2	306,0	203,2	241,5	213,2	193,8	152,7	129,3	114,1	101,5
8. — EMPRÉSTIMOS EM MOEDA	4.881,2	545,5	1.398,4	953,1	543,6	415,6	322,9	99,0	48,6	23,1	11,0	9,0	0,6	0,2
8.1 — Resolução n.º 63	1.726,8	117,6	647,5	552,4	197,4	115,3	87,5	7,6	0,9	0,2	0,2	0,2	—	—
8.2 — Instrução n.º 289	232,5	48,5	95,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8.3 — Diversos — Lei 44131	2.921,9	379,4	655,2	400,7	346,2	304,3	235,4	91,4	47,7	22,9	10,8	8,8	0,6	0,2
9. — TOTAL (7 + 8)	8.778,6	654,7	1.761,4	1.305,9	882,8	725,6	586,1	340,5	261,8	216,9	163,7	138,3	114,7	101,7

QUADRO XIV — Anexo

ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO BRASIL

Esquema de Amortizações de PRINCIPAL para a Dívida Existente em 30-09-72

(Continuação)

Especificação													US\$ milhões		
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	Poste- riores	Venci- dos	Venci- mentos Inde- termi- nados	
1. — EMPRÉSTIMOS COMPENSATÓRIOS	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1.1 — FMI	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1.2 — Governo Americano e suas Agências (exclusive AID — "Programa")	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1.3 — Credores Particulares Americanos e Canadenses	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1.4 — Acordos de Consolidação Europeus	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
1.5 — Japão (inclusive USIMINAS)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
2. — AID — EMPRÉSTIMOS "PROGRAMA"	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4	20,4	206,1	—	—	
2.1 — "Cash Disbursement"	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	49,6	—	—	
2.2 — Cartas Especiais de Crédito	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	156,5	—	—	
3. — EMPRÉSTIMOS — BÓONS	2,5	2,5	3,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
4. — FINANCIAMENTOS DE IMPORTAÇÕES 1/	51,7	42,6	35,3	30,6	21,3	17,7	14,9	12,4	11,8	11,9	11,8	127,9	72,6	—	
4.1 — Entidades Internacionais	27,6	21,5	18,0	14,8	8,3	4,8	2,6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,4	—	—	
BIRD	23,3	19,0	16,8	13,7	7,2	3,8	1,6	—	—	—	—	—	—	—	
BID 2/	4,3	2,5	1,2	1,1	1,1	1,0	1,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,4	—	—	
IFC	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
4.2 — Agências Governamentais	22,9	20,9	17,3	15,8	13,0	12,9	12,3	12,1	11,8	11,9	11,8	127,5	—	—	
AID — Empréstimos "Projeto"	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
PL — 480	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	121,3	—	—	
Canadian Wheat Board —	6,7	6,7	5,2	3,8	1,2	1,1	1,0	1,1	1,0	1,1	1,0	6,2	—	—	
hnp. de Trigo	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
EXIMBANK — USA 3/	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Kreditanstalt für Wiederaufbau	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	—	—	—	—	—	—	
Banco Nacional da Dinamarca	5,2	3,2	1,1	1,0	0,8	0,8	0,3	—	—	—	—	—	—	—	
4.3 — Outros financiadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
5. — DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	1,2	0,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	72,0	—	
CONSOLIDADA	0,3	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	2,5	—	—	
6. — EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	17,1	12,1	10,5	10,7	10,7	7,3	4,3	4,0	3,8	3,6	3,3	23,2	—	0,7	
Eletrobrás/Asforp	5,1	5,3	5,5	5,7	5,7	4,5	4,3	4,0	3,8	3,6	3,3	23,2	—	—	
Embratel/Brazilian Traction	7,0	1,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Grupo Light/Brazilian Traction	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	2,8	—	—	—	—	—	—	—	—	
7. — SUBTOTAL (1 a 6)	92,0	77,9	70,2	61,9	52,6	45,6	39,8	37,0	36,1	36,1	35,7	359,7	72,6	0,7	
8. — EMPRÉSTIMOS EM MOEDA	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3	—	—	—	—	—	—	—	357,3	148,9	
8.1 — Resolução n.º 63	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
8.2 — Instrução n.º 289	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	88,3	—	
8.3 — Diversos — Lei 4.131	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3	—	—	—	—	—	—	—	269,0	148,9	
9. — TOTAL (7 + 8)	92,1	77,9	70,2	61,9	52,9	45,6	39,8	37,0	36,1	36,1	35,7	359,7	429,9	149,6	

Fonte — BACEN

QUADRO XV — Anexo
ENDIVIDAMENTO EXTERNO
Principal por tipo de empréstimo
Posição em fim de ano ou trimestre
VALORES ABSOLUTOS

US\$ milhões

Especificação	1967	1968	1969	1970		1971		1972
				Set	Dez	Set	Dez	Set
CONCESSIONAIS E MULTILATERAIS	906	1.105	1.259	1.391	1.429	1.568	1.622	1.760
AID — (inclusive PL-480)	628	799	895	956	973	1.035	1.046	1.063
Entidades Internacionais	278	306	364	435	456	533	576	697
SUPPLIERS'	497	520	651	816	859	995	1.155	1.456
Eximbank	161	156	167	169	190	230	239	263
KFW e BND	10	13	37	53	58	67	71	88
Outros financiadores	326	351	447	594	611	698	845	1.105
MOEDA 1/	671	1.083	1.605	2.129	2.285	2.902	3.193	4.941
OUTROS	1.207	1.072	888	749	722	660	652	622
TOTAL	3.281	3.780	4.403	5.085	5.295	6.125	6.622	8.779
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL								
CONCESSIONAIS E MULTILATERAIS	28	29	29	27	27	26	25	20
AID — (inclusive PL-480)	19	21	21	19	18	17	16	12
Entidades Internacionais	9	8	8	8	9	9	9	8
SUPPLIERS'	15	14	15	16	16	16	17	17
Eximbank	5	4	4	3	4	4	3	3
KFW e BND	—	—	1	1	1	1	1	1
Outros financiadores	10	10	10	12	11	11	13	13
MOEDA 1/	20	29	36	42	43	47	48	56
OUTROS	37	28	20	15	14	11	10	7
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

1/ inclusive colocação de títulos no exterior. Fonte — BACEN.

QUADRO XVI — Anexo
ENDIVIDAMENTO EXTERNO
Principal por tipos de empréstimo
Variação no fim de um ano
VALORES ABSOLUTOS

US\$ milhões

Especificação	Em 1968	Em 1969	Em 1970	Em 1971	De Set/70 a Set/71	De Set/71 a Set/72
CONCESSIONAIS E MULTILATERAIS	199	154	170	193	177	192
AID — (inclusive PL-480)	171	96	78	73	79	28
Entidades Internacionais	28	58	92	120	98	164
SUPPLIERS'	23	131	208	296	179	461
Eximbank	—	5	11	23	61	33
KFW e BND	3	24	21	13	14	21
Outros financiadores	25	96	164	234	104	407
MOEDA 1/	412	522	680	908	773	2 039
OUTROS	—	135	—	70	—	38
TOTAL	499	623	892	1.327	1.040	2.654
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL						
CONCESSIONAIS E MULTILATERAIS	40	25	19	15	17	7
AID — (inclusive PL-480)	34	16	9	6	8	1
Entidades Internacionais	6	9	10	9	9	6
SUPPLIERS'	5	21	23	22	17	17
Eximbank	—	1	2	4	6	1
KFW e BND	1	4	2	1	1	1
Outros financiadores	5	15	18	17	10	15
MOEDA 1/	82	84	76	68	75	77
OUTROS	—	27	—	5	—	1
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte — BACEN

QUADRO XVII — Anexo
"PERFIL" DA DÍVIDA EXTERNA 1/
Discriminação segundo prazo e natureza dos vencimentos
Posição em fim do ano ou trimestre
VALORES ABSOLUTOS

Especificação	Vencimentos Determinados							TOTAL	Determinados	Indeterminados	Vencidos
	Total	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	Posteriores				
dezembro — 1967	3.051	730	280	230	198	161	1.452	3.281	3.051	186	44
Moeda	453	363	33	15	7	6	29	671	453	186	32
Outros	2.598	367	247	215	191	155	1.423	2.610	2.508	—	12
dezembro — 1968	3.445	889	283	309	191	162	1.611	3.780	3.445	266	69
Moeda	751	620	49	24	10	9	39	1.083	751	266	66
Outros	2.694	269	234	285	181	153	1.572	2.697	2.694	—	3
dezembro — 1969	3.969	1.081	510	318	245	196	1.619	4.403	3.969	269	165
Moeda	1.191	804	175	96	52	35	29	1.605	1.191	269	145
Outros	2.778	277	335	222	193	161	1.590	2.798	2.778	—	20
setembro — 1970	4.516	363	1.026	583	345	278	1.921	5.085	4.516	343	226
Moeda	1.595	276	737	323	117	74	68	2.129	1.595	328	196
Outros	2.921	87	289	260	228	204	1.853	2.956	2.921	—	30
dezembro — 1970	4.698	1.236	720	387	310	241	1.804	5.295	4.698	297	300
Moeda	1.725	942	451	148	97	45	42	2.285	1.725	296	264
Outros	2.973	204	269	239	213	196	1.762	3.010	2.973	1	36
setembro — 1971	5.610	505	1.283	842	526	335	2.119	6.125	5.610	193	322
Moeda	2.429	417	988	563	272	97	92	2.902	2.429	192	281
Outros	3.181	88	295	279	254	238	2.027	3.223	3.181	1	41
dezembro — 1971	6.094	1.633	937	719	406	335	2.064	6.622	6.094	176	352
Moeda	2.719	1.323	642	438	140	101	75	3.193	2.719	175	299
Outros	3.375	310	295	281	266	234	1.989	3.429	3.375	1	53
setembro — 1972	8.200	655	1.761	1.306	883	726	2.869	8.779	8.200	150	429
Moeda	4.375	546	1.398	953	544	420	514	4.881	4.375	149	357
Outros	3.825	109	363	353	339	306	2.355	3.898	3.825	1	72

1/ esquema de vencimento, por ano calendário, das amortizações.
Fonte — BACEN

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VASCONCELOS TORRES, NA SESSÃO DE 16-5-1973, QUE SE PUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. Vasconcelos Torres — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez vou consignar nos anais do Senado o aniversário de um órgão de imprensa do meu Estado, que já está quase centenário, com 95 anos de existência e com uma folha notável de serviços prestados à coletividade.

Tem o nome que é o próprio designativo de quem nasceu no Estado do Rio, ou seja, **O Fluminense**, e é dirigido pela figura exemplar de homem público, de cidadão, que é o Deputado Estadual Alberto Francisco Torres, que, dirigindo a folha já há alguns anos, a encontrou incipiente, engatinhando, poderia assim dizer, a atividade jornalística da minha terra natal, e com a clareza de um empresário e de um homem público fez com que o órgão que dirige não só ampliasse as suas atividades em todo o Estado, mas passasse de fato a criar uma opinião pública no meu Estado, já que é sabido e é notório que pela proximidade com o grande — pequeno Estado da Guanabara, sofremos todos nós do Estado do Rio as influências quer do Rádio, da Televisão, quer da Imprensa, em todos os recantos da Velha Província.

O Sr. Danton Jobim — V. Ex.^a me dá licença para um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muito prazer.

O Sr. Danton Jobim — Quero solidarizar-me com V. Ex.^a pela homenagem que, neste momento, está prestando ao diário **O Fluminense**, de Niterói, e ao seu ilustre Diretor, meu velho amigo Alberto Tôrres. Alberto Tôrres pode não ser um veterano do jornalismo como os da minha idade, mas, na realidade, sempre frequentou o jornalismo, sempre o exerceu de um modo ou de outro e, através do brilho do seu talento, sempre se revelou, de fato, um jornalista. V. Ex.^a acaba de referir que esta folha fluminense, que honra a imprensa brasileira, está chegando ao centenário. Seria realmente uma pena que **O Fluminense**, um dia, desaparecesse, tragado pela concorrência de irmãos mais jovens. Entretanto, Alberto Tôrres tem o grande mérito de haver salvo essa Folha do desaparecimento, quando ela, sem dúvida, estava em decadência, talvez menos pela concorrência de seus colegas do Estado do Rio do que pelo melhoramento dos métodos de distribuição dos jornais cariocas no território do Estado. Considero a circunstância

de os jornais da cidade do Rio de Janeiro serem primordialmente aqueles que servem à opinião fluminense e que a refletem, uma felicidade para o Estado do Rio, que, assim, sempre dispôs de uma imprensa de primeira qualidade e que jamais desdenhou os interesses da velha Província. Na realidade, os jornais fluminenses não puderam florescer tanto quanto os do antigo Distrito Federal, atual Guanabara, uma vez que cresciam à sombra de árvores frondosas que impediam os raios do Sol de vivificá-los. Entretanto, **O Fluminense** era uma tradição no Estado do Rio, na velha Província do Rio de Janeiro, e que não poderia desaparecer. Foi Alberto Tôrres o homem providencial que conseguiu modernizar a folha, ajustando-a aos novos tempos, de modo a conquistar o seu lugar ao sol, vindo a ser, hoje, um dos jornais mais respeitados da área em que atua. Talvez eu possa mesmo dizer que nenhum jornal poderá substituir **O Fluminense** em Niterói e no Estado do Rio. Vi nascerem e desaparecerem diversas folhas que obtiveram relativo êxito, como, por exemplo, **O Estado**, de Mário Alves, verdadeiro clérigo do jornalismo na velha Província, o qual, tendo militado na imprensa carioca, entretanto, não quis fundar um jornal do Rio de Janeiro, onde era relativamente fácil essa proeza, para dedicar-se à imprensa fluminense, imprensa que se pode considerar como a legítima herdeira de outros grandes órgãos de opinião, do passado. Felicito V. Ex.^a pelo oportunismo de trazer para essa tribuna a lembrança de **O Fluminense** e o seu eminente Diretor, fazendo justiça ao papel que eles têm representado no Estado do Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Meu caro Senador Danton Jobim, se um Senador tivesse o direito de pedir aparte, era este o que eu queira ouvir.

Vim para o registro da grata efeméride e, já agora, permita V. Ex.^a que o diga leal e francamente, não é só o representante da Guanabara; é o velho militante dessa quarta arma, como foi chamada pelo General Góls Monteiro, quarto poder, cognominado por outros; é o companheiro de Alberto Torres, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, tão ligada ao meu Estado, porque foi diretor do "Diário Carioca" e eu afetuosamente diria — impropriamente chamado "Diário Carioca", porque cuidava muito mais das coisas fluminenses do que propriamente do antigo Distrito Federal.

E V. Ex.^a, que é nascido em São Paulo, com votação na Guanabara, mas com indiscutíveis raízes na terra fluminense, me traz um depoimento que vale muito, porque um jornal que vai chegando a quase 100 anos de idade com independência, com moral, com dignidade, é bem o reflexo da conduta e do pensamento de quem o dirige.

O SR. BENJAMIN FARAH — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Um momento, nobre Senador.

Alberto Torres se afinou com os interesses da comunidade fluminense, onde é, sem favor nenhum, uma das figuras mais expressivas, e eu diria mesmo a V. Ex.^a, um guia moral, um exemplo, um homem incorruptível, inatacável e que às vezes, até com prejuízo da sua própria pecúnia, trata de programas que contrariam os eventuais detentores do poder, mas sempre no desejo — e nisso tem sido inextinguível, de bem servir àquela Velha Província, e se afirmando, como V. Ex.^a muito bem salientou, não só no Estado do Rio de Janeiro, mas em toda a Federação Brasileira.

Ouçó com prazer o nobre Senador Farah.

O Sr. Benjamin Farah — Solidário-me com V. Ex.^a na manifestação de apreço a **O Fluminense**. Em verdade, é muito difícil fazer jornalismo no Estado do Rio de Janeiro, como bem frisou o nobre Senador Danton Jobim, por causa da grande imprensa carioca, com reflexos em todo o Brasil. Os jornais do Rio são lidos, gostosamente, não só na Guanabara como em todas as grandes capitais, até mesmo em São Paulo onde pontifica outro grande órgão, **O Estado de S. Paulo**. Em toda parte, em todos os Estados da Federação brasileira se projetam os jornais da Guanabara. E, como disse o nobre Senador Danton Jobim, a árvore da Guanabara é frondosa, capaz de fazer sombra ao Estado do Rio de Janeiro. É difícil fazer jornalismo, tanto mais no Estado do Rio de Janeiro que tem como vizinho a Guanabara, com os seus jornais.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Mesmo porque, como sabe V. Ex.^a, eles mantêm seções fluminenses, e até mesmo edições fluminenses.

O Sr. Benjamin Farah — Perfeito. Os nossos jornais, além de muito lidos no Estado da Guanabara, vários deles contam com seções dedicadas exclusivamente ao Estado do Rio.

Mas a Velha Província, de tão gloriosas tradições, merece uma grande imprensa. Esse é realmente um grande jornal e seu diretor um grande diretor. Falo com o coração em festa, porque tive a satisfação e a honra de ser colega, na Câmara dos Deputados, de Alberto Torres. E, diga-se de passagem, esta é uma família, uma estirpe gloriosa, que merece o maior respeito. Fui igualmente daquela Câmara, daquela Casa onde timbrou aquela inteligência extraordinária que é o nosso querido Acúrcio Torres, que de certo modo representou também o povo carioca no Parlamento. Ele foi eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio, certa vez, e também eleito, Vereador pelo antigo Distrito Federal, nessa mesma ocasião, tendo preferido aceitar a cadeira para a qual o elegeu o Estado do Rio, possibilitando exercesse a vereança o grande engenheiro Romero Zander. Mais tarde, em 1946, na Constituinte de tão gloriosas tradições, estava Acúrcio Torres, Líder do Governo, Líder da Maioria. Na outra legislatura, tive a honra de ser também colega de Alberto Torres. Acúrcio representava o PSD. Alberto Torres foi representar a UDN, e ali deixou a marca da sua inteligência, da sua bravura, da sua combatividade, sempre intervindo, lutando, protestando, contestando, defendendo, mas com aquela autonomia e aquela dignidade que merecem o nosso respeito e os nossos aplausos. E, como disse V. Ex.^a, uma gloriosa estirpe essa família Torres, que hoje brinda o Senado com um dos grandes parlamentares, que é o Senador Paulo Torres. Portanto, V. Ex.^a merece a solidariedade deste modesto Senador, mas que pode falar também em nome de sua Bancada. Então dou a solidariedade do MDB às suas justas manifestações àquele órgão tradicional e ao seu Diretor, velho companheiro nosso, indiscutivelmente uma figura que merece respeito e admiração de todos.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Grato. V. Ex.^a evoca um nome que reverencio neste instante, com provocação sentimental, do meu nobre colega, do eminente Líder Acúrcio Torres. Figura respeitada, hoje retido ao leito, mas ainda dirigindo pelos seus exemplos a nova geração de políticos do meu Estado.

Aqui um esclarecimento: poderia estar falando de um membro da minha família, também com sobrenome de Torres, mas é apenas a coincidência do sobrenome, porque não tenho a felicidade de ser consanguíneo daquele a quem V. Ex.^a citou, o Líder Acúrcio Torres, do Senador Paulo Torres e daquele a quem, especificamente, estou trazendo hoje a minha homenagem.

Mas vou repetir, aqui, para consignar nos Anais, uma frase do então Governador Paulo Torres ao Presidente Castello Branco, com quem manti-

ve muito contato. Aliás, uma das maiores honras que já tive na minha vida foi a de ter sido, durante muito tempo, professor na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, onde o então Tenente-Coronel Castello Branco, então Diretor de Ensino, passou, depois, a Comandante da Escola. E S. Ex.^a perguntara — e aí está o Senador Paulo Torres para testemunhar: "O Senador Vasconcelos Torres é seu parente?". E aquele que preside nossos trabalhos neste instante respondeu-lhe: "Não, mas considero-o mais do que se fosse meu parente".

É a ligação desse fluminensismo, daí achar que V. Ex.^a, comentando a atividade dessa família, que tantos serviços tem prestado ao Estado do Rio de Janeiro, presta efetivamente justiça a uma geração de homens públicos, com uma vida imaculada e que constitui um padrão de honra e de glória da minha terra natal.

O Sr. Arnon de Mello — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer, Senador.

O Sr. Arnon de Mello — Nobre Senador Vasconcelos Torres, desejo solidarizar-me com a manifestação que V. Ex.^a presta ao jornal *O Fluminense* e ao seu diretor, Dr. Alberto Torres. Conheci há vários anos esse ilustre deputado como seu companheiro do Diretório Nacional da UDN e me habituei a admirar-lhe o espírito público, a inteligência e a bravura cívica. Congratulo-me, assim, duplamente com o *O Fluminense*: pelo seu aniversário e por ter na sua direção um homem da categoria intelectual e moral de Alberto Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado.

Sr. Presidente, há pouco comentava aqui sobre a concorrência dos jornais da Guanabara com os do Estado do Rio. Porém, não se deixando intimidar por este fato de natureza comercial, que é forte e pesa muito na balança, Alberto Torres construiu um edifício de 12 andares. Sabemos que são poucos os jornais brasileiros que puderam realizar isto, sem dever a ninguém, reaparelhando suas oficinas, melhorando, a cada dia que passa, o nível redacional, contratando jornalistas fora do Estado do Rio e tendendo à modernização da imprensa brasileira, que principalmente precisa ter comunicação. Hoje, o IBOPE informa que *O Fluminense* aparece com uma vendagem muito boa, inclusive na Guanabara, apesar de a ligação entre as duas capitais, Niterói e Rio de Janeiro, ainda ser feita através de arcalco sistema de barcas e lanchas. De manhã cedo, o trabalhador, o funcionário, o militar, está com *O Fluminense* nas mãos, e informado sobre tudo o que acontece

não mais apenas no Estado do Rio de Janeiro, porque o prestigioso jornal deixou de ser provinciano. Tem teletipos diretamente ligados à sua Redação pelas melhores agências nacionais e internacionais, bem como conta com moderno sistema de recepção de rádiosfotos.

Sr. Presidente, o edifício a que acabo de me referir tem, inclusive, o nome da inesquecível genitora de V. Ex.^a, Dona Zulmira Torres, porque, entre outros traços que marcam a personalidade do grande político da minha terra, encontramos esse sentimentalismo arraigado da gratidão que tem pelo irmão Acúrcio. Tendo perdido o pai muito cedo, foi justamente Acúrcio, o grande líder, que o enca-minhou na vida, e ele guarda essa gratidão. E a mãe, que morrera com mais de 90 anos, mas com toda a lucidez, de quem sempre desveladamente estava ouvindo conselhos, pôde homenagear, num dos mais bonitos espetáculos a que assisti na Capital do Estado do Rio de Janeiro, Cidade de Niterói, quando, não contendo a emoção, chorando, deu o nome Zulmira Torres ao edifício que, hoje, é sede de *O Fluminense*, no Estado do Rio de Janeiro.

O Sr. Magalhães Pinto — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer.

O Sr. Magalhães Pinto — Desejo juntar o meu apoio aos que aqui estão sendo dados à iniciativa de V. Ex.^a de festejar o aniversário do jornal de Alberto Torres, proclamando ao mesmo tempo as suas virtudes pessoais, morais, inclusive a de bom administrador e empresário. Conheço-o há vários anos; fui seu colega na Câmara dos Deputados e seu companheiro de Partido na velha União Democrática Nacional. Portanto, é com muito regozijo que vejo ser feita justiça à sua personalidade de administrador e de homem público por um ilustre conterrâneo que é V. Ex.^a

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado, Senador Magalhães Pinto. Efetivamente o Deputado Alberto Torres foi Presidente da UDN do Estado do Rio, se não me engano quando V. Ex.^a era Presidente Nacional. E V. Ex.^a teve oportunidade de conhecer de perto o seu caráter, a sua combatividade. Homem sem meias palavras, sem subterfúgios, afirmativo, e que deixou de ser Deputado Federal para ser Deputado Estadual, para ficar mais em contato com a sua terra e com o seu povo. Muito obrigado a V. Ex.^a pelo aparte que acaba de me dar.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a me honra com um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Desvanece-me sobremoda.

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.^a nota, pelas intervenções de representantes dos dois Partidos, que a homenagem que V. Ex.^a presta ao **O Fluminense** e ao seu ilustre Diretor adquire dimensões nacionais.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Isso vai confortar muito o Deputado Alberto Torres, como a mim e ao Senador Paulo Torres está emocionando neste instante. Perdoe-me o contraparte, mas não me contive.

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer que sou amigo, e amigo íntimo, do Deputado Alberto Torres; nós nos identificamos num momento que podemos caracterizar de perigo, em que esse nosso ilustre patricio demonstrou rara bravura, de permoio com uma dedicação impressionante a um companheiro. Foi numa das convenções nacionais da extinta UDN; eu e ele éramos convencionais. Havia surgido em Caxias uma crise muito séria entre o ex-Deputado Tenório Cavalcanti e o Delegado Imparato; o primeiro comunicou a ocorrência ao Presidente da UDN — quer me parecer que na época era o nosso prezado companheiro Juracy Magalhães; este fato me escapa à memória, no momento. O ambiente em Caxias estava em termos policiais predatórios: ameaça de violação, inclusive de imunidades parlamentares. Havia necessidade, então, de se designarem advogados para acompanhar o Deputado Tenório Cavalcanti, naquela noite sujeito mesmo a prisão pela autoridade policial. Fui designado por ser elemento do Espírito Santo, portanto não participante da vida política do Estado do Rio e também com alguma experiência criminal. O Deputado Alberto Torres também não abriu mão de sua designação e fomos juntos e lá conseguimos contornar a crise. Esse fato caracterizou a sua dedicação, a sua lealdade ao companheiro em perigo. Daí por diante nasceu entre nós uma amizade correntia, a ponto de, no ano seguinte, ele me surpreender com a sua visita e a sua presença em festa comemorativa do transcurso de mais um aniversário natalício meu. Tornamo-nos amigos e verifiquei que é uma das figuras mais talentosas da minha intervenção social e política. É um homem profundamente culto, de grande espírito público, como salientou o eminente Senador Magalhães Pinto. E ele continua com o seu heroísmo, porque, como se disse aqui, é muito difícil manter-se um jornal em Niterói, eis que há de fato uma integração metropolitana entre o Rio, que é o comando da comunicação, e o Estado do Rio, que é mais estuário do que comunicação. O Rio de Janeiro, em termos de televisão e imprensa, obviamente exerce a sua hierarquia. Mas, a manutenção de **O Fluminense** decorre de que? — Do

idealismo do Deputado Alberto Torres. De modo que desejo, com estas rápidas considerações, no instante em que V. Ex.^a homenageia o jornal e o seu diretor, assinar também, como outros fizeram, no seu pronunciamento, o ponto sentimental do meu enaltecimento à figura do grande jornalista e do aplaudido homem público que é o Deputado Alberto Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Nobre Senador Eurico Rezende, acho que um homem público que tem biografia terá atingido o máximo da sua carreira. Não é uma simples consignação de uma efeméride, aliás muito importante, porque se trata de 95 anos na vida de um jornal — é o quarto jornal em antiguidade no Brasil. Mas com essa referência, a mim particularmente grata, eu me sinto feliz em ter ocupado a tribuna, por não estar apenas, digamos assim, na folhinha social, do calendário, porque o vulto que eu destaco neste instante realmente é afirmativo, como provam esses depoimentos consagrados. De outra parte, confirmo a V. Ex.^a que é difícil a concorrência com os jornais, a televisão e o rádio da Guanabara, mas não de todo impossível, porque o **O FLUMINENSE** é um jornal financeiramente vitorioso em todo o Estado do Rio.

E devo dizer mais, auxiliou a criar uma opinião pública fluminense, porque lá, daquelas barrancas, do Itabapoana a que V. Ex.^a tantas vezes se refere, até ao extremo sul no município de Parati, o jornal circula, é vendido nas bancas, trata do noticiário local e cada vez mais tende a se expandir, fazendo justiça ao talento, não só moral, que esse é sobretudo — V. Ex.^a destacou muito bem — o lado mais importante, mas também a vocação empresarial do Deputado Alberto Francisco Torres.

O Sr. Amaral Peixoto — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Pois não, Senador.

O Sr. Amaral Peixoto — O ilustre Senador Vasconcelos Torres chega ao final do seu discurso, e parece-me que quase todos já se pronunciaram na homenagem que V. Ex.^a muito justamente vem prestando ao Deputado Alberto Torres, no ensejo do aniversário de **O Fluminense**. Dou minha integral solidariedade a V. Ex.^a nos conceitos que emite não apenas sobre Alberto Torres como sobre **O Fluminense**, que tem prestado ao Estado do Rio os maiores serviços e que mostrou, como bem afirmou V. Ex.^a, a possibilidade de o nosso Estado ter um jornal de âmbito estadual, o que não se havia conseguido

antes. Devido à concorrência dos periódicos da Guanabara, os jornais não eram locais. Sobre a personalidade de Alberto Torres, meu adversário intrínseco de todas as horas — quero frisar bem — mesmo assim, nunca deixou de ser também meu amigo. Só estivemos juntos politicamente quando o ilustre Senador Paulo Torres, que preside a nossa sessão, foi Governador do Estado do Rio. Por maior que fosse a oposição de Alberto Torres, nunca o fez em termos tais que não permitisse mantivéssemos relações as mais cordiais. Seu outro irmão, o Deputado Acúrcio Torres, foi companheiro meu desde a fundação do Partido Social Democrático. Nobre Senador Vasconcelos Torres, V. Ex.^a presta homenagem muito justa. V. Ex.^a cita um fato que, para nós do Estado do Rio, é motivo de orgulho: temos, pela primeira vez, um jornal de âmbito estadual fazendo concorrência aos jornais da Guanabara, antiga Capital do País. Meus parabéns a V. Ex.^a pela sua iniciativa, e minha mais integral solidariedade ao que afirmou.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado. Poderia citar aqui o velho Machado de Assis, que "eleva, honra e dignifica". Adversário que Alberto Torres foi de V. Ex.^a, nunca descartou para aquele terreno fácil da indústria e da difamação. É um jornal, Srs. Senadores, que não especula com a honra alheia: um jornal limpo, da família do meu Estado. Esse aparte de um adversário, hoje amigo, porque foi no terreno da divergência administrativa que Alberto Torres e V. Ex.^a estiveram separados, mas juntos no mesmo objetivo de servir ao Estado do Rio, como V. Ex.^a notavelmente serviu quando interventor e governador da minha terra.

Sr. Presidente, o que seria de um discurso sincero, que não poderia deixar de ser proferido, porque a data é sumamente significativa, tornando-se também numa exaltação a um político de grande mérito intrinsecamente decente, brilhante, um intelectual que, no seu periódico, conhece desde os trabalhos de oficina — a calandragem, a linotipia — até a redação rotineira, que escreve notáveis editoriais sobre assuntos da vida nacional.

O Sr. Ruy Carneiro — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Ruy Carneiro — Nobre Senador Vasconcelos Torres, esperava uma oportunidade para dar-lhe minha solidariedade, os meus aplausos, no momento em que V. Ex.^a toma conta do Plenário para homenagear **O Fluminense**, órgão da maior repercussão no Estado do Rio. O movimento Democrático Brasileiro, do lado nacional, já se manifestou, através da palavra do nobre Senador Benjamin Farah, Vice-Líder da nossa

Bancada. Acaba de manifestar-se, também, através da palavra deste grande brasileiro, Senador Ernani do Amaral Peixoto, do Estado de V. Ex.^a Agorá, vem a Paraíba. Levei toda a minha vida trabalhando na imprensa de João Pessoa. Fui repórter e terminei diretor do jornal *Correio da Manhã*, diário de propriedade do meu saudoso pai. No momento em que V. Ex.^a vem à tribuna do Senado para homenagear um órgão da imprensa do seu Estado, *O Fluminense*, que completa hoje 95 anos de existência e que tem na sua direção uma figura como o Dr. Alberto Torres, ilustre deputado do Estado do Rio, devo dizer a V. Ex.^a que *O Fluminense* com essa bandeira jamais poderia fracassar. Na Câmara Federal, como representante da Paraíba, no Palácio Tiradentes, fui liderado pelo irmão do Deputado Alberto Torres, o grande e brilhante parlamentar Acúrcio Torres, meu velho amigo que se encontra em Niterói, afastado das atividades políticas, a quem todos os anos envio telegrama homenageando pelo transcurso do seu aniversário natalício. Por conseguinte, estou ligado a essa família ilustre, aqui representada pelo nosso Presidente o Eminentíssimo Senador Paulo Torres, e, como V. Ex.^a, notável representante fluminense nesta Casa. Sinto-me muito à vontade para, em nome da imprensa da Paraíba, onde por tantos anos militei, em nome da própria Paraíba, que com honra e orgulho represento modestamente no Senado Federal, trazer minha homenagem a um velho e vibrante órgão da Imprensa do Estado do Rio, o impávido *O Fluminense* que nesta data comemora os seus 95 anos de existência, e ao seu orientador, o talentoso jornalista, notável parlamentar e jurista Alberto Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Nobre Senador Ruy Carneiro, é uma figura desse porte, que já não é mais homenageado por mim, e sim pelo Senado, através desses pronunciamentos expressivos, que exaltam a personalidade de um homem que não transige com os seus princípios morais, que não vende espaço no seu jornal para atender a uma determinada situação que venha a contrariar suas diretrizes morais. Um homem rigorosamente independente e com um amor à terra extraordinário, inclusive fazendo com que seu orçamento seja pesado, às vezes até sacrificado, para servir a toda a coletividade fluminense, de que é notável exemplo um caderno que vem de ser publicado, há poucos dias atrás, da integração fluminense, tendo uma verdadeira antologia sobre a vida do nosso Estado, realizando um trabalho de repercussão na área em que vive e que alcança as outras do Brasil, porque hoje — e nós tivemos a prova disso — seu nome extrapolou os 42.400 quilômetros de superfície da minha terra para toda a nacionalidade.

O Sr. Adalberto Sena — V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Com prazer, Senador.

O Sr. Adalberto Sena — Senador Vasconcelos Torres, a esta homenagem, que, no próprio dizer de V. Ex.^a acabou por transformar-se no registro aniversário de um jornal, a essa homenagem que o Senado numa sua expressão aparentemente unânime, está rendendo ao Dr. Alberto Torres, eu não poderia deixar de juntar uma impressão que me ficou desse homem, durante uma convivência que foi curta, mas que nem por isso deixou de ser das mais intensas. Conheci o Dr. Alberto Torres quando ele exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro Brígido Tinoco, designado para este cargo pelo Sr. Presidente Jânio Quadros. Naquele tempo, como já tenho muitas vezes dito no Senado, eu trabalhava em um dos setores do Ministério da Educação e Cultura e posso dizer a V. Ex.^a que dois traços indelévelmente se gravaram na minha memória, desta convivência com Alberto Torres. Poucas vezes, poderia dizer raramente, conheci entre os graduados daquele Ministério um homem que tanto me impressionasse pela finura de espírito. Finura que se traduzia, que se derramava a todo momento, em gestos de grandeza que tocavam a todos. Outros traços que quero registrar aqui é do apuro com que ele exercia as suas funções, a ponto de se revelar por uma assiduidade sem par em todas as nossas reuniões e nelas intervir não só com o seu conselho ou com uma ou outra advertência que trazia, mas também com uma capacidade intelectual das mais notórias. Notório era o apuro com que ele concorria para as redações de relatórios ou das exposições de motivos. Sua linguagem era das mais escorreitas, e seus desvelos pelo nosso idioma chegavam ao ponto de nos solicitar que, numa releitura do texto, fizessemos uma verdadeira poda naquela proliferação de "quês", que aos ouvidos de Alberto Torres como aos de muita gente soava muito mal. Ele, trabalho ali apresentado, em dois períodos aproximadamente de vinte linhas, encontramos nada menos de então, fazia-nos essa solicitação, e lembro-me de que, certa vez, num desses "quês", os quais, pela intervenção risonha e dedicada de Alberto Torres, ficaram reduzidas a apenas cinco. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. VASCONCELOS TORRES — Agradeço a V. Ex.^a e digo que ainda a um purista aquele a quem V. Ex.^a acaba de homenagear neste instante. Presidente por muito tempo da Academia Fluminense de Letras, estudioso, conferencista, Professor universitário, tem esse cuidado, e isso é, também, um dos traços que ornaram sua personalidade.

Mas, Sr. Presidente, só estou antevendo a hora em que meu grande amigo Alberto Torres ler o *Diário do Congresso*, emotivo como é, como vai se sentir realizado, como vai se sentir feliz com essa excepcional — já não mais homenagem — consagração que acaba de obter no dia de hoje, no nosso querido Senado Federal.

V. Ex.^a vai me permitir, entretanto, que eu o homenageie ainda mais uma vez, encaminhando à Mesa, para fazer parte do meu discurso, o que faço nos termos regimentais, para não tomar mais o tempo que já se acha esgotado, uma conferência memorável que ele fez sobre Ary Parreiras, no Centro de Armamento da Marinha, em Niterói, a convite do Diretor dessa unidade militar, Comandante Odilon Lima Cardoso, Capitão-de-Mar-e-Guerra que dirige a guarnição da Armada, em Niterói.

Faço encaminhar a V. Ex.^a esse memorável documento que faz parte da minha fala, para mostrar o que é a capacidade intelectual de Alberto Torres, para mostrar o seu civismo e a sua devoção aos grandes vultos da nacionalidade.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. VASCONCELOS TORRES, EM SEU DISCURSO:

"Ary Parreiras na Terra Fluminense"

A Nação comemora hoje o "Dia do Marinheiro", data das maiores da Armada, que vive no perene reconhecimento da Pátria, pelo que fez, faz e fará, enaltecendo-a com justiça, tão gloriosos, ricos de heroísmos e epopeias, os episódios que incorporou à nossa História. Seu patrono a engrandeceu desde o batismo de fogo, aos dezesseis anos, na fragata que tem o nome desta cidade; elevou-lhe o conceito nas campanhas internas pela nossa unidade e nas de que participou, no exterior, em defesa de nossos brios e de nossa soberania; e veio a ainda mais enobrecê-la quando, ao saber, em seu leito de enfermo, que o Imperador se encontrava a bordo do navio de passageiros "Alagoas", a caminho do exílio, foi levar-lhe suas homenagens e despedidas.

Essa a predestinação de Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, que deixou expressa em testamento a vontade de o seu ataúde ser levado ao túmulo por marinheiros, simples praças, sem divisas nem galões, porque fora assim, também humilde grumete, que começara sua imortal carreira, das mais retumbantes e luminosas de nossas Forças Armadas.

Tradição Histórica

O 13 de dezembro tem sido exaltado em nossa Capital, ora neste Centro, ora junto ao Monumento a Ary Parreiras, na Praia de Icarai. Este ano, porém, haverão de permitir que o diga, aqui, e não lá, o grande dia deveria ser exaltado. E que, a partir de 22 de novembro último, estamos rendendo o tributo de nosso apreço ao IV Centenário de Niterói. Nenhum outro recanto da cidade, exceção feita ao Morro de São Lourenço, acumula, historicamente, tanto patrimônio como este pedaço de nossa cidade, onde se estabeleceu, em fins do século XVIII, a Armação das Baleias, ou Armação de São Domingos, fabricando o azeite que servia a iluminação das principais cidades brasileiras e portuguesas: onde, em 9 de fevereiro de 1822, o Príncipe Regente intimava a Divisão Auxiliadora Portuguesa, sob o comando do General Jorge de Avilez Juzarte de Souza Tavares, a deixar o Brasil, dando o primeiro passo, no terreno prático, para nossa Independência; onde, desde 1868, fixou-se o Laboratório Pirotécnico da Marinha, transformado em reformas sucessivas, neste Centro de Armamento, único existente em território brasileiro; e onde, finalmente, em nome dos fluminenses, a 4 de maio deste ano, Sua Excelência, o Governador do Estado, recebeu a urna contendo os despojos, para nós sagrados, de D. Pedro I, em bela e comovente solenidade.

Reverência Louvável

Um niteroiense de São Paulo, que vive em nossa Capital já há 42 anos, amando-a com afeto de se louvar, quis faláremos neste ensejo sobre "Ary Parreiras na Terra Fluminense", tema por ele escolhido. E essa ilustre personalidade outra não é senão o digno, diligente, capaz e honrado Diretor deste Centro, Capitão-de-Mar-e-Guerra Odilon Lima Cardoso, Oficial de Armamentos. Passou a estimar aquele saudoso e glorioso vulto desde quando, ainda criança, via-o, na companhia de seu primo afim, Cnité. Murillo do Valle e Silva, deixar esta cidade em demanda do coraçado "Minas Gerais", onde ambos serviam, estando Ary Parreiras como Chefe de Máquinas do navio. Desde então, notadamente depois de ingressar na Escola Naval, o Comandante Odilon Lima Cardoso teve aumentados seu respeito e admiração por Ary Parreiras, decidindo que nesta data, sua memória e sua obra fossem aqui recordadas. E o fossem por entender que Ary Parreiras, não só para a Marinha de Guerra, como para quantos integram as demais Forças Armadas, e para aqueles que têm o encargo de gerir os negócios públicos, de modo a se fazerem sempre saudados pelos coetâneos e compatriotas, deve ser enaltecido como homem-paradigma, tantas as suas virtudes marinheiras e cívicas e os méritos de sua empolgante personalidade, que vencerá os tem-

pos no louvor de sua Corporação e da Pátria.

Os Parreiras no Brasil

Das mais enraizadas famílias brasileiras, os Parreiras chegaram ao Rio de Janeiro a 7 de março de 1808, integrando a comitiva do Príncipe D. João, e a mais antiga de seus representantes foi D. Ana Bernarda de Parreiras Paes, mãe do Coronel de Cavalaria Caetano Diogo Parreiras, membro do Estado-Maior das Forças do Exército, vencendo soldo de 80 mil réis, metade do qual, vindo ele a falecer, foi mensalmente pago a sua progenitora, a suas irmãs Ana Bernarda de Parreiras Paes, Ana Isabel de Parreiras, Teresa Guilomar de Parreiras e Rita Joaquina de Parreiras Freire de Andrada, e às sobrinhas, Maria Amália Freire de Andrada e Joana Freire de Andrada.

O Ramo Fluminense

Três foram os ramos desse tronco: o mineiro, o paulista e o fluminense. Este, teve início com o casamento do Capitão Antônio Diogo de Parreiras com D. Maria Nicolas Feberlin, e o nascimento de seus filhos Jacinto Antônio, Bárbara e Maria, todos nascidos e falecidos em Niterói, sendo que Jacinto Antônio se fez comerciante e ourives. Da união de Jacinto Antônio Diogo Parreiras com D. Maria Rosa da Silva, nove foram os filhos: Alfredo Arthur, João, Mariana, Alonso Cândido, Adelina Amélia, Zulmira Brandina, Antônio Diogo, José Calazans e Oscar Leopoldo.

Gerações Autais

Nesta cidade, onde nasceu a 23 de setembro de 1848 e faleceu a 5 de janeiro de 1911, consorciou-se Alfredo Arthur da Silva Parreiras com D. Elina Grahoud Parreiras, sendo seus filhos Alayde Parreiras; o Desembargador Athayde Parreiras; o pintor e funcionário da Prefeitura do antigo Distrito Federal, Edgard Parreiras; Maria da Conceição Parreiras; o industrial Adalberto Parreiras; o Almirante Ary Parreiras; Arcílio Parreiras, que se dedicou ao comércio; a Professora Ayde Parreiras, esposa do médico João Kelly da Cunha Lages; e Araci Parreiras, sendo que esta, Maria da Conceição e Alayde, morreram ainda bem crianças.

Tendo em vista que iremos fazer um breve estudo sobre a personalidade de Ary Parreiras, que chegou a Vice-Almirante, na ativa, e foi post-mortem promovido a Almirante-de-Esquadra, lembremos a sua união, pelos laços do matrimônio, com a Sra. Aracy Sardinha Parreiras, que nos honra com a sua presença, deixando quatro filhos, todos por igual conosco neste instante: Luis Carlos, Eduardo, Mário Alfredo e Ary. Os Parreiras dos três ramos, geração a geração, haverão de multiplicar-se, para conti-

nuar servindo ao Brasil, na sucessão dos tempos.

Ary Parreiras

Ary Parreiras nasceu em Niterói, aos 17 de abril de 1893, e aqui faleceu, em 9 de julho de 1945, aos 52 anos de idade. O orgulho de ter tido o berço no Estado do Rio foi, aliás, um dos muitos traços marcantes de sua personalidade. Curvou o primário em escola pública desta Capital, e aqui foi preparado, por professor particular, para o exame de admissão à Escola Naval, à época funcionando em Angra dos Reis. Nela entrou aos 13 anos de idade, saindo Guarda-Marinha aos 17, para viver, em menos de 24 horas, dois sentimentos inteiramente contrastantes: o da alegria, vendo-se oficial, e o da imensa dor de, ao entrar em casa, em Niterói, encontrar o pai morto. Sendo, nessa ocasião, o mais velho dos filhos solteiros, assumiu os encargos da família, chegando mesmo a ajudar os estudos de pintura de seu irmão Edgard, em Paris, onde se aperfeiçoava ao lado do tio Antônio Parreiras, das maiores glórias nacionais.

O Esportista

Apaixonado por todas as modalidades de esporte, Ary Parreiras preferia a natação, o pólo-aquático, o vôleibol e o remo, mas gostava sobretudo de ser treinador dessas especialidades desportivas. Jogando basquete, certa noite, na quadra do Clube de Regatas Icarai, num choque com o adversário, recebeu violenta pancada no peito, fato que o levou ao leito por vários dias. Mais tarde, treinando o time de vôleibol feminino de seu Clube, sofreu o primeiro enfarte. Ali também, no Clube de Regatas Icarai, ao qual eram ambos devotados, conheceu a jovem Aracy Sardinha, sua futura esposa, de quem era, então, treinador de natação.

Quando já se encontrava afastado da Marinha, por participação em episódio que adiante referiremos, não tendo a ela requerido retorno, embora absolvido, casou-se Ary Parreiras, aos 20 de janeiro de 1929, com a Sra. Aracy Sardinha, 15 anos mais moça do que ele e filha do industrial Mário Sardinha e da Sra. Maria da Conceição Lousada Sardinha. Imbatível, Ary provinha as necessidades do novo lar trabalhando na indústria de seu irmão, Adalberto Parreiras, localizada na Gamboa.

O Lar

Na intimidade do lar, em solteiro e depois de casado, jamais comentava fatos com ele ocorridos, fossem na Marinha, fossem quando dela esteve afastado, fossem após a ela retornar, fossem no exercício da Interventoria Federal, ou à frente da construção da Base Naval de Natal. Gostava da vida ao ar-livre. Era arredio ao convívio social, preferindo o lar ou as

pescarias nos domingos e feriados, às quais ia com a esposa e filhos. Comunicativo, afável, às vezes brincalhão, à noite, vezes sem conta, propunha aos quatro filhos uma "guerra de travesseiros". Quem, após ela findar-se, não gostava de tais brincadeiras, era D. Aracy, que tinha de refazer todas as camas.

Votava um grande afeto aos irmãos, que também o estimavam muitíssimo. Os filhos lhe tinham profundo respeito, embora jamais os houvesse repreendido, contendo-lhes as peraltices com um simples olhar. D. Aracy, em matéria disciplinar, tinha de fazer-lhe as vezes, aplicando umas palmadinhas nos filhos, mas longe dos olhares do marido, embora também os tivesse tratado sempre com muita mansidão. Ary sustentava que jamais poderia conceber se batesse em crianças ou em pessoas detidas.

O Revolucionário

Muito cedo os méritos de Ary Parreiras se tornaram reconhecidos na Marinha de Guerra. Em 1923, no posto, ainda, de 1.º Tenente, a serviço na Flotilha de Ladário, em Mato Grosso, foi convidado pelo Comandante Cantuária Guimarães para a Chefia do Departamento de Obras, Reparo e Material Flutuante Encostado do Lóide Brasileiro. Recusando o convite, insistiu junto a ele o oficial superior, mais de uma vez, para que reformasse a sua opinião, porquanto era aquela oportunidade de demonstrar seu valor, sua competência e sua capacidade para serviços de grande vulto. Manteve Ary Parreiras sua negativa e não assumiu o posto. Menos de um ano depois, sua intransigência moral e sua convicção ideológica — mais democrata-social que liberal-democrata — arrastaram-no, numa hora de crise e convulsões, para a trilha da Revolução.

Não foi alheio, assim, aos movimentos revolucionários registrados no País, após 1924. Tendo participado da chamada "Conspiração Protógenes", foi preso e recolhido, com outros companheiros, ao Quartel dos Barbos, da Polícia Militar do antigo Distrito Federal, passando a responder processo. Jovem, de 21 anos, apenas, Ary Parreiras já era, então, o mesmo que seria sempre, de inabalável caráter e definitiva firmeza. Prestando depoimento, a 28 de outubro de 1924, dissera ele que, conforme anteriormente declarara, "foi, é e será integralmente Protógenes, não pretendendo, de forma alguma, fugir às responsabilidades do seu procedimento, por isso que, acima de tudo, coloca a sua dignidade de militar". O Comandante Protógenes — acrescentava ele — "podia contar com a sua solidariedade, uma vez que as suas idéias eram sobejamente conhecidas em toda a Marinha".

Transferiram-no para a Fortaleza de Santa Cruz e desta para a Ilha da Trindade, onde também se encontravam, entre outros, Juarez Távora e Eduardo Gomes. Julgado e absolvido, tudo fizeram para que ele retornasse à Marinha. Ary Parreiras, porém, decidira não dirigir-se ao Governo, para solicitar o reingresso, atitude que lhe valeu a última detenção, na Ilha das Cobras. Livre, foi trabalhar na indústria de seu irmão Adalberto, também de idéias revolucionárias, dela se retirando para Minas Gerais, onde teria atuação importantíssima no Movimento Revolucionário de 1930, comandando tropas em combate naquele Estado. Vitoriosa a Revolução, e anistiado, voltou à Armada no posto de Capitão-Tenente, mas não quis nunca receber soldos correspondentes ao tempo em que estivera afastado, cujo pagamento fora determinado pelo Governo Provisório.

Um Episódio

A contribuição de Ary Parreiras para a Revolução de 1930 começou aqui mesmo em Niterói, em pleno Carnaval daquele ano, quando se empenhou numa ousada manobra, a fim de libertar da Fortaleza de Santa Cruz, então sob o comando do Tenente-Coronel João Batista Mascarenhas de Moraes, três oficiais de participação decisiva na vitória da sublevação: os capitães Juarez do Nascimento Fernandes Távora e Newton Estillac Leal, e o 1.º Tenente Aicides Teixeira de Araújo.

O regime do presídio era de duas chamadas dos presos, uma pela manhã e outra ao fim da tarde. Preciso se fazia, porém, que aqueles oficiais fossem libertados, notadamente Juarez Távora, que teria a missão de preparar a sedição no Norte e Nordeste do País. Os detidos criaram um clima tenso, reclamando contra as duas chamadas, argumentando que não eram presos comuns, e que esse tratamento importava num ato de desconsideração. Acolhido o protesto, as chamadas passaram a ser feitas apenas pela manhã. Arquitetou-se, então, o plano de fuga, e acordos os que seriam libertados e os que os libertariam, estabeleceu-se a ação, em duas partes. Inicialmente, a Srta. Eliane Gomes, irmã de Eduardo Gomes, indo visitar Juarez, levar-lhe-ia, em cinco visitas, as cordas de que se serviriam os fugitivos, para diminuir os riscos da fuga. Em seguida, ao chegar a tarde do sábado de Carnaval, 28 de fevereiro de 1930, Ary Parreiras, Lourival Seroa da Mota e Stanley Gomes deixaram o pedaço de praia fronteiro ao Clube de Regatas Icarai, na baleeira de propriedade do primeiro, disfarçados de pescadores, e foram remando até próximo ao costão interno da Fortaleza de Santa Cruz, do lado correspondente à sua entrada, lançando a rede que levaram. Logo após fizeram sinais convencio-

nados com uma lanterna elétrica, prontamente respondidos, já com a noite caindo. Os três oficiais, valendo-se da corda que lhes havia sido levada, por ela desceram, atirando-se ao mar, sendo pouco feliz Juarez Távora, lançado por uma onda mais forte contra as pedras junto ao costão da Fortaleza, ficando seriamente ferido, principalmente no rosto.

Um sentinela gritava, com toda energia, exigindo que eles se afastassem para o largo, respondendo-lhes os tripulantes da baleeira que o fariam assim que a rede se desprendesse das pedras. Com os três fugitivos já recolhidos, afastaram-se a remos, o suficiente para que pudessem, sem despertar suspeitas, usar o motor de popa que haviam levado. Dirigiram-se o mais rapidamente possível para o Canto do Rio, onde desembarcaram, ali os recebendo o Sr. Mário Sardinha. Mal chegados, tomaram o rumo da fábrica de propriedade deste, situada, a esse tempo, em terreno próximo ao fim da atual Avenida Ary Parreiras, indo o industrial um pouco adiantado em relação aos três fugitivos. Naquele estabelecimento, o Sr. Mário Sardinha lançou mão de açúcar, preocupado em estancar o sangue do rosto de Juarez, e depois de o conseguir, mudando as roupas que lá se encontravam a eles destinadas, sem faltar o chapéu que então era moda, foram os três levados pelo Juiz de Casamentos Irurá Viana, no automóvel por este dirigido, até a Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, localizada na Travessa Carlos Gomes, aí embarcando no noturno para Campos. Dessa cidade, após curar-se, Juarez seguiu para o Nordeste, a fim de articular, ali, a Revolução de 1930.

Ary, Seroa e Stanley foram do Canto do Rio para o Clube de Regatas Icarai, recolheram a baleeira à garagem do Clube e regressaram às suas residências. Somente na manhã seguinte, quando da chamada, foi que verificaram, na Fortaleza, a ausência dos três prisioneiros. Curioso é que, depois do triunfo da Revolução, Ary Parreiras ouviu em sua casa, sério e imperturbável, mas intimamente deliciando-se, várias versões da fuga de Juarez e de seus dois companheiros do Exército, dadas por pessoas que diziam ter desprendidamente enfrentado todos os riscos a fim de libertá-los.

Depois da Vitória

Vitorioso o movimento de 1930, Ary Parreiras, tendo regressado de Minas Gerais, passou a integrar o Tribunal Especial Revolucionário, criado pelo Governo Provisório e para cuja extinção haveria ele de concorrer, ao sustentar junto de Oswaldo Aranha, então Ministro da Justiça, que, a contar de certo momento, o Tribunal es-

tava passando a instrumento de perseguições políticas.

Retornou à Marinha, ao deixar essas funções, tendo pertencido aos Gabinetes dos Ministros Isaías de Noronha, Conrado Heck e Protógenes Guimarães, deste último saindo para a Interventoria Federal neste Estado.

Antecessores

A Revolução de 1930, vitoriosa no Rio de Janeiro a 24 de outubro, trouxe ao Palácio do Ingá o Coronel Demócrito Barbosa, cuja atuação, num espaço de apenas quatro dias no Poder, limitou-se a um único decreto: o de 25 de outubro, que extinguiu a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais, revogava o Regulamento da Diretoria de Saúde, instituía a Junta Especial de Inquéritos, extinguiu subvenções do governo Manoel de Mattos Duarte Silva, excetuadas aquelas a hospitais e estabelecimentos de ensino, destituía os prefeitos municipais em exercício, suspendia as vantagens estranhas aos vencimentos do funcionalismo e convocava ao serviço todos os funcionários dele afastados por decisão do antigo governo, exceção dos licenciados para tratamento de saúde, além de tomar outras providências de emergência revolucionária. A 28 de outubro de 1930, mal chegava da frente revolucionária do Norte do Estado, empossava-se como primeiro Interventor Federal o ilustre jurista Dr. Plínio Casado, cujo governo, por sua vez, duraria apenas até 29 de maio do ano seguinte. Com uma população inferior a 2 milhões de habitantes, o Estado do Rio oferecia, então, um desastroso panorama econômico. Tendo encontrado em caixa disponibilidades limitadas a 155 contos de reis, nosso primeiro Interventor tinha a saldar compromissos que subiam a mais de 45 mil contos. Assim, nesse curto período de 7 meses de administração, teve o Dr. Plínio Casado como objetivo fundamental de seu governo a redução do "deficit", através de medidas enérgicas de contenção financeira. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, substituiu-o no Interventoria fluminense, a 30 de maio de 1931, o General João de Deus Mena Barreto, também de curta permanência no poder, pois que seu mandato durou apenas até o dia 4 de novembro do mesmo ano, sendo ele nomeado Ministro do hoje Superior Tribunal Militar. Conseguiu o General Mena Barreto, nesse pequeno período, colocar em dia o pagamento do Estado e diminuir o "deficit" financeiro para o que contraiu empréstimo com o Banco do Brasil. A arrecadação estadual teve sensível aumento, possibilitando maiores recursos, e dois congressos de grande alcance para a administração tiveram lugar em Niterói: o dos Prefeitos e o dos Coletores Estaduais. De caráter bom, elevado, tolerante, manteve-se afastado das pugnas partidá-

rias e ideológicas. Em carta por ele dirigida ao Chefe do Governo Provisório, lê-se esse trecho: "Avesso, por indole, ao exercício de cargos políticos, procurei satisfazer às esperanças em mim depositadas, chegando a resultados relativamente satisfatórios. O Estado do Rio de Janeiro atravessa agora um período de calma política."

A administração geral segue seu curso normal, registrando alguns melhoramentos de significação; um verdadeiro reflorescimento vai-se caracterizando em todas as Prefeituras devido à ação incansável e profícua da quase unanimidade dos prefeitos; a renda estadual aumenta de forma animadora, apresentando hoje um acréscimo de mais de 25% sobre o total arrecadado em 1930; a ordem está assegurada, especialmente pelo povo, que no seu bom senso repudia as perturbações do trabalho, que lhe dá a felicidade. Tudo indica que Vossa Excelência terá amplas facilidades para inaugurar o regime pré-constitucional ditado pelo Código dos Interventores. Cessaram, portanto, as circunstâncias extraordinárias que poderiam ter influido no espírito de Vossa Excelência para confiar-me a direção deste Estado e também as que me compeliram a aceitá-la". Para Interventor Federal foi nomeado o até então Secretário da Interventoria, Tenente-Coronel Pantaleão da Silva Pessoa, contando, à época, 31 anos de serviço ativo no Exército, além de diplomado em ciências físicas e matemáticas, tendo sido professor da Escola e do Colégio Militares e Chefe do Estado-Maior do Exército em diversas regiões. Nomeado, como dissemos, em inícios de novembro de 1931, e empossado a 5 daquele mês, pouco durou também, o seu mandato, pois que passaria o governo logo em 15 de dezembro do mesmo ano ao então Capitão-Tenente Ary Parreiras. Mas, nesse mês e pouco em que esteve à frente da administração fluminense, chegou o Tenente-Coronel Pantaleão Pessoa a adotar medidas de vulto e importância, começando pela redução dos próprios subsídios da Interventoria a 4 contos de reis; extinguindo impostos sobre a atividade agrícola e amortizando empréstimos contraídos pelo Estado com a Caixa Econômica.

A Posse

Aclamado pela multidão desde a Praça Martim Afonso, onde desembarcara; formadas, em sua homenagem, forças navais em ala desde a Rua Visconde do Rio Branco até o Palácio do Ingá, Ary Parreiras ali tomou posse do cargo, enquanto uma esquadilha da Marinha de Guerra fazia evoluções sobre a cidade. Em seu discurso, contem-se esta afirmação de propósitos: "Na administração, zelo fervoroso pela arrecadação das rendas públicas e aplicação rigorosa da mes-

ma, em benefício do Estado, sem obras suntuárias que a atualidade em absoluto comporta, mas as indispensáveis em bem da conservação das existentes e aquelas urgentes, em benefício da coletividade. Escolher, na forma das correntes sociais hodiernas, técnicos para o desempenho dos cargos, e não estes para o indivíduo. Levantar a Justiça, fazendo-a autônoma, para que a sua finalidade seja eficiente, livre das contingências partidárias que só a deturpam e a desviam de seu "desideratum" máximo, que é a garantia do Direito, no sentido amplo da cidadania. Traçarei um raio de ação coordenadora para o aproveitamento ao Estado dos seus valores mentais, com o fito exclusivo do seu soerguimento, e darei às classes econômicas e produtoras toda a assistência e auxílio para o seu florescimento. Ordem com desenvolvimento de trabalho, assegurada a liberdade individual e de pensamento, será o escopo principal da minha atividade como dirigente dos destinos deste Estado. Tréguas, pois, às lutas improdutivas de partidário estreito: abramos numa convergência de esforços e de sentimentos os nossos pendores e anelos, para a harmonia da ação nova — de idealidade construtiva — tendo como ideal máximo o progresso e a glória do Estado do Rio".

Auxiliares de Governo

Ary Parreiras procurou cercar-se, em seu governo, de novos valores, arregimentados entre os espíritos revolucionários, imbuídos, todos, da mesma sinceridade administrativa, e, de preferência, ligados às tradições fluminenses, pelo berço ou pela radicação. Assim, foram convocados Antônio Antunes de Figueiredo, para a Secretaria da Interventoria; Antônio Barbosa Buarque de Nazareth, Stanley Gomes e Ruy Buarque de Nazareth ocuparam, sucessivamente, a Pasta do Interior e Justiça; a Secretaria de Finanças foi confiada a Leonel Magalhães e, depois, a Raul Quarasma de Moura; a de Agricultura, Viação e Obras Públicas ocupou-a o então Capitão Asdrubal Gweyer de Azevedo; transformada esta em Secretaria da Produção, passou a seu titular o Capitão Pélío Ramalho; Stanley Gomes, velho amigo de Ary e irmão do hoje Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, foi empossado, de início, na Chefia de Polícia, onde o substituiu o Dr. Joubert Evangelista da Silva. Gastão Braga e Gustavo Lira da Silva, ambos engenheiros, foram os prefeitos de Niterói: o Comando da Polícia Militar foi entregue ao Coronel Luís Braga Mury; ao Dr. Américo Oberlaender nomeou para a então Diretoria de Higiene, hoje Secretaria de Saúde e Saneamento; e ao Sr. Frederico de Carvalho Azevedo para a Diretoria de Instrução Pública, trans-

formada em Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho pelo professor Celso Kelly. Para Diretor da Escola do Trabalho foi escolhido o Dr. Ernesto Imbassahy de Mello. E, para servir junto dele em Palácio, finalmente apenas um Adjunto-de-Ordens, o Capitão Nilo da Costa Moura, e cinco oficiais de Gabinete: Nelson Lino da Costa, Geraldo Imbassahy de Mello, Ruben Batista Pereira, Scylla de Souza Ribeiro e Raul de Oliveira Rodrigues, este último, mais tarde, Diretor do *Dirio Oficial*.

Conselho Consultivo

Sem ter de atender a injunções políticas, com absoluta autonomia de ação em relação à administração estadual e à dos municípios, teve livres os movimentos para conduzir o Governo sem quaisquer tolhimentos, apoiado num Conselho Consultivo do mais alto padrão. Com efeito, criado a 30 de dezembro de 1931, como substituto natural da extinta Assembléia Legislativa, compuseram-no alguns dos mais altos valores da cultura fluminense e brasileira: Miguel Couto, Fernando de Magalhães, Raul Fernandes, César Nascentes Tinoco, João Antônio de Oliveira Guimarães, Oscar Weischenck, Ignácio Verissimo de Mello, Vicente Ferreira de Moraes, Arnaldo Tavares e Francisco José de Oliveira Vianna, sob a presidência do primeiro. Falecendo o Professor Miguel Couto, em 1934, substituiu-o na Presidência o Dr. Raul Fernandes. Falecendo também o Conselheiro Ignácio Verissimo de Mello, e renunciando os Srs. Arnaldo Tavares, Fernando de Magalhães e Oliveira Vianna, foram as cinco vagas preenchidas pelo Comandante José Alípio Costallat e pelos Drs. Levi Carneiro, Roberto Cotrim, Joaquim Cardillo Filho e Luis Frederico Sauerbronn Carpenter. Trabalhou este Conselho durante cerca de quatro anos sem outro interesse que o de bem servir ao Estado e a seu povo, tendo realizado 78 sessões, emitido parecer sobre 427 processos, informado 11 outros e aprovado 14 sugestões sobre importantes e diversos assuntos.

Revolta, Epidemia e Greves

Rebentando, em São Paulo, a Revolução Constitucionalista de 1932, incansável foi a atividade do Interventor Ary Parreiras, tudo providenciando para o resguardo da ordem vigente. Em vigília, noite após noite, permaneceu ele em Palácio, atento aos acontecimentos e à segurança do território fluminense, especialmente nas áreas fronteiriças com o Estado revolucionado.

Afora a eclosão da Revolução Paulista, Ary Parreiras teve a rodeá-lo, como Interventor, o problema das repetidas e tumultuárias greves, para se não falar de avassaladores surtos de

febre tifóide registrados no interior, o mais sério em Angra dos Reis, para onde se retirara durante mais de um mês, tomando providências, provendo recursos, e, também, cristã e piedosamente, assistindo, ele próprio, a inúmeras vítimas.

Desambição Política

A frente da Interventoria, se tivesse querido exercer atividade política, Ary poderia organizar um grande partido e fazer-se eleger governador pelo voto indireto da Assembléia Legislativa, como outros companheiros seus de Revolução, também Interventores, fizeram em outras unidades federativas. Preferiu, porém, coduzir-se da maneira por que o fez, colocando-se acima das facções, embora nelas tendo velhos e diletíssimos amigos.

Por três vezes pediu exoneração da Interventoria. A primeira, quando o Prefeito de Petrópolis, Sr. Yeddo Fiúza, encaminhou um processo relativo à revisão do contrato de Força e Luz daquele município, ao Ministério da Justiça, quando deveria fazê-lo através do Interventor. O titular daquela Pasta mandou ouvir a Comissão Revisora que nela funcionava, a fim de que emitisse Parecer, após o que remeteu o processo à Interventoria Fluminense. Cioso dos seus atos, Ary Parreiras ordenou o estudo do processo, diligenciou fossem preparados uma exposição de motivos e um anteprojeto, para submetê-los à audiência do Conselho Consultivo, que sugeriu algumas modificações, oferecendo substitutivo, de pronto acolhido pelo Interventor em todos os seus termos. Instruído com esses elementos, o expediente foi devolvido ao Ministério da Justiça, sendo levado a despacho do Chefe do Governo. Estranhamente, porém, o parecer da Comissão Revisora passara a figurar no processo depois do anteprojeto para ali enviado pelo Interventor fluminense, tendo o Sr. Getúlio Vargas limitado seu despacho à palavra "Sim", autorizando a revisão pretendida. Ao chegar o processo ao Palácio do Ingá, para que o Interventor, como era de sua competência, baixasse o respectivo Decreto-lei, este se sentiu melindrado com o fato de não ter sido aceito o seu anteprojeto, o que o levou a pedir exoneração. Diante da situação criada, o Sr. Getúlio Vargas fez esclarecer que o seu despacho importava na aprovação do anteprojeto da Interventoria Fluminense, entendimento esse que levou, já aí, à exoneração, o Sr. Yeddo Fiúza, a quem o Sr. Ary Parreiras dispensou da função, o que determinou a ocorrência de graves acontecimentos em Petrópolis.

A segunda, se deu em julho de 1934, ao anunciar Ary Parreiras seu propósito de somente permanecer no Poder até o dia em que, em conformidade com as normas constitucionais, vigen-

tes, fosse eleito o seu substituto legal, formalizando esse pedido em setembro, através do Ofício n.º 954 sendo-lhe novamente negada a dispensa, ressaltando o Ministro Vicente Rao, em nome do Chefe do Governo, que este não via nos motivos alegados nada que pudesse alterar a confiança depositada em Ary Parreiras, razão pela qual não podia prescindir dos valiosos serviços que este vinha prestando ao Estado e ao Governo Federal.

Alheamento

Quando se movimentaram as forças políticas do Estado, com vistas às eleições para a Assembléia Constituinte de 1934, Ary Parreiras alheou-se completamente das manobras políticas, afirmando que "renegaria o seu passado e os princípios do movimento armado vitorioso, se fosse fazer, agora, precisamente o que mais condenava nos homens que a Revolução derrubou do Poder". E acrescentava: "Sempre pensei que um dos maiores males da República Velha era o dos governantes se intrometerem na Política. Isso gerava injustiça, violências, fraudes, suborno. Foi para dar fim a esses abusos que se fez a Revolução. Eu, pelo menos, ao bater-me pelo seu triunfo, não visava outra coisa. Queria, antes de tudo, a mudança dessa mentalidade eleitoral que levava os Presidentes do Estado a formarem a sua máquina e vencerem nas urnas e se tornarem verdadeiros déspotas, estranguladores das liberdades públicas, esbanjadores dos dinheiros do povo, em cujas circunstâncias só tinham a palavra os seus correligionários, os seus eleitores e os seus áulicos. Ora, era esta a nossa situação, tão deplorável quanto vergonhosa, e se ela nascia da intervenção dos Governadores na Política, de que modo, eu, que entrei na Revolução com a maior sinceridade, poderia adotar, depois de vitoriosa, a mesma atitude dos homens da República Velha, aos quais combati de armas na mão, visando, pela mudança de processos então seguidos, a felicidade do Brasil?"

Essa impossibilidade de formar um governador o seu próprio Partido, ele assim a explicava: "Dirão que eu poderia formar partido, fazer política, sem cometer violências e injustiça. Mas, como? Mesmo que eu me dispusesse a trair a pureza da Revolução, fazendo política à frente do Governo do Estado, como evitar violências, sabendo, como sabemos, que à vontade dos chefes escapam os desmandos dos seus auxiliares e amigos, principalmente no Interior? Não. Não modificarei a minha atitude, nem me arrependo de tê-la tomado. Estou coerente com as idéias em nome das quais levantamos a Nação em armas, em 1930. E não há nada que me faça esquecê-las, nem negá-las".

Novamente advindo a ebulição política, em torno da próxima eleição do primeiro Governador Constitucional na fase revolucionária, manteve-se rigorosamente neutro. Explicando, em sua mensagem à Assembléia Constituinte Estadual, esse alheamento ao pleito sucessório, escreveu Ary Parreira: "Pela fidelidade que devíamos aos postulados da Revolução, de que fomos parte, pelo respeito que nos inspirava o direito de cidadania, assegurado na Constituição da República, e, finalmente, para que se pudesse bem aquilatar da capacidade do povo na prática livre e honesta do mais alto dos seus direitos civicos — o da escolha dos seus representantes — mantivemo-nos à margem das competições políticas, assegurando a todos a mais ampla liberdade de pronunciamento, e as garantias necessárias ao exercício desse direito de livre escolha".

A Eleição de Protógenes

Marcou-se para 23 de setembro de 1935 a instalação da Assembléia Constituinte Fluminense, a fim de ter lugar, no dia seguinte, a eleição do primeiro Governador Constitucional, entre os nomes do Almirante Protógenes Guimarães, pelo Partido Radical, e do General Cristóvão Barcelos, pela União Progressista. Na data estabelecida, em tumultuada sessão, viu-se eleito para o Governo o insigne e inolvidável Almirante Protógenes Guimarães, com 23 votos, contra 22 dados ao por igual inolvidável e insigne General Cristóvão Barcelos. A vitória radical custara, entretanto, dissabores sem conta. Quando depositava na urna o voto que ia decidir a eleição, o Deputado Capitulino dos Santos Júnior recebeu dois tiros à queima-roupa, saindo gravemente ferido. Em face dos últimos acontecimentos, o próprio Presidente da República desejou que Ary Parreira exonerasse o Sr. Joubert Evangelista da Silva, seu Chefe de Polícia, acusado de tendências pró-União Progressista Fluminense, Partido presidido pelo bravo, digno, ímpoluto e prestigioso General Cristóvão Barcelos.

Recusou-se o Interventor a exonerá-lo, dizendo ao Sr. Getúlio Vargas que, da mesma forma que este lhe tinha confiança, de sua plena confiança era o Dr. Joubert Evangelista da Silva, razão por que não o exoneraria, mas, de imediato, solicitava, já aí em caráter absolutamente irrevogável, sua exoneração da Interventoria. Dissera, então, ao Chefe do Governo: "Presidente, quem nomeia e demite os meus auxiliares sou eu. Mas quem nomeia e demite o Interventor Federal é Vossa Excelência. E como não pretendo atender ao seu propósito, deixarei o cargo hoje, ao meio-dia. Assim, poderá Vossa Excelência satisfazer os seus amigos e eu a minha consciência".

A Exoneração

Assim, exonerou-se Ary Parreiras do Governo do Estado do Rio, a 7 de novembro de 1935 sendo substituído pelo Coronel Newton Cavalcanti, Comandante do 3.º Regimento de Infantaria. Ao passar-lhe o posto dizia o ex-Interventor em seu discurso: "Do acerto ou desacerto dos atos que hei praticado no exercício do governo, durante cerca de quatro anos, julgarei a opinião pública fluminense. Perante minha consciência, porém, tenho a convicção de que cumpri com dignidade os postulados da Revolução, na qual fui parte, e jamais faltei aos princípios da lealdade, da honra, da altivez e da nobreza, que são os traços marcantes dos que envergam, sem jactância nem preconceitos, a farda das Forças Armadas nacionais. Formulando votos para que Vossa Excelência dê à árdua missão com que vem de ser distinguido cabal e exato cumprimento, como tem acontecido na sua longa e brilhante carreira na vida pública, sintetizo num apelo fortemente, dirigido ao povo da minha terra, pela paz e pela concórdia, o meu último pedido de fluminense, de cidadão e de soldado".

Posse de Protógenes

A véspera de o Interventor Ary Parreiras deixar o governo o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral anulava a eleição do Almirante Protógenes Guimarães, pela unanimidade dos votos. A coligação Radical, todavia, divulgava manifesto afirmando que voltaria a sufragar o nome do Ministro da Marinha, nas novas eleições, marcadas para o dia 12 de dezembro do mesmo ano de 1935, e assim ocorreu. Novamente eleito, com 23 votos contra 22 concedidos ao General Cristóvão Barcelos, no mesmo dia 12 de novembro chegou a Niterói para empossar-se do cargo, às 17h35min, no Palácio do Ingá, afirmando, em seu discurso, o propósito de pacificar a terra fluminense. Em seus primeiros atos nomeou Secretários do Governo o Dr. Antunes de Figueiredo e Comandante da Polícia Militar o Coronel Luis Braga Murry, os mesmos que, em seus postos, vinham servindo desde a administração Ary Parreiras, trazendo para chefe de Polícia o Comandante Miguelote Viana. Pouco depois rebentava a Intentona Comunista, no Norte do País e no Rio de Janeiro.

O Homem de Governo

Ary Parreiras governou durante 1.403 dias, de 15 de dezembro de 1931 a 7 de novembro de 1935. Imprimiu espírito prático e objetivo à sua administração. No exame de papéis para despachos, documentos da mais variada natureza, relatórios e exposições de motivos que lhe eram encaminhados, Ary se detinha longamen-

te, saindo muitas vezes do Palácio quando já havia dispensado todos os seus auxiliares. Em outras ocasiões, deixando-se ficar, avançava pela noite, sozinho em seu Gabinete, retirando-se tarde para sua residência.

Corajoso, de tranqüila mas firme intrepidez, de tal maneira afirmativo e leal que jamais duvidaram de sua palavra, quando empenhada, era de rigorosa austeridade no exercício dos cargos que desempenhou, mas de habitual cordialidade e humano no trato de seus subordinados. Ativo, rigoroso cumpridor dos deveres, de probidade impecável, operoso, à primeira vista demasiado sizado, tornava-se simpático e acolhedor, em seguida. Em instantes de tensão, desanuviava os ambientes, amenizando-os, mesmo com brincadeiras.

E, acima de todas as suas outras virtudes, Ary Parreiras colocava uma incomensurável dignidade pessoal, a ponto de, em 1934, tendo os jornais publicado declarações a ele injuriosas, atribuídas a um de seus ex-auxiliares de seu governo, não hesitou em dirigir-se pessoalmente ao suposto autor das afirmativas, pedindo-lhe ou que lhes contestasse a veracidade, se as não prestara, ou que, confirmando-as, aceitasse dirimir as diferenças no campo da honra, que assim exigiam suas qualidades de cidadão e seu punitor militar. O duelo, todavia, não se realizou, acatando Ary Parreiras as excusas de seu ofensor.

Zelo Inexcedível

Incorruptível, nos postos de comando e na chefia do Governo Fluminense foi cuidadosamente escrupuloso na aplicação dos recursos de que dispunha. A Contadoria da Marinha, em resposta à consulta que lhe fizera Ary Parreira, tão logo assumiu a Interventoria Federal, informou-lhe que ele teria direito à metade do soldo. Ary, por sua vez, entendeu que não deveria receber em sua integralidade os subsídios de Interventor Federal, fixados em 4 contos de réis mensais, só permitindo que lhe pagassem um conto e seiscentos. Decorrido mais de ano, a Contadoria da Marinha comunicou-lhe que, no exercício da Interventoria Federal, ele deveria receber, apenas, os subsídios do cargo, e nenhum soldo da Marinha, pelo que se tornara desta devedor da metade do soldo recebido desde a sua investidura na Interventoria. Ele poderia, já que só passara a perceber parte dos subsídios, porque recebia metade do soldo, receber a totalidade dos primeiros, fazendo recolher a diferença aos cofres da Marinha. Mas decidiu que ressarciria o Tesouro Naval por sua própria conta, fazendo-o a duras penas, pois vendeu um terreno e se socorreu da ajuda dos irmãos. Achava que outra solução, que não essa, não seria lícita.

No exercício do cargo, jamais se valeu dos passes que a Companhia Cantareira e Viação Fluminense, concessionária de barcas e bondes, e a Estrada de Ferro Leopoldina lhe mandavam, deixando que perdessem a validade. Homem de excepcional pureza de sentimentos — diz o Dr. Scylla de Souza Ribeiro, seu amigo e um dos seus antigos auxiliares — Ary Parreira distribuía com inextinguível zelo as matriculas gratuitas a que tinha direito o Governo do Estado, em estabelecimentos particulares. E aqueles a quem dessa forma amparou jamais lhe pouparam expressões de agradecimento, podendo-se citar aqui, entre estes, o atual Senador Vasconcelos Torres, que sobre ele escreveu um ensaio biográfico.

Ary Parreira chegava ao gabinete da Intervenção às 8 e meia da manhã, invariavelmente, inclusive aos domingos. Não sendo usada a cozinha do Palácio, por sua determinação, o almoço era fornecido pela "Pensão Ingá", cobrando esta 150 mil réis mensais, e cada um de seus auxiliares contribuía para as pequenas despesas, inclusive do cafezinho. Jantando em casa, o Palácio do Governo não teve, enquanto ele ali permaneceu, despesas alguma de mordomia.

Também não se utilizava de viaturas oficiais. Servia-se habitualmente de bonde ônibus ou do automóvel de Oldemar Silveira, seu fraternal amigo a quem carinhosamente chamava de "Nequinho". Fiscalizando as obras de Estrada Niterói—Friburgo, fê-lo viajando de trem, e pagando ele próprio a passagem. Durante sua permanência naquela cidade serrana, hospedava-se em casa de seu amigo, o Prefeito Hugo Mota. Além disso, acompanhava diariamente o movimento da Tesouraria do Estado, controlando todos os pagamentos. Lembro aqui, em complemento ao que acabo de dizer, uma espirituosa frase de outro de seus auxiliares, o Dr. Ruben Batista Pereira: "Ary pagava... e apagava a luz do Palácio".

Balanco de Governo

"Já se disse, afirmava o interventor Ary Parreiras em seu Relatório, que administrar é tomar a dianteira dos trabalhos, para obrigar, pelo exemplo. Gerir é estar em guarda diuturna, na defesa intransigente do interesse público; só assim poderão os governos fazerem-se dignos da estima popular. O labor administrativo não encontra seu "habitat" nos climas onde sopram as paixões e reinam as lutas de facções. Por isso, a política que mais convém aos homens de governo é a política que organiza, que realiza, que constrói, que satisfaz, enfim, aos reais interesses do povo e lhe atende as legítimas aspirações. Ingente é a tarefa dos que se compenetraram das responsabilidades da pública administração. Mas a esses está reservado,

em última análise, o prêmio maior do dever cumprido — a paz da consciência".

Dentro desse princípio, Ary Parreiras pôde deixar, ao concluir seu governo, um saldo de trinta e três mil, duzentos e quarenta e quatro contos de réis, tendo sido pagos todos os credores do exercício de 1931 a 1935, como acentua seu ex-Secretário de Finanças, Raul Quaresma de Moura. O patrimônio do Estado fora ampliado com a construção de novos prédios; os serviços administrativos funcionavam com perfeita regularidade; a situação econômica era próspera, com aumento de produção e diminuição das taxas e impostos que incidiam sobre a lavoura e a indústria. A contabilidade e a escrituração, claríssimas, estavam ao alcance de todos, permitindo o exato conhecimento de cada um de seus atos.

Oficial de seus gabinete, o Dr. Ruben Batista Pereira diria, fazendo o elogio de sua administração, logo depois de tê-la Ary Parreiras encerrado: "Fetichista da lei escrupuloso, respeitador extremado dos direitos alheios não exonerou sequer um simples funcionário demissível "ad libitum", a não ser por grave motivo. Fortaleza de ânimo inexpugnável, a seus pés se quebravam todas as investidas contra o interesse público. Todo desambição, todo desinteresse pessoal, toda renúncia, sacrificava-se a si próprio e à própria família". E Fernando de Magalhães, sintetizando os pensamentos dos componentes do Conselho Consultivo, expressou-se nesta simples frase: "De cem em cem anos aparece um homem como Ary Parreiras".

Transpondo Barreiras

Em meio, embora, a uma aguda crise financeira, conseguiu Ary Parreiras, através de uma política econômica realista, resultados positivos desde o seu primeiro ano de governo. Se o exercício de 1931, ano em que tomou posse, a 15 de dezembro, encerrou-se com um "deficit" superior a nove mil contos, o do ano seguinte já apresentaria "superavit" de mais de dois mil contos de réis, ampliado em 1933 para dez mil, duzentos e nove contos, em números redondos. Isso numa época em que a receita total do Estado subia a cerca de sessenta mil contos e a maior riqueza fluminense ainda provinha das culturas do açúcar e café, ambas em prolongado declínio.

Além desse saldo positivo que deixaria ainda mais alargado, ao sair do governo, em 1935, como já ficou dito, Ary Parreiras empreendeu, no setor financeiro, profundas reformas. Conseguiu reduzir de trinta por cento os impostos de exportação, fixar em sessenta por cento do seu valor legal as taxas-ouro que incidiam sobre o café

e o açúcar e extinguir as taxas de viação e exportação. Concedeu ao funcionalismo público o que chamou de "pequeno acréscimo de vencimentos", em níveis proporcionais decrescentes, de modo a beneficiar com mais elevado percentual os de mais baixos salários, sendo essa melhoria extensiva ao professorado.

A Justiça foi administrada com elevação e tolerância, de modo a propiciar amplas garantias, por entender o interventor que "os agentes de uma Revolução, atuando em determinada esfera, precisam e devem, cerceando as explosões inevitáveis do espírito de vingança e esquecendo os homens, olhar com firmeza para o futuro recorrendo, apenas, ao passado com o fito de observar exemplos dignos, para conseguir implantar, a todo custo, pela palavra, e, principalmente, pela ação, a ideologia orgânica que representam".

Reformas

Os serviços policiais foram regulamentados, criando-se o Departamento de Polícia Técnica, dirigindo-se campanhas energéticas contra os crimes de emboscada, o jogo e o tráfico de armas e explosivos, instituindo-se a Escola de Polícia e equipando-se o laboratório pericial. No setor de Saúde a tônica de seu governo foi a erradicação dos surtos de febre tifóide, impudismo e varíola, aos quais opôs Ary Parreiras providências eficazes, intensificando a vacinação, dinamizando os serviços de higiene, dragando rios e canais, subvencionando hospitais, distribuindo postos de saúde e profilaxia pelo Interior e batendo-se pelo Saneamento da Baixada Fluminense, junto aos organismos federais. Graças a ele reconstruíram-se a Policlínica e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói, levantaram-se os hospitais de São Gonçalo e Nova Iguaçu e inaugurou-se a Casa Maternal do Barreto.

A partir da criação do Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho o setor educacional sofreu completa renovação, devida à inteligência e dinamismo do jovem — mas já notável — educador Celso Kelly, bastando dizer-se, como demonstração, que o Estado se transformou num autêntico laboratório de pesquisas pedagógicas. O ensino foi remodelado, em todos os níveis; o magistério beneficiado, em vencimentos e vantagens; criaram-se inspetorias de ensino agrícola, iniciação à pesca, indústria e comércio; extinguíram-se cargos supérfluos; fundou-se o almoxarifado do Departamento de Educação, responsável pela distribuição gratuita de material escolar e didático a mais de 170 mil estudantes; ampliou-se a rede de ensino com a construção, recuperação ou aquisição de

novos prédios escolares; realizaram-se cursos de especialização de professores; equiparam-se os estabelecimentos de ensino; instituiu-se, por fim, o Curso de Enfermagem, na Faculdade Fluminense de Medicina, e concluíram-se as obras do edifício da Biblioteca, Arquivo e Academia Fluminense de Letras, monumento que, só ele, haveria de permanentemente marcar a trajetória de Ary Parreiras pelo governo fluminense.

Outras Obras

Não se limitou a essas obras, aqui resumidamente mencionadas, a sua administração. Fez elaborar, em 1933, um arrojado Plano Rodoviário, visando ao aproveitamento econômico do Norte Fluminense, traçando uma linha-tronco que, partindo de Niterói, cortasse a serra de Friburgo e chegasse ao Espírito Santo, via Itaperuna, alimentada por estradas subsidiárias que interligassem as comunidades interioranas, ao longo de seu traçado. Deu início às obras, naquele mesmo ano, e levou-as até São João do Paraíso, no município de Cambuci.

Concluiu, pela Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, todas as obras paralisadas desde a administração Feliciano Sodré, como o Quartel da Polícia Militar, o Porto de Angra dos Reis, a já citada Biblioteca Pública, o Fórum de Campos e dezenas de grupos escolares e outros próprios estaduais. Finda essa etapa, partiu ele para um sistema de reconstruções e conservação de prédios e logradouros, e só depois destes concluídos iniciou novos trabalhos.

A agricultura recebeu atenções dedicadas. Ary Parreiras compreendeu os efeitos perniciosos da monocultura, procurando uma diversificação agrícola mais útil ao Estado, pela disseminação da fruticultura e do plantio de cereais. Não se descuidando da assistência agrícola, espalhou pelos mais distantes pólos do Estado serviços de inspeção, profilaxia rural e veterinária, destinando recursos volumosos à erradicação da saúva.

As municipalidades, finalmente, receberam melhoramentos de vulto e importância, não havendo um só município por onde não passasse a ação de seu governo. Como símbolo dessa multiplicação de empreendimentos, lá está, sobre o Rio Paraíba, no município de Itaocara, a maior ponte até hoje existente no Estado do Rio, com 605 metros de extensão, projetada e iniciada por Ary Parreiras, cujo nome recebeu, como homenagem e reconhecimento de administrações posteriores.

Juízo Consagrador

O júzo consagrador da gestão de Ary Parreiras fê-lo o Conselho Consultivo do Estado, ao manifestar-se sobre seu Relatório, na pessoa de seu

Presidente, o juriconsulto, diplomata e homem público Raul Fernandes. Teceu estas palavras de caloroso elogio à gravidade, circunspeção e decoro com que Ary Parreiras dignificara a Chefia do Estado, e concluiu dizendo, enfaticamente, que sua apreciação, sendo de um político que nada pedira ao Interventor e nada lhe ficara devendo, assim insuspeita, mais haveria de ser valiosa para este, pois traduzia o agradecimento de um fluminense abraçado de amor pela terra natal, orgulhoso das suas tradições e penetrado de gratidão pela altura moral em que Ary Parreiras colocara o primeiro posto público ao Estado do Rio, dando um exemplo que fazia dele um padrão pelo qual, no futuro, os seus sucessores haveriam de aferir os títulos com que viessem a concorrer à consagração de importunos e imparciais gestores da coisa pública.

E ao encerrar-se sua missão como Interventor do Estado, assim se dirigiu a Ary Parreiras o então Presidente do Tribunal de Contas, Dr. José Matoso Maia Forte: "Não cabe ao Tribunal emitir conceitos de ordem política, relativamente ao Governo de Vossa Excelência. Mas, na apreciação legal de seus atos, sobram motivos para acentuar a dignidade com que Vossa Excelência se desempenhou da alta e honrosa investidura administrativa com que o distinguiu o Chefe do Governo Provisório".

Integrante de seu governo desde os primeiros minutos, tendo sido mais adiante, como esclarecemos, Secretário do Interior e Justiça, o Sr. Ruy Buarque de Nazareth, que jamais deixou de lhe reverenciar a memória, teve sobre aquele que primeiro o projetou na vida pública de nosso Estado, este conceito:

"Ary nasceu com altíssimas qualidades para o sacerdócio; não, porém, para a arte política. Ficou, para mim, como modelo de probidade administrativa e integridade moral. O seu espírito público não tinha limites, sendo mesmo de uma excelência rara. O seu desprendimento pelos bens materiais era total. A austeridade com que se conduzia nas funções que exercia se transformava, como que por milagre, em amenidade encantadora, no convívio dos amigos e na vida familiar".

De Volta à Marinha

Ao deixar a Interventoria, Ary Parreiras voltou à Marinha, onde permaneceu até a sua morte, não mais aceitando qualquer função política, embora sempre atento a tudo o que ocorria no País. Finda a Guerra, foi de opinião que o Brasil não estava preparado para a liberal-democracia, sustentando-a em várias oportunidades, todas as vezes que o abordaram, e mesmo em resposta a consultas que lhe foram feitas, entre ou-

tros, por Eduardo Gomes, Juarez Távora e o próprio Getúlio Vargas, pessoalmente ou por intermédio do Sr. Ernani do Amaral Peixoto.

Em resposta à carta que este lhe escreveu, da qual foi portador o Dr. Ruy Buarque de Nazareth, Secretário de Educação e Saúde da Interventoria Fluminense, datada de 1.º de fevereiro de 1945, destacamos os períodos que seguem:

"Embora não seja eu, doutrinariamente, um entusiasta do regime liberal-democrático, penso que a tendência de esmagadora maioria de nosso povo é pela adoção desse regime político. A constitucionalização do País, em moldes verdadeiramente democráticos, é, a meu ver, uma aspiração nacional; e a decisão do Governo, efetivando essa medida, se me afigura acertada e oportuna."

Ary Parreiras, ideologicamente, propugnava por uma Democracia ampla, em que o povo livremente elege-se os seus representantes, com liberdade de opinião e de imprensa, mas apoiada em um Socialismo Econômico.

Aproximando-se o pleito de 1945, com vistas à redemocratização do País, Eduardo Gomes passou a sustentar que, sem o apoio das Forças Armadas, qualquer candidatura, civil ou militar, seria inviável, pois não mais confiava no Sr. Getúlio Vargas, e a Nação poderia ver prolongar-se a permanência deste no Poder.

Desse mesmo ponto de vista foram os líderes mais responsáveis da União Democrática Nacional, que se decidiram por fazer apelo a Eduardo Gomes, tamanho o prestígio deste nas três Armas, para que aquiescesse em ser o candidato da agremiação, recém-fundada, à Presidência da República.

Formalizada a candidatura Eduardo Gomes, quando o Almirante Aristides Guilhem, Ministro da Marinha, em visita à Base de Natal, perguntou a Ary Parreiras como via ele o movimento de redemocratização, recebeu esta resposta textual: "Em termos pessoais, sou contra. Tanto assim que aconselhei meu amigo Eduardo a não ser candidato. Mas, se ele fosse para o inferno, eu o acompanharia".

Tomada inarredável a candidatura Eduardo Gomes, mereceu o apoio de Ary Parreiras, embora não houvesse este feito nenhuma manifestação pública nesse sentido.

Em certo momento, o nome de Ary Parreiras foi cogitado como candidato capaz de conciliar as correntes, mantendo-se, no entanto, as candidaturas já lançadas. Ressalte-se que nenhuma força, nenhuma pressão, enfim, fosse o que fosse, nem mesmo os laços pessoais que os levavam aos Srs. Getúlio Vargas e Ernani do Amaral Peixoto, levariam Ary Parreiras a faltar a Eduardo Gomes.

Última Obra

Em 1939, ao ser criado o Conselho Nacional de Águas e Energia, pelo Decreto-lei n.º 1.285, de 18 de maio desse ano, foi-lhe enviado o código do novo órgão, juntamente com o convite para que ocupasse a sua Presidência. A sua não aceitação Ary Parreiras justificou-a com as seguintes palavras: "Procedi a uma leitura atenta de seus dispositivos, fortalecendo-se minha convicção quanto à delicadeza e complexidade da função em que a generosa confiança do eminente Chefe da Nação desejava investir-me. Em condições normais de saúde, talvez se tornasse possível a aceitação de tão honrosa quão delicada missão. Mas, nas minhas circunstâncias atuais, a ineficiência da minha ação seria inevitável. Assim, convicto estou que cumprio um dever ao não atender a essa convocação".

Deflagrada a Guerra, aceitar a ele missão mais árdua e penosa, que haveria de consumir-lhe as últimas resistências — a construção e o primeiro comando da Base Naval de Natal, no Rio Grande do Norte. Ali, teve alguns problemas circulatorios, mas sempre se recusava terminantemente a ficar em repouso, considerando que as suas responsabilidades não o permitiam. Houve mesmo quem afirmasse que nessa fase de sua carreira militar trabalhava 25 horas por dia. De retorno a Niterói, uma terceira crise cardíaca colheu-o a 1.º de julho de 1945, levando-o à morte, oito dias depois, em sua residência.

A Consagração

Tão logo circulou a notícia pela cidade, grande número de pessoas acorreu à casa da família, sendo dos primeiros a chegar o então Interventor Ernani do Amaral Peixoto, acompanhado de seu Secretário, professor Demerval Moraes, pedindo a viúva permissão para que o enterramento fosse feito às expensas do Estado, decretando luto oficial e mandando transladar o corpo para a Assembléia Legislativa, sob escolta de um esquadrão da Polícia Militar. Velaram-no Ministros de Estado, Secretários de Governo, autoridades públicas e também delegações de escolares, escoteiros, aspirantes da Escola Naval e militares de pessoas de todas as classes sociais.

Ao descer o féretro as escadarias da Assembléia, presentes o Interventor Amaral Peixoto, os titulares das Pastas do Trabalho e da Marinha, João Alberto e Almirante Aristides Guilhem; os representantes do Presidente Getúlio Vargas e dos demais Ministros de Estado, os inseparáveis amigos Eduardo Gomes e Juarez Távora; o então Prefeito de Niterói, Brígido Tinoco, entre centenas de vultos de destaque, falaram em nome do funcionalismo e do povo os Srs. José Nabuco, Nelson Kemp, Prado Kelly, Oscar Prezwodovski e Raul de Olivei-

ra Rodrigues, este último um dos que já haviam feito, publicamente, o elogio da administração Ary Parreiras, como "um estágio de grandeza no ciclo da civilização fluminense".

O Desembargador Paulino José Soares de Souza Neto, em nome do governo fluminense emitiu na mesma oportunidade estes consagradores conceitos sobre a personalidade do inesquecível fluminense: "Foi em vida, ainda, que Ary Parreiras, austero e forte, leal e bom, entrou modestamente, mas de cabeça erguida, para a Legenda Fluminense. Criou confiança; reintegrou nossa gente em seus destinos, restituiu-lhe a certeza em seu futuro. Animou-a, fê-la vibrar, sair do marasmo, agitar-se, e iniciar uma era de reconstruções cujo ritmo se acelera dia-a-dia. Mas, fez mais e melhor. Pelo equilíbrio de seu espírito, pela ponderação de suas decisões, pela serenidade com que enfrentava as situações, pela imparcialidade com que resolvia as questões administrativas, e, principalmente, pela prudência extrema de todos os seus atos, foi um revolucionário estranho ao governo, porque o seu governo revolucionário, embora, nas profundezas, velhas práticas administrativas, teve o cunho exterior, a suave moderação de um governo patriarcal e conservador. O homem criado na disciplina da farda era, como só ia acontecer aos verdadeiros soldados, um iluminado da Justiça. Praticou-a e fê-la respeitada; deu-lhe o maior e mais eloquente dos cultos, porque a cultuou com o exemplo".

Acompanhado por compacta massa popular, o cortejo seguiu a pé até o Cemitério do Santíssimo Sacramento, onde chegou já ao anoitecer, ouvindo-se ali novos elogios de pessoas de todas as classes e os acordes da Marcha Fúnebre, executada pela Banda da Polícia Militar, corporação também representada por um batalhão, prestando a Ary Parreiras as honras de Chefe de Estado.

Homenagem Póstuma

Dias após o seu passamento, depunha sobre ele seu amigo Ernesto Imbassahy de Mello, Diretor, em sua administração, da Escola do Trabalho: "Tem-se a impressão que a primeira frase que soletrou na sua cartilha de Infância continha a legenda de Barroso. O seu ilustre governo no Estado do Rio, edificante pelas obras e pelos exemplos, estabelecendo a ordem que é equilíbrio das coisas, e procurando realizar a felicidade, que é a harmonia das almas, é uma ponderação perdurável, um equilíbrio maravilhoso, uma harmonia pensativa. Grande pelo que fez; pelo que pensou; pelo que falou; e grande, ainda, pelo que calou".

Nos anos seguintes, em justa homenagem, inúmeros foram as ruas, avenidas, praças, escolas e outros pré-

dios e logradouros públicos que receberam o nome de Ary Parreiras, no Estado do Rio e fora dele, notadamente em Natal, onde se inaugurou seu busto junto à Base Naval que construiu e comandara.

Nesta Capital, o Dr. Ernesto Imbassahy de Mello, à frente de uma comissão de admiradores do ex-Interventor, faria erigir por subscrição pública imponente monumento na Praia de Icarai, obra do laureado escultor fluminense Honório Peçanha, inaugurado em tocante solenidade a 15 de dezembro de 1946. Aos pés desse monumento desde então realizam-se anualmente cultos de reverência à sua memória, em datas significativas para a nossa gloriosa Marinha de Guerra. Lembro-me ainda das palavras que ali pronunciou, a 9 de julho de 1969, o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Hélio Leôncio Martins, um de seus comandados na Base de Natal: "Numa época de ambições desenfreadas, de egoísmo, de golpes, de segundas intenções, foi o Almirante Ary Parreiras um formidável idealista, que teve diante de si uma linha de conduta reta e única, a qual seguiu sem desfalecimento e sem atalhos, sem interesses subalternos e aspirações outras que não a satisfação de bem servir. Tudo que possui em capacidade de idéia e de ação, deu-o ao Brasil e à Marinha. Foi símbolo de idealismo, símbolo de desprendimento, símbolo de trabalho".

Individualidade Predestinada

Desde a juventude aprendi a admirar Ary Parreiras, como acontecera, ainda menino, ao Comandante Odilon Lima Cardoso, a quem a Marinha ficara devendo este instante de rememoração e culto esse inolvidável contrerrâneo. Existência referta de idealismo, sinceridade, espírito comunitário, desapego pela pecúnia e pelas exterioridades; toda ela plena de honradez, energia, serena bravura, estoicismo até o sacrifício e afervorado amor patriótico, Ary Parreiras conquistou o direito de receber os aplausos de toda a posteridade, por sua contribuição à Marinha de Guerra e seus desvelos pela Pátria, muito realizando de útil e de bom, graças ao grande homem que soube ser.

Foi uma individualidade predestinada. Criatura que se tornou legendaria, tantos os magníficos exemplos que nos deixou como precioso e Impecável legado. Será sempre um modelo, construído pelos componentes de seu caráter, no curso de uma existência da grandeza que faria ficarem gravados seu nome e suas obras, "forte e deslumbrantemente, na retina de todos os tempos".

As qualidades que o haveriam de fazer um homem acima do comum constituíram-se nos maravilhosos

Instrumentos com os quais ele próprio haveria de deixar erguido um monumento ao seu nome.

No correr dos anos, para a Eternidade, ainda mais se opulentarão sua vida e seus feitos, perpetuados no coração do povo — a maior e a mais doce das consagrações que um homem pode alcançar.

Papel da Marinha

Tudo temos em riquezas naturais para sermos grande potência. Não falta vigor ao nosso povo para o trabalho e capacidade intelectual às nossas elites. Estamos atravessando um período de realizações e desenvolvimento, incorporando imensas áreas de nosso território à nossa Economia, através da utilização do solo, a exploração de um subsolo do qual muito

esperamos e do surgimento de novas indústrias.

Não nos basta, porém, ter uma Agricultura diversificada e produzindo enormemente; um parque industrial aparelhado e concorrendo para aumentar imensamente as nossas exportações; rebanhos que sejam os maiores do mundo. Para que tudo isso possa chegar aos mercados consumidores de todos os países, mister se torna possuamos uma Marinha Mercante capaz de fazer-nos presentes em todos os oceanos, com uma tonelagem que não nos deixe arreceiar de confrontos. Mas para a defesa de nosso litoral e para fazer com que nossa bandeira seja respeitada, impõe-se tenhamos uma Marinha de Guerra das mais potentes, pronta a atuar com rapidez e eficiência, sempre em nome

da Paz e da Fraternidade universal, preparada, contudo, para honrar as tradições de que ela tanto se orgulha.

Agora o sempre, a consolidação do nosso desenvolvimento — a nossa grandeza em termos totais — dependerá de nossas condições para singrar os oceanos que os homens ousadamente estão percorrendo desde o princípio das idades, enfrentando-lhes as imensidades e os perigos, aumentando a humanidade com o desbravar de novas terras e o conhecer de novas gentes, no alargamento do intercâmbio das mercadorias, das idéias, das ciências, da civilização e do progresso, oceanos que, em suas calmas e em suas revoltas na grandiloquência de Rui Barbosa, "só Deus possui o jugo a que eles se curvam".

ATA DA 46ª SESSÃO, REALIZADA EM 18-5-73

(Publicada no DCN — Seção II — de 19-5-73)

Retificações

No Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, que acompanhou o Projeto de Decreto Legislativo número 12/73:

Na página 1.261, 3.ª coluna,

Onde se lê:

Artigo VIII

As Partes Contratantes se esforçarão...

Leia-se:

Artigo VII

As Partes Contratantes se esforçarão...

No Artigo XI

Onde se lê:

... brasileiros e genenses,

Leia-se:

... brasileiros e ganenses,

No Artigo XII,

Onde se lê:

... efetivar o objeto mútuo...

Leia-se:

... efetivar o objetivo mútuo...

Na página 1.262, 1ª coluna, após o Artigo XV,

Onde se lê:

... receptivos...

Leia-se:

... respectivos...

ATA DA 47ª SESSÃO, REALIZADA EM 21-5-73

(Publicada no DCN — Seção II — 22-5-73)

Retificações

No Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República da Venezuela, que acompanhou o Projeto de Decreto Legislativo n.º 13/73:

Na página n.º 1.294, 3.ª coluna, no seu Artigo 12,

Onde se lê:

... as Partes Contratadas...

Leia-se:

... as Partes Contratantes...

Na página n.º 1.306, 3.ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte item na Ordem do Dia:

4

MATÉRIA A SER DECLARADA PREJUDICADA

Projeto de Lei da Câmara n.º 23, de 1972 (número 485-B/71, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazer constar o número do C.I.C. (Cartão de Identificação do Contribuinte) ou C.G.C. (Cadastro Geral do Contribuinte), nas publicações de títulos protestados ou apontados, tendo

PARECER, sob n.º 113, de 1973, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela prejudicialidade.

REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA DO GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR, REALIZADA EM 15-5-1973

As dez horas do dia quinze de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, na Sala do Presidente do Grupo Brasileiro, reúne-se a Comissão Diretora do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presentes os Senhores Senadores Tarso Dutra, Presidente, e Heitor Dias, Secretário no exercício da Vice-Presidência, e Deputado Raymundo Diniz, Tesoureiro. Acha-se ausente, por motivo justificado, o Senhor Deputado Pacheco e Chaves, Vice-Presidente. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos. É lida a Ata da Reunião anterior. O Senhor Presidente propõe que nela se faça a seguinte retificação: onde se lê "II) convocar uma Assembléia Geral...", leia-se "II) convocar uma Sessão Plenária...", com que todos concordam. A Ata é aprovada. A seguir, o Senhor Presidente comunica ter sido prejudicada a proposta de realização dos cursos de línguas a serem ministrados aos membros do Grupo, pela exiguidade de tempo disponível, sobretudo levando-se em consideração o próximo recesso de julho. Fica resolvido que a Comissão Diretora propore à Comissão Deliberativa que sejam os mesmos implantados a partir do próximo ano. Prosseguindo o Senhor Presidente dá conhecimento do convite feito pelo Deputado Geraldo Guedes ao Pro-

fessor Maurice Duverger, em nome do Grupo, para proferir Conferências no País, sob o patrocínio do Grupo Brasileiro. A Comissão delibera oficial ao Senhor Deputado Geraldo Guedes solicitando esclarecimentos mais precisos. Em seguida, a Comissão resolve: a) convocar uma reunião da Comissão Deliberativa, a realizar-se no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, às quatorze horas do dia cinco de junho próximo; e, b) convocar uma Sessão Plenária do Grupo para as quinze horas, mesmo dia e local. Com a palavra, o Senhor Tesoureiro relata a proposta Orçamentária para o exercício de mil novecentos

e setenta e quatro, que será submetida à Comissão Deliberativa. A seguir, a Comissão Diretora resolve encaminhar à Comissão Deliberativa proposta do Senhor Secretário no sentido de se estipular, a partir de primeiro de maio do corrente mês, em dois salários mínimos a gratificação dos Assessores do Grupo e em um salário-mínimo a dos Auxiliares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos às onze horas e, para constar, eu Heitor Dias, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, irá à publicação.

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

4.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1973

As dez e trinta horas do dia dezessete de maio de mil novecentos e setenta e três, no Auditório do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Gustavo Capanema, Presidente, estando presentes os Srs. Senadores João Calmon, Cattete Pinheiro, Geraldo Mesquita, Milton Trindade, Benjamin Farah, Arnon de Melo, Helvídio Nunes, Petrônio Portela, Danton Jobim, Accioly Filho, Ney Braga, Clodomir Millet, Antonio Carlos, Ruy Carneiro, Paulo Guerra, José Lindoso, Dinarte Mariz, Magalhães Pinto, Duarte Filho, Carlos Lindenber, Daniel Krieger, Heitor Dias e Virgílio Távora, e os Deputados Aderbal Jurema, Sinval Guazelli, Adalberto Camargo e Vinicius Câmara, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, sendo a mesma dada como aprovada pela Comissão.

Iniciando, o Sr. Presidente convida para ter assento à Mesa dos trabalhos o Sr. Senador Petrônio Portela, Líder do Governo no Senado, e o Sr. Deputado Aderbal Jurema, 1.º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e, em seguida, concede a palavra ao Dr. Mário Henrique Simonsen, Presidente do MOBRAL, conferencista convidado para fazer uma exposição perante à Comissão.

Com a palavra, o Dr. Mário Simonsen faz uma ampla narrativa sobre o trabalho que vem realizando o MOBRAL, enfatizando: a estratégia do MOBRAL; o problema dos recursos para o seu funcionamento; o custo de cada alfabetizado; o material didático; a filosofia administrativa; o rendimento de seus cursos; o pagamento das professoras; o desenvolvimento de vários outros projetos pelo MOBRAL; e as metas básicas para a atuação do MOBRAL em 1973.

Durante sua exposição ressalta o Dr. Mário Simonsen que "o esquema operacional do MOBRAL, nos cursos de alfabetização, é extremamente simples e padronizado, como seria recomendável em qualquer operação de massa. Os cursos tem a duração de cinco meses, nos quais os alunos aprendem a ler, interpretar a leitura, escrever (e não apenas assinar o nome), adquirindo também noções de aritmética e de conhecimentos gerais. Posteriormente se instituiu um sexto mês de recuperação para os alfabetizados que não conseguem ser aprovados no curso regular. A operação se inicia pela assinatura de um convênio entre a Fundação MOBRAL e a Comissão Municipal, esta última tendo previamente organizado as condições logísticas para a realização dos cursos, em termos de recrutamento dos analfabetos, professores e locais para as aulas.

"Pelo convênio — assinala o Presidente do MOBRAL a Fundação MOBRAL fornece às Comissões Municipais: a) o material didático básico, composto dos livros de lei-

tura, exercícios de linguagem, matemática e do manual do professor, conforme o número de alunos inscritos no convênio; b) material didático complementar, de conhecimentos gerais, ao término do terceiro mês do curso; c) um exemplar quinzenal do Jornal do MOBRAL para cada aluno; d) a quantia de Cr\$ 24,00 por aluno-programa (valores de 1973), destinados ao pagamento das professoras; considera-se aluno-programa o que chega ao final do quarto mês do curso, independentemente de ser ou não aprovado; assim, a remuneração total paga pela Fundação MOBRAL às professoras equivale a Cr\$ 24,00 vezes o número de alunos que frequentam o curso até o quarto mês. Para o sexto (recuperação), as professoras são pagas à razão de Cr\$ 4,80 por aluno matriculado".

Esclarece, ainda, o Dr. Mário Simonsen que foram fixadas para a atuação do MOBRAL em 1973, três metas básicas: matricular 5 milhões de alunos nos cursos de alfabetização, e conseguir que pelo menos 3 milhões aprendam efetivamente a ler e escrever; alcançar a totalidade dos municípios brasileiros com o MOBRAL; e matricular 1,5 milhões de alunos nos cursos de educação integrada. Os resultados até agora alcançados nos primeiros meses do ano sugerem que será possível atingir essas metas, sem maiores dificuldades — declara o Sr. Presidente do MOBRAL.

Após a exposição do Dr. Mário Simonsen, o Sr. Presidente concede a palavra ao Prof. Arlindo Lopes Correia, Secretário-Executivo do MOBRAL, que faz uma rápida palestra sobre os cursos de desenvolvimento comunitário; das atividades culturais do aluno do MOBRAL; e também sobre o sistema de formação de processamento de dados do Movimento Brasileiro de Alfabetização.

Encerrando os trabalhos, o Sr. Presidente afirma que o comparecimento do Presidente do MOBRAL deve-se a aprovação de proposição apresentada pelo Senador João Calmon e agradece o comparecimento do visitante ressaltando que acompanhava a carreira do Sr. Mário Simonsen desde quando ele ainda era aluno do Colégio Jesuítas e, quando na oportunidade, foi premiado com medalha por ser o primeiro aluno do Curso Científico. Disse ainda o Sr. Presidente, que o Sr. Simonsen foi escolhido pelo Governo para dirigir o MOBRAL e que o mesmo vem realizando junto com seus auxiliares uma obra empolgante.

Foram suspensos os trabalhos da Comissão, e o órgão voltou a reunir-se, informalmente, às 15 horas para a fase de debates. Os parlamentares presentes formularam vários quesitos técnicos que foram esclarecidos pelo Presidente Mário Simonsen e seu Secretário-Executivo, Professor Arlindo Correia.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Assistente da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS**ATA DA 2.^a REUNIÃO, REALIZADA EM
22 DE MAIO DE 1973**

As onze horas do dia vinte e dois de maio de mil novecentos e setenta e três, com a presença dos Senhores Senadores Clodomir Milet — Presidente, Saldanha Derzi, Ruy Carneiro, Dinarte Mariz e Lourival Baptista, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais, na Sala das Comissões.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Teotônio Vilela, José Guimard, Wilson Campos, José Esteves, Osires Teixeira e Franco Montoro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Dinarte Mariz, que emite parecer preliminar, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 24/73, de autoria do nobre Senador Vasconcelos Torres, que "acrescenta mais uma alínea à Lei n.º 5.654, de 14 de maio de 1971", concluindo pela audiência do Instituto do Açúcar e do Alcool, através do Ministro da Indústria e do Comércio.

Posto em discussão e votação, é a preliminar aprovada sem restrições.

Em seguida, o Senhor Presidente propõe a mudança do dia e da hora anteriormente fixados para as reuniões desta Comissão, sendo finalmente aprovada, por consenso geral, o novo horário das 10,30 horas, às quartas-feiras para as suas reuniões, incumbindo ao Assistente a tomar todas as providências nesse sentido.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente

da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS****ATA DA 3.^a REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE
MAIO DE 1973**

As onze horas e quinze minutos do dia vinte e três de maio do ano de mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Alexandre Costa, Vice-Presidente no exercício da presidência e a presença dos Senhores Senadores Geraldo Mesquita, Luiz Cavalcante e Duarte Filho, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Leandro Maciel, Lenoir Vargas, José Esteves e Danton Jobim.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e, em seguida, concede a palavra ao Senhor Senador Luiz Cavalcante, que emite parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1973, que "aprova o texto do Acordo sobre Transportes Marítimos, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em Moscou, a 20 de outubro de 1972.

Submetida a matéria a discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Lêda Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente:
Filinto Müller (ARENA — MT)

1.º-Vice-Presidente:
Paulo Tôrres (ARENA — RJ)

2.º-Vice-Presidente:
Adalberto Sena (MDB — AC)

1.º-Secretário:
Ruy Santos (ARENA — BA)

2.º-Secretário:
Augusto Franco (ARENA — SE)

3.º-Secretário:
Milton Cabral (ARENA — PB)

4.º-Secretário:
Benedito Ferreira (ARENA — GO)

Suplentes de Secretários:
Geraldo Mesquita (ARENA — AC)

José Augusto (ARENA — MG)

Antônio Fernandes (ARENA — BA)

Ruy Carneiro (MDB — PB)

**LIDERANÇA DA ARENA
E DA MAIORIA**

Líder:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

Vice-Líderes:
Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ney Braga (ARENA — PR)
Virgílio Távora (ARENA — CE)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
José Lindoso (ARENA — AM)
Flávio Britto (ARENA — AM)
Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Osires Teixeira (ARENA — GO)
Guido Mondin (ARENA — RS)

**LIDERANÇA DO MDB
E DA MINORIA**

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:
Danton Jobim (MDB — GB)
Benjamin Farah (MDB — GB)

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313.

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Ney Braga
Flávio Britto
Mattos Leão

Suplentes

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Ruy Carneiro

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 676.

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

José Guimard
Teotônio Vilela
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Clodomir Milet

Suplentes

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Franco Montoro

Ruy Carneiro
Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674
Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)
(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares

José Lindoso
José Sarney
Carlos Lindenberg
Helvidio Nunes
Antônio Carlos
Mattos Leão
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Suplentes

ARENA

Eurico Rezende
Osires Teixeira
João Calmon
Lenoir Vargas
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Franco Montoro

Nelson Carneiro
Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares	Suplentes
	ARENA
Dinarte Mariz	Carlos Lindenberg
Eurico Rezende	Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro	Waldemar Alcântara
Ney Braga	José Lindoso
Osires Teixeira	Wilson Campos
Fernando Corrêa	
Saldanha Derzi	
Heitor Dias	
Antônio Fernandes	
José Augusto	
	MDB
Ruy Carneiro	Nelson Carneiro
Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307	
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas	
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.	

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
	ARENA
Magalhães Pinto	Domicio Gondin
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Arnon de Mello	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	
Paulo Guerra	
Renato Franco	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	
	MDB
Franco Montoro	Amaral Peixoto
Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675	
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas	
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares	Suplentes
	ARENA
Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	
	MDB
Benjamin Farah	Franco Montoro
Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306	
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas	
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.	

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares	Suplentes
	ARENA
Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Eurico Rezende
Lenoir Vargas	Flávio Brito
Jessé Freire
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB
Nelson CarneiroAmaral Peixoto
Ruy Carneiro
Danton Jobim
Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares	Suplentes
	ARENA
Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondin	Accioly Filho
Renato Franco	José Esteves
Guido Mondin	
Ney Braga	
Eurico Rezende	
	MDB
Franco Montoro	Danton Jobim
Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307	
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)**COMPOSIÇÃO**
Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

Titulares	Suplentes
	ARENA
Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domicio Gondin	
Lenoir Vargas	
	MDB
Benjamin Farah	Danton Jobim
Assistente: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674	
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.	

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares

Antônio Carlos
José Lindoso
José Augusto
Cattete Pinheiro

Suplentes**ARENA**

Lourival Baptista
Wilson Gonçalves

MDB

Danton Jobim

Ruy Carneiro

Assistente: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 134

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares

Carvalho Pinto
Wilson Gonçalves
Jessé Freire
Fernando Corrêa
Antônio Carlos
Arnon de Mello
Magalhães Pinto
Accioly Filho
Saldanha Derzi
José Sarney
Lourival Baptista
João Calmon

Suplentes**ARENA**

Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco
Carlos Lindenberg
José Lindoso
José Guimard
Cattete Pinheiro
Virgílio Távora
Ney Braga

MDL

Franco Montoro
Danton Jobim
Nelson Carneiro

Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares

Fernando Corrêa
Fausto Castelo-Branco
Cattete Pinheiro
Lourival Baptista
Duarte Filho
Waldemar Alcântara

Suplentes**ARENA**

Saldanha Derzi
Wilson Campos
Clodomir Milet

MDB

Benjamin Farah

Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara

Vice-Presidente: José Guimard

Titulares

Waldemar Alcântara
José Lindoso
Virgílio Távora
José Guimard
Flávio Britto
Vasconcelos Torres

Suplentes**ARENA**

Alexandre Costa
Celso Ramos
Milton Trindade

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares

Tarso Dutra
Celso Ramos
Osires Teixeira
Heitor Dias
Jessé Freire

Suplentes**ARENA**

Magalhães Pinto
Gustavo Capanema
Paulo Guerra

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Assistente: Cândido Hipperdt — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

Leandro Maciel
Alexandre Costa
Luiz Cavalcante
Lenoir Vargas
Geraldo Mesquita
José Esteves

Suplentes**ARENA**

Dinarte Mariz
Duarte Filho
Virgílio Távora

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Chefe: J. Ney Passos Dantas — Telefone: 24-8105 — Ramal 303

Assistente de Comissões: Hugo Antônio Crepaldi — Ramal 672; e Mauro Lopes de Sá — Ramal 310, Local: Anexo II

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

	Cr\$
— março n.º 1 (1964)	5,00
— julho n.º 2 (1964)	esgotada
— setembro n.º 3 (1964)	"
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	esgotada
— setembro n.º 7 (1965)	"
— dezembro n.º 8 (1965)	"
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro a dezembro n.º 12 (1966)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— julho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967)	"
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— janeiro a março n.º 21 (1969)	5,00
— abril a junho n.º 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n.º 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n.º 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n.º 25 (1970)	10,00
— abril a junho n.º 26 (1970)	10,00
— julho a setembro n.º 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n.º 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n.º 29 (1971)	10,00
— abril a junho n.º 30 (1971)	10,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):

— julho a setembro n.º 31 (1971)	10,00
--	-------

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrim Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dário Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Pro. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenéo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr. Atyr de Azevedo Lucci

Decretos-leis

Dr. Calo Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companhia

Ana Valdez A. N. de Alencar

Polição

João Bosco Altoé

— outubro a dezembro n.º 32 (1971) 10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito. Fontes Formais e Materiais. Perspectivas Filosófica, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares: Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominais — Insuscetibilidade de Posse Civil

Des. José Júlio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

— janeiro a março n.º 33 (1972) 10,00

SUMÁRIO**Homenagem**

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO**Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais**

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 389

Prof. Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA**O Senado do Império e a Abolição**

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO**Consolidação das Leis do Trabalho**

Caio Torres

PUBLICAÇÕES**Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa**

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Serviço Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

MAR TERRITORIAL

DOIS VOLUMES CONTENDO 862 PÁGINAS

- REUNIÃO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO
- CONFERÊNCIA SOBRE O DIREITO DO MAR (GENEVA 1971)
- 58 CONFERÊNCIA INTERPARLAMENTAR DE HAIA
- ARTIGOS SOBRE O MAR TERRITORIAL
- PRONUNCIAMENTO NO CONGRESSO SOBRE ASSUNTOS DO MAR
- OS NOVOS CAMINHOS DO MAR
- LEGISLAÇÃO E ACORDOS INTERNACIONAIS INTERESSADOS
- LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA
- ACORDOS INTERNACIONAIS
- REUNIÃO LATINO-AMERICANA SOBRE ASPECTOS DO DIREITO DO MAR

PREÇO DE VENDA: DOIS VOLUMES CR\$ 35,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal, 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50